

# **A INFLUÊNCIA DO PÓS-GUERRA FRIA NA MUDANÇA DE PARADIGMA NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA (1989 – 1992)**

Márcio Rogério Xavier Jorge

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Relações Internacionais**

(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutor Samuel de Paiva Pires

**Junho de 2020**

**Faculdade de Ciências Sociais**

# **A INFLUÊNCIA DO PÓS-GUERRA FRIA NA MUDANÇA DE PARADIGMA NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA (1989 – 1992)**

Ficha Técnica:

<i>Tipo de trabalho:</i>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<i>Título:</i>	<b>A INFLUÊNCIA DO PÓS-GUERRA FRIA NA MUDANÇA DE PARADIGMA NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA (1989 – 1992)</b>
<i>Autor:</i>	<b>Márcio Rogério Xavier Jorge</b>
<i>Orientador:</i>	<b>Professor Doutor Samuel de Paiva Pires</b>
<i>Coorientador:</i>	
<i>Identificação do Curso:</i>	<b>2º Ciclo de estudos /Mestrado integrado</b>
<i>Área Científica:</i>	<b>Ciências Sociais</b>
<i>Especialidade:</i>	<b>Relações Internacionais</b>
<i>Data:</i>	<b>2020</b>



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

**Folha em branco**

## **Dedicatória**

Aos angolanos;

De Cabinda ao Cunene, e do Atlântico além Zambeze: Por se terem mostrado homens e mulheres esperançosos numa Angola verdadeiramente livre, democrática e próspera para todos os seus filhos. Pela subtileza de suas aspirações aos valores da humanidade...

**Folha em branco**

## Agradecimentos

A delicadeza deste trabalho levou-nos a que nos relanceássemos com suficiente zelo e prudência sobre o tema, ora desenvolvido, nas páginas ao seu inteiro dispor, prezado leitor. Todavia, jamais teríamos desfrutado do gozo desse empenho, desse fruto, ou como bem queiram *designar* o presente *labor*, sem que segundos e terceiros tomassem partido da coisa: uns prestando seu incondicional apoio moral, o que terá constituído para nós autêntico recurso motivacional, outros colaborando directamente, ao nos terem fornecido meios e materiais de inquestionável utilidade, por um lado, e ao terem concorrido com suas críticas, sugestões, reparos... no âmbito da “concepção” do trabalho de dissertação, até que este se pudesse estimar produto particularmente acabado. Aos colaboradores, relevo o sem número de docentes do curso, que ao longo da nossa formação, nos legaram suas experiências, fundadas nos ensinamentos e demais directivas. Meu pessoal e especial apreço vai ao de encontro às professoras Liliana Reis, por sua profunda humanidade e dedicação, e Brígida Rocha por suas críticas sempre construtivas.

Deus é misericordioso! E a Ele, acima de tudo, pela permissão, protecção e orientação de que sempre nos beneficiamos à execução dos quefazeres;

À minha família, pelo ânimo incontestável;

À Sra. Helena Maria L. Tiago Jorge (*amada mãe*), pelo afecto maternal;

Ao Sr. Ezequiel X. Jorge (*honrado pai*), pelos conselhos sem igual;

Ao Sr. Xavier L. Jorge (*prezado irmão*), por sua força e coragem fraternal;

Aos militares do Departamento de Ciências Militares em particular e a todo elenco do Instituto Superior Técnico Militar em geral.

Ao Professor Doutor Samuel de Paiva Pires, que, na dignidade de meu orientador, terá, evidentemente, fraccionado seu precioso tempo, dedicando-se por inúmeras horas à apreciação do texto que faz o corpo desta dissertação, prestando-nos, como se lhe reservara, sua orientação académica, científica bem como metodológica.

Certas pessoas terão representado para mim, seguramente, um manancial de inspiração – aqueles que comigo *lêem*, e aqueles que comigo, *ensinam* a ler.

**Folha em branco**

## **Epígrafe**

*"Muitas pessoas tropeçam pela vida até a beira do abismo sem saber aonde estão indo. As vezes, isso acontece, porque aqueles cuja vocação é dar expressão cultural aos seus pensamentos deixaram de examinar a verdade, preferindo o sucesso rápido ao esforço da indagação paciente sobre o que torna a vida digna de ser vivida."*

(Papa João Paulo II)

**Folha em branco**

## **Resumo**

A presente dissertação discorre sobre a temática “***A Influência do Pós-Guerra Fria na Mudança de Paradigma na Política Externa Angolana (1989 – 1992)***”. Este trabalho visa, no geral, descrever como terá Angola enfrentado a necessidade de ajustamento da sua política externa, após o término da Guerra Fria, em consequência da dissolução do bloco socialista soviético, tendo em consideração que o país, até então, adoptava uma política externa dependente e voltada quase totalmente para a União Soviética. Especificamente, aborda-se a política externa angolana face aos países do espaço pós-soviético; analisa-se a política externa angolana em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após o fim do sistema internacional bipolar; examina-se a política externa angolana para os estados da Europa Ocidental; e, por último, descreve-se a nova política externa angolana face aos países africanos.

Após a dissolução do bloco socialista soviético, considerável parte das repúblicas que o integravam ganharam suas independências e, conseqüentemente, terão enveredado pelo capitalismo. Concluiu-se que esta conjuntura, dentre outros factores não menos determinantes, terá influenciado Angola a optar pela mesma via, notabilizando-se práticas que terão moldado as bases da actual política externa angolana, cujos vectores passaram a indicar e a firmar novos rumos.

### **Palavras-chave:**

*Guerra Fria; política externa; política externa angolana; Relações Internacionais; capitalismo; comunismo; socialismo; opção e orientação socialista.*

**Folha em branco**

## **Abstract**

The present dissertation delves on the theme “***The Influence of the Post-Cold War on the Paradigm Shift in Angolan Foreign Policy (1989-1992)***”. The general aim is to describe how Angola faced the need for adjusting its foreign policy, after the end of the Cold War, as a result of the dissolution of the Soviet socialist bloc, bearing in mind that the country, until then, had adopted a dependent foreign policy and turned almost entirely towards the Soviet Union. Specifically, this work addresses Angolan foreign policy vis-à-vis the countries of the post-Soviet space; analyzes the Angolan foreign policy towards the United States and the countries of Latin America after the end of the international bipolar system; examines Angolan foreign policy for Western European states; and lastly, describes the new Angolan foreign policy towards African countries.

After the dissolution of the Soviet socialist bloc, a considerable part of the republics that belonged to it gained their independence and, consequently, turned towards capitalism. I conclude that this international situation, among other factors that are no less determinant, has influenced Angola to choose the same route, due to which several practices gained prominence and are now foundations of the current Angolan foreign policy, whose vectors have started to indicate and establish new directions.

## **Keywords:**

*Cold War; foreign policy; Angolan foreign policy; International relations; capitalism; communism; socialism; option and socialist orientation.*

**Folha em branco**

# Índice

Agradecimentos	vi
Lista de acrónimos	xviii
INTRODUÇÃO	1
Questão de investigação	6
Objectivos do estudo	6
Justificação da relevância do estudo e respectiva delimitação	6
CAPÍTULO I – METODOLOGIA	8
1.1. Orientações teóricas e metodológicas	8
1.2. Metodologias de eleição em matéria de pesquisa sobre “Relações Internacionais”	9
1.3. Métodos e técnicas de investigação utilizados	13
1.3.1. Tipo de pesquisa	15
1.4. Caracterização do contexto. O perfil de Angola.	15
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA	26
2.1. Premissas sobre o <i>estado da arte</i> em relação ao tema em estudo	26
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	32
3.1. Política externa	32
3.2. Política externa angolana	38
CAPÍTULO IV – A ÁFRICA NOS MEANDROS DA GUERRA FRIA	42
4.1. Os países africanos de orientação socialista	42
4.2. Os países africanos e a via capitalista	46
4.3. As diferenças ideológicas em África e suas consequências	52
CAPÍTULO V – A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA NO DECURSO DA GUERRA FRIA	57
5.1. Angola e o socialismo	57
5.1.1. A política externa angolana relativa ao bloco socialista	58
5.1.2. As relações diplomáticas entre Angola e a URSS	59
5.2. Angola ante o capitalismo	62
5.2.1. A política externa angolana versus países de feição capitalista	63
CAPÍTULO VI – O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA CONJUNTURA DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA	65
6.1. O pós-Guerra Fria e sua influência na política externa angolana	65

6.1.2. A queda do bloco socialista soviético	69
6.1.3. A política externa angolana face aos Estados Unidos da América e aos países da América Latina após a despolarização	74
6.1.4. A política externa angolana face aos países africanos no contexto do pós-Guerra Fria	81
6.1.5. A política externa angolana e o <i>Velho Continente</i>	83
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICES	96
ANEXOS	99
ÍNDICE COMPLEMENTAR E ALFABÉTICO DE MATÉRIAS	118

**Folha em branco**

## **Lista de Acrónimos**

AIEA	Agência Internacional para a Energia Atómica
AEA	Aliança Evangélica de Angola
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ANC	Congresso Nacional Africano
ANSA	Associação de Nações do Sudeste
APEC	Cooperação Económica Ásia-Pacífico
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
CARICOM	Comunidade das Caraíbas
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
CE	Conselho da Europa ou Conselho Europeu
CEAAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEI	Comunidade de Estados Independentes
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs em Angola
CICV	Comissão Internacional da Cruz Vermelha
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRA	Constituição da República de Angola
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCD	Fórum Cabindense para o Diálogo
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional Para a Libertação de Angola
FpD	Frente para Democracia
FRA	Frente de Resistência Angolana
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento

Intelsat	Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites
IS	Internacional Socialista
ISBN	Número Internacional Normalizado do Livro
KGB	Comité de Segurança do Estado
LA	Liga Árabe
MCCA	Mercado Comum da América Central
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MINA	Movimento pela Independência Nacional de Angola
MOL	Movimento dos Oficiais Livres
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA–PT	Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho
MSF	Médicos Sem Fronteira
NAFTA	Acordo de Livre Comércio Norte-Americano
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação das Ajudas Humanitárias
OCI	Organização da Conferência Islâmica
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIG	Organizações Intergovernamentais
OIPC	Organização Internacional de Polícia Criminal ( <i>Interpol</i> )
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMI	Organização Marítima Internacional
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCE	Organização sobre a Segurança e a Cooperação na Europa
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Partido Comunista
PC(b)R	Partido Comunista (bolchevique) da Rússia
PC(b)URSS	Partido Comunista (bolchevique) da União das Repúblicas Socialistas
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PLUA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

POSD(b)R	Partido Operário Social-Democrata (bolchevique) da Rússia
POSDR	Partido Operário Social-Democrata da Rússia
RA	República de Angola
RAS	República da África do Sul
RDA	República Democrática Alemã
RDC	República Democrática do Congo
RFA	República Federal da Alemanha
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCC	<i>Southern African Development Coordination Conference</i>
SDN	Sociedade das Nações
SOCIUS	Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
UA	União Africana
UBI	Universidade da Beira Interior
UEO	União da Europa Ocidental
UIT	União Internacional das Telecomunicações
ULL	Universidade Lusíada de Lisboa
UNAVEM	<i>United Nation Angola Verification Mission</i>
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional Para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
UPNA	União dos Povos do Norte de Angola
UPU	União Postal Universal
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US/USA	United States/ United States of America

**Folha em branco**

## Introdução

Revela-se ao velho e badalado ditado “*na luta entre elefantes, é o capim quem mais sofre*”. Ainda que humorístico, nada pretende-se de engraçado. Com efeito, a antiga URSS e os EUA foram, ao longo de várias décadas, como que “os magníficos gigantes do reino animal”, que entre si travavam contenda, nos mais variados domínios da vida sociopolítica mundial, com particular destaque para a esfera económica (intentando difundir suas ideologias e/ou sistemas político-económicos) e para a esfera militar (fomentando o conflito armado, aqui e acolá, visando em primeiro lugar satisfazer seus particulares interesses), enquanto o “resto” do mundo padecia de sua contenda, feito a *erva daninha* de que faz jus o dito. Tal é a condição a que usamos designar bipolarismo na mais pura essência.

Na sua obra, em realce à *problemática da nova ordem mundial*, finaliza, escrevendo, Kissinger:

Os intelectuais analisam os funcionamentos dos sistemas internacionais; os políticos constroem-nos. E há uma grande diferença entre a perspectiva de um analista e a de um político. O analista pode escolher o problema que deseja estudar, enquanto os problemas de um político são-lhe impostos. O analista pode dispor de tempo que for necessário para chegar a uma conclusão definida; o desafio que oprime o político é a pressão exercida pelo tempo. O analista não corre risco algum. Se as conclusões não se confirmarem, pode escrever outro tratado. Ao político só é permitida uma conjuntura; os seus erros são irreversíveis. O analista tem ao seu dispor todos os factos; será julgado pela sua capacidade intelectual. O estadista tem de actuar sobre suposições que não podem ser provadas na altura em que as faz; será julgado pela história, pela forma como controlou, sabiamente ou não, a mudança inevitável e, sobretudo, pela maneira como conservou a paz. É por isso que o estudo de como os políticos têm lidado com o problema da ordem mundial – o que funcionou ou falhou e porquê – não é o fim da compreensão da diplomacia contemporânea, embora possa ser o seu início.<sup>1</sup>

A presente investigação visa proceder a uma descrição, sobre como Angola enfrentara a nova adaptação na sua política externa após o término da Guerra Fria, com a dissolução do bloco socialista soviético; tendo em vista que o país, até a data de tal facto, perseguia uma política externa dependente e voltada quase totalmente para a então União Soviética. Deste modo, parte do pressuposto de que a nova conjuntura política, esboçada pela queda do soviétismo, deveras permitiu desconstruir o sistema obsoleto que vigorava em Angola, quando esta se denominava “República Popular”, e o regime de governo do partido no topo (o MPLA-PT de então) assentava na doutrina marxista-leninista, orientando-se pelo socialismo, enquanto aspirava lugar cimeiro na

---

<sup>1</sup>Henry Kissinger. *Diplomacia*. 2ª ed. Lisboa/Portugal: Edições Gradiva, 2002, p. 20.

mesa do “comunismo” deturpado por viés dos seus impositores russos, para dar lugar à democracia multipartidária no País.

As alianças político-militares entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a República de Angola (governada pelo MPLA) iniciaram, precisamente, por altura do ano de 1960, conhecido como o ano de África, e mantiveram-se até ao fim da Guerra Fria, isto, em 1989. Fruto da influência da política externa da URSS em África, Angola havia optado pela ideologia socialista-comunista, em detrimento do capitalismo, desde a data da proclamação da sua independência em 1975, facto que terá perdurado até 1991. Do que consta, após a eleição de Mikhail Sergueievich Gorbatchov (do russo – “*Михаил Сергеевич Горбачёв*”) pelo Comité Central do Partido Comunista em 1985, a relação entre a URSS e Angola sofreu grandes alterações, devido a mudanças na política externa da União Soviética implementadas por este estadista. Esta situação “abalou” consideravelmente as relações entre Angola e a URSS pelo simples facto de que o país tinha a sua política externa voltada essencialmente para a União Soviética. Entretanto, cabe realçar, que antes dessa data já as autoridades Angolanas procuravam normalizar as suas relações com a África do Sul e com os Estados Unidos da América, sem o consentimento dos Russos.<sup>2</sup> Precisamente no início da década de 1990, o presidente da URSS Mikhail Gorbatchov começou a implementar a *Glasnost*<sup>3</sup> e a *Perestroika*<sup>4</sup>. Os soviéticos estavam prontos para deixar o socialismo, rumo à economia de mercado “capitalista”, com maior abertura política e democrática. Fruto disso, grande parte das repúblicas que constituíam a União Soviética foram retomando suas independências políticas. Com efeito, as mudanças na política externa Russa e as reformas internas implementadas por Gorbatchov, permitiu a assinatura do acordo de Nova Iorque entre Angola, África do Sul e Cuba em 1988. A partir desta altura, Angola começou a “estretar” os seus laços com os Americanos. O fim da Guerra Fria, simbolizado com a queda do muro de Berlim, e a dissolução do bloco socialista soviético em 1989, obrigou Angola a ajustar-se às mudanças impostas pela nova

---

<sup>2</sup> José Milhazes. *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética*. 3ª Ed. Lisboa/Portugal: Edições Nova Vega, Lda., 2015. ISBN 978-972-699-928-7. p. 133

<sup>3</sup> Segundo o dicionário de relações internacionais (Coordenado por Fernando Sousa e Pedro Mendes – 3ª Edição, 2014, p. 109) “termo utilizado pelos meios de comunicação ocidentais para designar as novas iniciativas, relacionadas em particular com a cooperação entre superpotências na política externa soviética após 1985, sob a tutela de Mikhail Gorbatchov. Traduz-se por “*abertura*” e, demonstra a crença deste numa imprensa livre, para criticar a ineficiência das iniciativas estatais, de modo a impulsionar a reestruturação da sociedade.

<sup>4</sup> A par da *Glasnost*, a *perestroika* também fazia parte dos planos de M. Gorbatchev de reforma alargada na então União Soviética. Significando “*reestruturação*”, cedo o termo recebeu também uma conotação ideológica. A proposta de sua implementação surgiu em Janeiro de 1987, num Congresso do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, combinando reorganização económica e democratização limitada, em particular ao nível dos governos locais. Como se lê na obra a que referimos em nota imediatamente anterior (p. 184), a princípio a *perestroika* tinha por objectivo reformar o sistema económico de controlo estatal em vigor, e não substituí-lo, para que o sistema então existente funcionasse de forma mais eficiente. Entretanto, o processo acabou por ter um desfecho diferente do inicialmente previsto devido ao processo de democratização do sistema político que originou e que acabou por conduzir à desintegração da URSS.

conjuntura internacional. Por tudo isso, Angola sentiu-se obrigada a optar por uma ideologia política *democrática*. Alguns autores, a exemplo de Issau Agostinho<sup>5</sup>, partilham a ideia de que o facto de Angola ter aderido a ideologia capitalista democrática após a Guerra Fria contribuiu, em certa medida, para a aproximação com as demais sociedades democráticas capitalistas, espalhadas pelo mundo afora. Além disso, o fim da Guerra Fria, com o advento da “nova ordem mundial” e dissolução do bloco socialista Soviético, terá servido também de mola impulsadora para a “reorientação da política externa de Angola”, tornando-a cada vez mais multilateral. Nesta altura, salienta-se também a progressiva entrada em cena, de numerosos actores não-estatais no universo da política externa angolana; facto que, pois bem, justificará a afirmação de António M. Bessa: “As políticas externas são sempre um diálogo permanente entre um caminho velho e um caminho novo”.

Na obra intitulada “*Elementos de análise da política externa*”<sup>6</sup> Victor Marques dos Santos considera, que a “política externa” corresponde a um “conjunto de processos, decisões e acções desenvolvidas pelos Estados, desempenhadas por órgãos próprios através da utilização de recursos e de instrumentos específicos”. O autor, igualmente citado por Miguel Domingos Bembe<sup>7</sup>, acresce ainda que se trata de todo um “conjunto de linhas de acção política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um Estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objectivos definidos num programa de governo”. Todavia, ajustando o conceito da política externa proposto por Victor M. Santos ao contexto angolano, podemos afirmar (com Bembe) que “a política externa angolana, corresponde ao conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que o governo de Angola adopta e aplica às entidades fora da sua jurisdição política, para assegurar a defesa e materialização dos interesses nacionais”. Segundo Adriano Moreira<sup>8</sup>, a própria Guerra Fria foi sempre subordinada à proclamação de concepções do mundo e da vida excluentes uma da outra. O facto dos dois blocos (políticos e) militares exigirem, por tanto tempo, que foi meio século, a quase totalidade das atenções dos poderes políticos e da opinião pública, também fez concentrar as análises no designado *bipolarismo*, e aconteceu a derrocada do soviétismo reanimou a tese do apaziguamento ideológico, agora levando até a proclamar a sobrevivência exclusiva da proposta dos ocidentais.

---

<sup>5</sup> Doutorado em Estudos Políticos, Issau Agostinho é director de *Il Geopolítico*, revista (ISSN 2532-1897) online de Análise Geopolítica, e coordenador da Comissão Editorial. É autor da obra: “*Angola, formação e democratização do Estado*”, de 2018, editada em Roma pela *Nuova Cultura*.

<sup>6</sup> A obra referida, datada de 2000, constitui um dos acervos do ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – UL).

<sup>7</sup> Trata-se de um artigo publicado por este (Miguel D. Bembe), a respeito da política externa angolana, sob o título: *A Política Externa Angolana: Doutrina e Prática* (Cf. <https://journals.openedition.org/mulemba/1281>, por nós consultado a 10-12-2019, 20:09).

<sup>8</sup> Adriano Moreira. *Teoria das Relações Internacionais*. 7ª ed. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, S.A., 2011. ISBN 978-972-40-4660-0. p. 79.

Trata-se, segundo Moreira, da tese do *fim da história*, da autoria de Francis Fukuyama (autor de ascendência japonesa que cresceu nos Estados Unidos). Na sua obra intitulada “*Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*” Martin Griffiths<sup>9</sup> comenta:

como o *The twenty year's crisis* (1945) de E. H. Carr, o livro de Fukuyama ‘*O fim da história e o último homem* (1992)’ ofereceu uma interpretação do significado do fim da Guerra Fria, que atraiu imensamente a atenção pública. Quase de noite para o dia, a expressão ‘fim da história’ foi usada como sinónimo de ‘era pós-Guerra Fria’ e Fukuyama, até então quase desconhecido entre os estudiosos de relações internacionais, tornou-se instantaneamente uma celebridade. Num certo sentido, isso foi infeliz. Fukuyama *não* disse que a ‘história’ tinha chegado ao fim no sentido de que a política, a guerra e o conflito já não ocorreriam. Nem afirmou que o colapso do comunismo garantiria que todos os Estados se tornariam democracias liberais. (...) Os pontos de vista filosóficos de Fukuyama são elaborados em conjunto com um exame detalhado da tendência inexorável para as formas de governo democráticas liberais no século xx. Ele afirma que, no sul da Europa, na América Latina, partes da Ásia e da Europa oriental, a economia de mercado livre e a democracia parlamentar estão se tornando a regra, com algumas excepções importantes. Acrescenta que existiam apenas treze democracias liberais em 1940, trinta e sete em 1960 e sessenta e duas em 1990. Fukuyama ainda prevê o declínio da guerra entre os Estados democráticos com o passar do tempo, argumentando que a paz entre os Estados decorre em grande parte da convergência interna em direcção às normas democráticas liberais. (...)

Ainda na pegada do professor A. Moreira, retratando a “bipolaridade nas relações internacionais” deve reconhecer-se que o bipolarismo é um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas nem significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim das ideologias. O esgotamento de um projecto ideológico está relacionado com as mudanças verificadas na realidade sociológica a que se dirigia, e a mudança origina outras e novas propostas para meditar. Como escreve a professora Liliana Reis<sup>10</sup>, a cooperação, a integração e a paz são as principais questões abordadas pela teoria das Relações Internacionais, a par da guerra, da fragmentação política e do conflito. O “telescópio” da política externa angolana, não deve deixar de antever estas questões, isto é, enquanto Estado e actor emergente a nível da “política entre nações”, Angola deve ter percebido o quanto estes elementos não podem ser ignorados no trato da sua política (sobretudo externa) sob pena de pecar por furtar-se à imperatividade dos factos quer sociais, políticos ou económicos, sempre actuais e actuantes, quer puramente históricos, com sua faculdade para melhor perspectivar o futuro. Ao estabelecer paradigmas, ao concertar mudanças em sua própria política externa, para daí então concorrer a nível da política internacional, Angola deve levar sempre em conta a conjuntura global no tocante à

---

<sup>9</sup>Martin Griffiths. *Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. 2ª ed. São Paulo/Brasil: Editora Contexto, 2011. ISBN 978-85-7244-248-0. pp. 107-115.

<sup>10</sup>Liliana Reis. *A Construção do Ator Securitário Europeu: A Hora das Escolhas*. Lisboa/Portugal: Chiado Editora, 2017. ISBN 978-989-52-1570-6. p. 32

dinâmica política no mundo. Citando R. Patrício<sup>11</sup>, L. Reis salienta que as Relações Internacionais apresentam todo um campo instrumental e conceptual que permite fundamentar, teoricamente, os acontecimentos da política internacional, bem como, de forma não reactiva, sugerir e apontar vias alternativas aos decisores de política externa. Referindo-se à evolução da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)<sup>12</sup>, a autora chama à atenção sobre as indefinições e a confrontação de paradigmas, perante as mudanças do ciclo pós-Guerra Fria e da emergência de novas ameaças no sistema internacional, que, segundo ela, leva-nos a aceitar, ainda que provisória e mesmo parcialmente, que o conjunto de premissas e proposições oriundas das teorias das Relações Internacionais poderão explicar a referida evolução da PCSD. Daí que seja natural, ajuizando com a professora, pressupor que, no *habitus* das relações internacionais contemporâneas, o processo de tomada de decisão dos Estados no âmbito das suas políticas externas são muitas vezes pautados por hibridismos axiomáticos. Em suma, os vários paradigmas existentes devem-se à própria complexidade pós-moderna do mundo da política internacional.

O trabalho, que teve em parte suporte no recurso ao método da pesquisa documental, baseando-se na revisão bibliográfica e, tendo em conta a crítica “histórico-filosófica”, é apresentado em um total de seis (6) capítulos: o primeiro reporta-se a todo um *design* metodológico, comportando perspectivas gerais e oferecendo uma abordagem específica dos métodos que terão favorecido a construção do trabalho. O segundo traz consigo uma breve panorâmica em torno do que apelidamos revisão da literatura. Um enquadramento conceptual, com destaque para os conceitos de “política externa” e “política externa angolana” é feito no terceiro capítulo<sup>13</sup>. O quarto capítulo (primeiro dos três fundamentais) versa sobre a África nos meandros da Guerra fria (os países africanos de orientação socialista e os de orientação capitalista, as diferenças ideológicas em África e suas consequências, fazem-se destaque). O quinto, trata a respeito da política externa angolana no decurso da Guerra Fria; destacam-se as secções referentes aos tópicos Angola e o socialismo, a política externa angolana relativa ao bloco socialista “URSS, Cuba, China”, as relações diplomáticas entre Angola e a União Soviética, Angola ante o capitalismo e a política externa angolana versus países de orientação capitalista). No sexto e último capítulo versamos sobre o fim da Guerra Fria e a nova conjuntura da política externa de Angola.

---

<sup>11</sup> Raquel Patrício, «*As relações em eixo – novo paradigma da teoria das relações internacionais?*» Revista Brasileira de Política Internacional, n.º 42 (2); pp. 5-24, 2006.

<sup>12</sup> A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) substituiu a antiga Política Europeia de Segurança e Defesa. Entretanto, o tratado de Lisboa altera a denominação desta política, consagrando-lhe uma nova secção nos tratados fundadores.

<sup>13</sup> Outros conceitos, não menos relevantes para uma percepção de conjunto, não se terão encaixado neste compartimento do trabalho, por razões de ordem metodológica (e que se diga de passagem – sugestão apresentada pelo tutor), porém, podem ser vislumbrados nos apêndices, em resultado de arranjos.

**Questão de investigação.** De que forma o término da Guerra Fria, influenciou na mudança dos principais vectores da política externa angolana? Tal é, a questão central que circunscreve o nosso objecto de estudo, e à luz da qual desenvolveu-se a presente pesquisa. Entretanto, em amparo aos objectivos específicos, esta desmembra-se (isto é, faz-se compreender) nas seguintes sub-questões (de investigação): a) Terá a passagem de antigas repúblicas socialistas soviéticas a países independentes que adoptaram o sistema económico capitalista influenciado Angola a adoptar o mesmo tipo de sistema? b) Uma vez que a política externa angolana voltava-se, estreitamente, para a URSS antes da sua dissolução, como caracterizá-la face aos países do espaço pós-soviético? c) Como Angola levou a cabo a sua política externa em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após a despolarização? d) Como se pode descrever a política externa angolana face ao Ocidente com o advento da Nova Ordem Mundial ? e) Como configurar a política externa angolana para com os países do continente face à nova realidade da política internacional?

**Objectivos do estudo.** Por formas a assegurar maior orientação à investigação em causa, traçamos os respectivos objectivos. Em termos gerais, a dissertação visa analisar de que forma o término da guerra fria, com a dissolução da União Soviética, contribuiu para a mudança dos principais vectores da política externa Angolana. Aliados a este, são objectivos específicos: abordar a política externa angolana face aos países do espaço pós-soviético; analisar a política externa angolana em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após o fim do sistema internacional bipolar; examinar a política externa angolana para os estados da Europa Ocidental e, finalmente, descrever a nova política externa angolana face aos países africanos.

**Justificação da relevância do estudo e respectiva delimitação.** Esta investigação procura contribuir para a análise das mudanças na política externa angolana em resultado do fim da Guerra Fria. Trata-se de um tema importante para as Relações Internacionais por abordar assuntos atinentes à problemática da rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, levando em particular consideração as suas ideologias respectivamente, comunista e capitalista, que os dois campos representavam na África subsariana no geral e em Angola em particular, durante a Guerra Fria e no período pós-Guerra Fria. É também importante, por procurar descrever/clarificar a respeito dos mecanismos de política internacional/externa usados por Angola após a Guerra Fria para se adaptar à nova realidade em busca da materialização e satisfação dos seus interesses nacionais.

Consultámos, várias vezes, a biblioteca do Instituto Superior de Relações Internacionais “Venâncio de Moura”, afecto ao Ministério das Relações Exteriores da República de Angola. Aí deparamo-nos com um vazio de obras científicas (relatórios, dissertações ou teses) de interesse, voltado à temática por nós abordada. Apenas um trabalho, tratando-se especificamente de uma monografia com o título/tema «*A política externa angolana (1979-1992)*». Logo, auguramos que o nosso trabalho venha aumentar o número reduzido de obras de investigação no campo da política externa angolana, nos mais diversos domínios, no sentido de enriquecer os acervos académicos.

Este trabalho, ainda que lhe correspondam fortuitas insuficiências, pretende também servir à reconstrução da história recente de Angola, com maior relevância para a esfera da história política, no que se refere à diplomacia. Afinal, como escreve Alain de Benoist<sup>14</sup>, “a própria história não está protegida. Já não existe história «de direito divino». Há vários passados que se podem «escolher» – e que se podem reconstruir – uma vez que se inscrevem diferentemente no nosso presente. A historiografia moderna rompeu a ilusão de uma história «unidimensional» ou puramente factual. Ela revê o passado sob o ângulo da estrutura e das mentalidades”<sup>15</sup>.

Este estudo delimita-se à problemática da política externa angolana. Foi desenvolvido no âmbito da ciência das Relações Internacionais, e sua estruturação terá obedecido simplesmente às regras/normas de investigação científica, bem como às regras/normas regulamentadas pela Universidade da Beira Interior, que, de certa forma, lhe terão servido de limites (*a priori*). O nosso foco consistiu sobretudo em analisar a influência do período dito “pós-Guerra Fria” relativamente à mudança de paradigma no contexto da política externa angolana, mais especificamente no período compreendido entre 1989 a 1992. Um estudo que se debruce sobre as experiências da vida, sobre as relações que possam existir entre factos quer sociais quer históricos, acaba em última instância como reflexão sobre a vida social, política, cultural, económica e, muito particularmente, sobre a própria vida de quem investiga. reconhecemos que muitas das limitações para um estudo decorrem da capacidade e personalidade do próprio investigador, da competência científica e da empatia que, pois bem, se estabelece no contacto. Esperamos poder ter superado ambos.

---

<sup>14</sup> Autor francês, que abraçara desde cedo o jornalismo, prosseguindo os estudos de letras, filosofia e história. Nasceu em 11 de Dezembro de 1943.

<sup>15</sup>Alain de Benoist. *Nova Direita, Nova Cultura*. Lisboa/Portugal: Edições Afrodite (para língua portuguesa), 1981. (*A história em paralelo*) pp. 377-378.

# Capítulo I

## METODOLOGIA

---

### 1.1. Orientações teóricas e metodológicas

No presente capítulo, abordamos os “elementos” incorporados ao procedimento metodológico norteador do nosso estudo, bem como os métodos ou técnicas fundamentais seleccionados para a definição e pesquisa da problemática eleita.

*Definição de método.* O método da ciência é um problema candente da filosofia. Bacon<sup>16</sup> refere-se ao método indutivo. Segundo ele este método tem três fases: análise da experiência, hipótese e verificação. Galileu trata do que ele próprio designa método indutivo-dedutivo, o qual deve comportar quatro fases: análise, experiência, hipótese, confirmação da hipótese; realça a dedução de novas leis da lei que acaba de ser estabelecida e apregoa o uso da matemática nas ciências experimentais. O pensamento de René Descartes gira em torno da importância do método para a aquisição da ciência, assim, os métodos possíveis são dois: o indutivo e o dedutivo. Para este pensador, o método dedutivo é o único que pode conduzir-nos ao progresso do saber e à descoberta da verdade e, suas quatro regras fundamentais são: a intuição, a análise, a síntese e a enumeração. Na regra da intuição está o critério da verdade de Descartes: o critério da clareza e da distinção. Blaise Pascal ocupa-se com a crítica ao método de Descartes. Ao método geométrico de Descartes (*esprit de géométrie*), Pascal opõe o método afectivo (*sprit de finesse*); às ideias claras e distintas, as ideias emocionantes; à precisão da razão, o entusiasmo do coração. Giambattista Vico sustenta o método da verificação histórica, ao passo que David Hume apregoa o método associativo.

Se, em termos gerais, por método (do grego: *odós*) entende-se “o conjunto dos caminhos pelos quais o pensamento poderá atingir ou atingiu um determinado fim<sup>17</sup>...”, por metodologia responderia, tradicionalmente, o “ramo da lógica que se ocupava do estudo lógico e sistemático dos princípios que orientam a investigação científica<sup>18</sup>”. O fim que se consubstancia ao método pode ser cognitivo (a descoberta ou a prova da verdade) e também moral ou vital (por exemplo, a felicidade). Segundo G. Thinès e A.

---

<sup>16</sup>Battista Mondin. *Curso de Filosofia*. 13<sup>a</sup> ed. São Paulo/Brasil: Edições Paulus, 2005. ISBN 972-21-0495-0. Vol. 2, p. 235.

<sup>17</sup>Georges Thinès; Agnès Lempereur. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lousã/Portugal: Edições 70, S.A., 1984; pp. 589-590.

<sup>18</sup>*Idem*, p. 590.

Lempereur, os caminhos referidos são geralmente determinados por um conjunto de regras, as quais fixam a ordem das operações a realizar com vista a atingir um resultado determinado. Fernando de Sousa e Pedro Mendes<sup>19</sup> realçam que “o procedimento metodológico implica tomar-se consciência de um problema, formulá-lo com clareza e trabalhar em ordem à sua resolução”. Assim, a metodologia “pode definir-se, como a disciplina que examina e avalia as técnicas de pesquisa, bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à captação e processamento de informação com vista à resolução de problemas de investigação”<sup>20</sup>. Todavia, “o objectivo de uma disciplina de metodologia consiste em fazer com que os estudantes ganhem consciência desse procedimento, adquiram melhores conhecimentos e uma maior compreensão das etapas a seguir quando se planeia uma investigação concreta, e conheçam os métodos e técnicas susceptíveis de favorecer a procura de soluções para os problemas e de explicação para eles.”<sup>21</sup> Em suma, o método de investigação científica consiste em formular questões sobre a realidade do mundo e a realidade humana, baseando-se nas observações da realidade e nas teorias já existentes, antecipando soluções a estes problemas e confrontando-as com a mesma realidade, mediante a observação dos factos, sua classificação e análise.

## **1.2. Metodologias de eleição em matéria de pesquisa sobre “Relações Internacionais”**

Nesta secção procuramos, sobretudo, tecer considerações específicas em relação aos métodos fundamentais, amplamente utilizados no âmbito da pesquisa em matéria de Relações Internacionais. Entretanto, antes de nos atermos a este quesito importará realçar o seguinte:

As relações internacionais sempre contemplam diversos aspectos (económicos, tecnológicos, culturais, etc.). Por este facto, as relações entre Estados são sempre dominadas pela Política Internacional. Assim, a política determina o interesse nacional e o bem colectivo, interessa-se pelo funcionamento das próprias relações internacionais, pela evolução do sistema, pela manutenção da paz e da segurança internacionais, pelos desafios planetários e pelas relações entre as potências. Contudo, o conceito de Relações Internacionais é mais amplo do que o da Política Internacional, reportando-se a todas as formas de interacção política e não política, ao passo que esta

---

<sup>19</sup>Fernando de Sousa; Pedro Mendes. *Dicionário de Relações Internacionais*. 3ª edição revista e aumentada, Porto/Portugal: Edições Afrontamento, S.A., 2014. ISBN 978-972-36-0981-3, p. 147.

<sup>20</sup>*Idem*.

<sup>21</sup> Bruno Deshaies *apud* F. Sousa e P. Mendes (*Ibidem*).

apenas se preocupa com as relações ou fenómenos que têm impacto imediato nas relações intergovernamentais<sup>22</sup>. Entretanto, deve-se reconhecer a relação existente entre esses três conceitos: Política Internacional, Política Externa e Relações Internacionais. Ao passo que o conceito de Relações Internacionais é mais amplo relativamente ao de Política Internacional, este, ainda que não pressupondo substancialmente o mesmo teor, aproxima-se ao de Política Externa. “Se a primeira lida com interações, a segunda lida com acções e reacções. Na perspectiva da Política Externa, as relações de Política Internacional resultam do envolvimento dos Estados em actividades de formulação política”<sup>23</sup>. Com este breve esclarecimento, facilmente se pode suspeitar existir estreita relação, quanto aos métodos, eleitos quer em matéria de Ciência Política quanto em matéria de ciência de Relações Internacionais. Com efeito, segundo Fernando de Sousa, o estudo das Relações Internacionais levanta problemas metodológicos gerais que a Ciência Política conhece no seu conjunto. Os seus métodos são ecléticos, múltiplos e relativos. Ecléticos por condizerem a várias ciências (como no caso da Ciência Política, da História, do Direito, da Geografia, da Economia, etc.); múltiplos e/ou diversificados tanto em função do objecto de estudo como das doutrinas de referência.

Importará reter: “A natureza de uma ciência é função do seu *objecto* e do seu *método* – daquilo que se propõe estudar (isto é, o assunto) e dos meios utilizados nesse estudo.”<sup>24</sup> Há, todavia, necessidade de se ter em conta, quando nos dispomos a investigar, a problemática do âmbito metodológico de toda uma ciência. Esta problemática sempre é redutível à metodologia, isto é, a todo um conjunto de métodos que constituem lugar-comum numa determinada área do saber científico. Na perspectiva de A. Saraiva, sendo distinto o objecto (sem o que as ciências não se distinguiriam), hão-de variar os processos de estudo. Deste modo, cada ciência utilizará, ou um método diferente, ou modalidade de um mesmo método. Em sentido lato, diríamos que o método é, a ordem que devemos impor aos nossos actos, para obter certo resultado. É neste sentido que se costuma falar em trabalhar com método (para o profissional), viver com método (para quem se pautar por valorizar a sua saúde), estudar com método (para o estudante que sempre vislumbra o êxito em sua carreira académica). Do ponto de vista científico (e aí estaríamos referindo o sentido restrito) entender-se-á o método como sendo o conjunto dos processos utilizados na descoberta ou demonstração da verdade.

---

<sup>22</sup>Fernando Sousa; 2008 p. 178 *apud* Emílio J. Zeca. *Relações Internacionais: Natureza, Paradigmas e Assuntos Transversais*. Porto/Portugal: Plural Editores, 2013. ISBN 978-989-611-356-8. 2013 p. 23

<sup>23</sup>Fernando Sousa e Pedro Mendes; *op. cit.*, 2014, p. 192.

<sup>24</sup>Augusto Saraiva. *Filosofia* (7.º ano), 8ª edição, Porto/Portugal, Ed. Educação Nacional 1973, p. 100.

As “Relações Internacionais” como disciplina científica autónoma surgiram no início do século XX, nomeadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. Autores como Segundo Fernando Sousa e Pedro Mendes revelam que sobretudo a partir da nova ordem internacional do *pós-Guerra* (isto é, depois da II Guerra Mundial) se assistiu, em simultâneo, ao desenvolvimento da hegemonia política e científica dos Estados Unidos da América. Entretanto, é sobretudo neste país que as Relações Internacionais ganham os contornos de disciplina científica académica autónoma, ainda que assumida como uma disciplina integrada nos departamentos de Ciência Política. Embora persista o debate em torno da autonomia das Relações Internacionais (uma vez que muitos ainda discutem se se trata realmente de uma disciplina de facto autónoma, ou apenas uma subdisciplina da Ciência Política, ou ainda uma inter-disciplina) esta referida autonomia (em progresso) das Relações Internacionais como disciplina científica, nunca deverá pressupor a negação da sua ligação à Ciência Política nem o seu carácter interdisciplinar. Sousa e Mendes realçam que a problemática da especialização e da hibridização disciplinar é um fenómeno geral em todas as disciplinas na ciência contemporânea, portanto, compreender isso é tão natural como compreender a existência de fronteiras disciplinares.

As Relações Internacionais respondem ao panorama metodológico padrão das ciências sociais; afinal, como se sabe, são uma extensão das próprias ciências sociais; isto é, as Relações Internacionais enquanto disciplina científica fazem parte da conjuntura das ciências sociais. Entretanto, segundo Saraiva<sup>25</sup>, compreendem as ciências sociais, em especial a *sociologia* (que estuda os agrupamentos humanos, na sua constituição, evolução e modo de funcionamento), a *história* (que estuda a origem, o desenvolvimento e a transformação das instituições sociais e políticas, bem como a influência das instituições no desenvolvimento social, moral, cultural dos povos), a *economia* (que estuda a actividade humana e as relações entre os homens enquanto têm por fim a satisfação das suas necessidades materiais. Esta, dá relevo especial às funções de produção e distribuição da riqueza, às mudanças que eventualmente ocorrem no sistema de produção e distribuição, e às transformações sociais e políticas que daí resultam).

Fundamentalmente investigativas (ainda na senda do professor português Augusto Saraiva) as ciências sociais utilizam os processos indutivos. Fazem largo uso da observação: *directa*, sobre os próprios factos, na sociologia e na economia; *indirecta* (sobre documentos) na História. Recorrem abundantemente à hipótese. Mas, porque não é possível, nestas ciências, repetir os factos ao arbítrio do investigador, a verificação experimental é aqui substituída pela observação comparativa. E o raciocínio

---

<sup>25</sup> Augusto Saraiva; *op. cit.*, p. 101.

experimental (característico das ciências físico-químicas) assume, nelas, a forma do raciocínio de analogia<sup>26</sup>.

Nas ciências da natureza há a possibilidade de medir, e a medida é factor primacial de rigor na interpretação. Segundo a frase muitas vezes citada de Brunschvicg, em ciência “conhecer é medir”. Diversamente, a interpretação dos factos humanos (reflexo das ciências sociais e/ou humanas) é dada, muito frequentemente, em termos de significação, motivação, valor, noções que, por serem de ordem qualitativa, são refractárias à medida. Assim, aspectos tais como a complexidade, a irreversibilidade e a heterogeneidade qualitativa são características que, nas ciências que têm o homem simultaneamente como objecto e sujeito da investigação, não só dificultam a prova, como limitam o acesso à interpretação rigorosa. De onde resulta que elas sejam menos precisas nas suas *noções*, mais incertas nas suas *causas*, menos rigorosas nas suas *leis*, e ainda, menos seguras nas suas previsões.

Advogam, especificando e categorizando, Fernando de Sousa e Pedro Mendes, nas Relações Internacionais os métodos são os das ciências sociais em geral, adaptados a problemas de investigação (particulares). A descrição anda a par com a sistematização, a análise com a síntese, o universal com o regional ou local; a pesquisa pura com a ajuda à decisão ou justificação de uma política. As Relações Internacionais utilizam o método sociológico, o método histórico, a análise crítica e comparativa e mesmo (a certa medida) os métodos matemáticos. Estes autores relatam-nos ainda, que nas Relações Internacionais como na Ciência Política, enquanto ciências sociais, boa parte dos investigadores segue as regras do método sociológico, como foram formuladas pela escola sociológica francesa, de E. Durkheim e Lévy-Bruhl. O essencial do método sociológico reside na transposição dos métodos das ciências da natureza para o estudo das sociedades humanas, de tal modo que o percurso metodológico a seguir respeita certas etapas que passam sequencialmente pela observação-constatação, pela notação dos factos, pela comparação dos factos, pela sistematização das ligações lógicas dos mesmos e finalmente pela verificação – operação que permite testar a pertinência das observações.

Importa-nos particularmente ratificar que “utiliza-se, por vezes, o termo metodologia no sentido da totalidade dos processos de investigação e das técnicas utilizadas numa ciência, para além de qualquer vontade analítica, como simples conceito descritivo”<sup>27</sup>. Influenciados pelo desenvolvimento da matemática, numerosos especialistas das Relações Internacionais procuram utilizar técnicas e métodos matemáticos. A tradicional quantificação dos dados, a utilização de gráficos, a

---

<sup>26</sup> Regra geral, por analogia entende-se a operação que nos permite inferir de um facto observado, um facto não-observado, em virtude de condições que lhe são comuns.

<sup>27</sup> Georges Thinhès; Agnès Lempereur; *op. cit.*, 1984; p. 590.

construção de modelos, a teoria dos jogos e a teoria da decisão, são, segundo Fernando Sousa e Pedro Mendes, alguns dos métodos, técnicas e teorias da Matemática aplicada às Relações Internacionais, que procuram dar a fenómenos e a relações fecundos mas, por vezes, confusos, uma formulação mais precisa e rigorosa, estabelecer representações esquemáticas e relações de interdependência – mesmo sabendo-se que a quantificação e a utilização das técnicas e métodos matemáticos não conferem por si só à investigação em Relações Internacionais o rigor científico sempre exigido. Enfim, justo para encerrar esta brevíssima “reportagem” sobre a problemática do método, importará, com Emílio Zeca<sup>28</sup>, ajuizarmos que um aspecto relevante, que faz com que o estudo das Relações Internacionais seja multidisciplinar, tem que ver com a complexidade e diversidade dos fenómenos (ou factos) que este campo do saber analisa. Assim, o estudo das Relações Internacionais busca (necessariamente) em outros campos do conhecimento os conceitos e as teorias necessárias para realizar as suas tarefas relacionadas à pesquisa bem como ao ensino. Deste modo, o carácter multidisciplinar não deve senão revelar-se como extremamente positivo para o seu estudo, uma vez que permite a análise e a compreensão do objecto de estudo. Sem sobras de dúvidas, enquanto campo de estudo, as Relações Internacionais constituem uma área multidisciplinar das ciências sociais, que, pois bem, se ocupa dos fenómenos da vida internacional e dos fenómenos (ou factos) nacionais com impacto na arena internacional<sup>29</sup>. Por outro lado, importa ainda aqui fazer referência sobre os “níveis de análise” em Relações Internacionais. Estes têm tido importância fundamental nos estudos de Relações Internacionais, tanto pelas implicações metodológicas, como teóricas e substantivas. O debate em torno da questão tem estimulado novos esforços no sentido de se esclarecer conceitos básicos e imprimir maior rigor analítico nas Relações Internacionais, o que contribui igualmente para o aprimoramento teórico desse campo de estudos.

### **1.3. Métodos e técnicas de investigação utilizados**

Para o desenvolvimento desta investigação, utilizamos como recursos os seguintes instrumentos de pesquisa:

- a) **Análise documental**<sup>30</sup> – técnica importante na pesquisa qualitativa<sup>31</sup>;

---

<sup>28</sup>Emílio Jovando Zeca. *Relações Internacionais: Natureza, Paradigmas e Assuntos Transversais*. Porto/Portugal: Plural Editores, 2013. ISBN 978-989-611-356-8. p. 19.

<sup>29</sup>Brow e Ainley (2012: 13-39) citados por Emílio J. Zeca, (2013: p. 19).

<sup>30</sup> Tendo em conta que o facto histórico é passado, único e irreproduzível, não é possível conhecê-lo directamente. Tem de ser reconstruído (SARAIVA, 1973: 150) à base de “documentos”, que constituem, no conjunto, as “fontes” da História. De tal circunstância, segue falando o filósofo português, decorre uma

b) **Métodos históricos**<sup>32</sup> – os quais, têm como premissa básica a crença na história como ciência e disciplina capaz de explicar estruturas e acontecimentos, notadamente os de fórum político e económico<sup>33</sup>;

c) **Pesquisa bibliográfica** – pressuposto da revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam todo o trabalho científico, e, por fim;

d) **Entrevistas**<sup>34</sup> – constituindo, a técnica mais pertinente quando o pesquisador pretenda obter informações a respeito do sujeito, que o permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, significando que se possa ir além das descrições das acções, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores<sup>35</sup>. No caso específico, teremos procurado entrevistar: 1. Alguns membros dos partidos políticos que presenciaram e participaram no processo da democratização em Angola; 2. Académicos

---

série de operações específicas do método: Em primeiro lugar, as de aquisição dos documentos: é a chamada *heurística*. Os documentos serão, de seguida, apreciados quanto ao seu valor – e interpretados quanto ao seu sentido. O conjunto das operações destinadas a averiguar o valor e sentido dos documentos constituem a **crítica histórica**. A interpretação crítica dos documentos tem, sobretudo em História, o nome de **Hermenêutica**.

<sup>31</sup> Na óptica de Ludke e André (1986), bem como de muitos outros autores.

<sup>32</sup> O discurso, sobretudo o de cunho filosófico (ou melhor especificando o de cunho epistemológico), bem nos pode oferecer uma visão mais aprofundada a respeito do problema do método da ciência de modo geral ou do método da História de modo particular. Nesta senda importará reter: considerada em sentido amplo, a História é o estudo do passado. Entretanto, há miríades de coisas no passado que não interessam à História; o que equivale dizer que “nem todo o passado é histórico”. Deste modo, a História enquanto ciência terá de escolher, entre os factos do passado, os que interessam à investigação histórica. Neste contexto, a investigação histórica pressupõe a prévia definição do *facto histórico*. Este pode ser definido, como todo o facto que, pelo seu encadeamento (ou conexão) com outros factos, participou num processo evolutivo. Ex.: o fim da Guerra Fria com a queda do Bloco Socialista Soviético (facto) terá influído (participado) na mudança de paradigma (processo evolutivo) no cerne da Política Externa Angolana. Por certas características, o facto histórico distingue-se, bem como contrasta com todos os outros: a) É um *facto situado* – isto é, localizado no espaço e no tempo. Enquanto situado no espaço e no tempo, o facto histórico constitui um *evento*. Enquanto abstraído das particulares circunstâncias de tempo e de espaço, o facto científico, toma, nas ciências físicas, o nome de fenómeno. b) É um *facto complexo* – considerado tal como ocorreu, isto é, com todas as particularidades que o distinguiram e, pois bem, o tornam singular e único. Nisto (dirá A. Saraiva) contrasta com o fenómeno físico ou químico, conceptualizado, em que se consideram apenas aspectos comuns a factos da mesma espécie. É importante: no *fenómeno físico*, o que prevalece é o que o identifica com os demais, portanto o que o universaliza. Diversamente, no *facto histórico*, o que primordialmente interessa é o que o torna distinto e único, portanto o que o individualiza. c) É um *facto irreproduzível* – característica que resulta das duas anteriores. Um facto que ocorre no tempo (passado) e considerado nos pormenores que o individualizam é, por definição, um facto que se não pode reproduzir (irreversibilidade)

<sup>33</sup> Goldman (1994).

<sup>34</sup> Em verdade, convém nos referirmos antes em *inquérito*, em relação aos métodos e técnicas de recolha das informações por nós empregues durante a execução do presente trabalho. Sabe-se que em ciências sociais a expressão “inquérito” é usada para descrever processos de recolha sistematizada, em campo, de dados susceptíveis de poder ser comparados. Entretanto, como atestam Hermano Carmo e Manuela Ferreira (2008: 139), há autores que quando se referem a inquéritos se circunscrevem aos que permitem uma posterior análise quantitativa, identificando-os erroneamente com o conceito de inquérito por questionário. No entanto, deve-se ter em linha de conta que o que define um inquérito não é a possibilidade de quantificar a informação obtida mas a recolha sistemática de dados para responder a um determinado problema. Todavia, quanto aos tipos de inquérito em ciências sociais, estes podem ser diferenciados segundo duas variáveis, nomeadamente o *grau de directividade das perguntas* e a *presença ou ausência do investigador no acto da inquirição*, resultando, sobretudo por via desta segunda variável, em *inquérito por entrevista* e *inquérito por questionário*. Nós teremos recorrido a ambos. Importa ainda recordar que “o inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem” (QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van; 1998: 188).

<sup>35</sup> Como pensa Ribeiro (2008: 141), opinião não menos partilhada por inúmeros outros autores.

que tenham publicado trabalhos que versem sobre o assunto; e 3. Alguns funcionários do Ministério das Relações Exteriores e diplomatas angolanos, que exerceram funções nas vésperas do fim da Guerra Fria e pós-Guerra Fria.

### 1.3.1. Tipo de pesquisa

Almejando traduzir-se num trabalho científico original, a nossa pesquisa é fundamentalmente teórica e metodológica. É exploratória (uma vez que procura oferecer uma caracterização inicial do problema em causa bem como defini-lo), e teórica (partindo do pressuposto que tem como objectivo ampliar generalizações, eventualmente definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos e ainda relacionar e reunir hipóteses – ou, no nosso caso particular, questões de investigação). Tipicamente bibliográfica, não descarta a possibilidade de recuperação do conhecimento acumulado ao redor do problema de eleição (o que procuramos fazer, de certo modo, por via da revisão bibliográfica, pela qual dedicou-se o segundo capítulo). Quanto aos objectivos, procuramos proporcionar maior familiaridade com o problema, pautamo-nos na técnica de levantamento bibliográfico e de entrevista/questionário. Finalmente, quanto à forma de abordagem, a presente pesquisa é propriamente qualitativa<sup>36</sup>.

## 1.4 Caracterização do contexto. O perfil de Angola.

Quando, na maior das vezes, referem-se os intelectuais (historiadores, politólogos, etc.) a respeito de Angola, enquanto Nação, a apontam como um dos mais novos estados independentes da África<sup>37</sup>. Do jugo colonial português, livrou-se, finalmente, em 1975<sup>38</sup>. Desde então, passou a postar-se na vanguarda dos estados do continente (Africano), que decididamente lutavam contra a “*herança do passado colonial*”, pela independência económica e pelo progresso social.

Em seu Artigo 1º e seguintes, referentes ao Título I – Dos “*Princípios Fundamentais*”, a Constituição da República de Angola, de 2010, retrata os elementos que definem o país enquanto Estado: “Angola é uma República soberana e

---

<sup>36</sup> Com efeito, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser descritiva, por não serem passíveis de quantificação as informações obtidas por meio dela e, os dados são analisados indutivamente. Nela, a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são fundamentais.

<sup>37</sup> “O maior Estado de língua oficial portuguesa criado no século XX e a última das ex-colónias portuguesas a ascender à independência política.” Nestes termos, refere-se, a respeito de Angola, o Prof. Dr. Armando Marques Guedes, in prefácio de, *Angola Pelas Caminhos da Paz: Guerra e Diplomacia (1975-2002)*, da autoria de Justino da Glória Ramos; p. 29

<sup>38</sup> A 11 de Novembro, comemora-se a festa da Independência.

independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.”<sup>39</sup> Em essência, esta “definição” não difere da portuguesa<sup>40</sup>, a que os constitucionalistas J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira vislumbram a respeito de Portugal enquanto Estado, quando o “definem” como “República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”<sup>41</sup> Investigadores soviéticos, a exemplo de L. L. Fituni, A. Ivanov ou outros, advogaram que Angola teria sido um posto avançado da luta pela liquidação em África dos restos do colonialismo e do racismo, contra a expansão neo-colonial do imperialismo. Segundo Aleksandr Ivanov, “a África entraria na história do século XX como o continente das revoluções de libertação nacional, de luta contra o colonialismo, o neo-colonialismo, o racismo e o apartheid<sup>42</sup>, contra as revoluções feudais, contra o imperialismo e o capitalismo”<sup>43</sup>. Angola não se postaria indiferente a isso. De uma superfície total de 1 246 700 km<sup>2</sup> (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil e setecentos quilómetros quadrados)<sup>44</sup>; este novo Estado do continente africano situa-se na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, ocupando a parte sudoeste do continente africano, entre os paralelos 4°21'26" e 18°02'10" de latitude Sul, e os meridianos 11°38'40" e 24°03'23" de longitude Este. Estende-se de Norte a Sul, num comprimento de cerca de 1300 km; de Oeste a Este, num comprimento de aproximadamente 1 250 km. Fituni faz uma exposição breve e clara, no que concerne ao processo de formação das actuais fronteiras de Angola, digna de realce, sobretudo atendendo o nosso objecto de análise, que se prende fundamentalmente com o problema da política externa angolana, nos termos em que o vislumbramos com base no tema espelhado e, por essa razão, importa aqui retratá-la. Escreve o autor soviético/russo:

---

<sup>39</sup>Cf. Artigo 1º, Constituição da República de Angola, 2ª edição, 2011, p. 5.

<sup>40</sup>Referente ao texto revisto pela Revisão Constitucional de 1989.

<sup>41</sup>Cf. Artigo 1º, Constituição da República Portuguesa, 8ª Edição, 2005, p. 10.

<sup>42</sup>Na obra intitulada *What's What in World Politics* (sobre o apartheid) lê-se: “(in the language of Afrikaans means “separatedness”), a policy of harsh racial *discrimination*, segregation and oppression carried out by the ruling circles in South Africa, primarily towards the Black African population and also towards the “coloured” people and immigrants from Asia, particularly Indians. Apartheid is the official policy of the National Party which has been in power in South Africa since 1948. (Cf. Evgeny Maksimovich Primakov, *et al. What's what in World Politics: A Reference Book*. Moscow/USSR: Progress Publishers, 1986/1987., p. 38) [Tradução deste excerto, ver apêndice I – (I – c)].

<sup>43</sup> Cf. Aleksandr Ivanov. *Opção socialista em África: polémica ideológica*. Moscovo/URSS: Edições Progresso, 1987. p. 3.

<sup>44</sup> Segundo Fituni (por mera curiosidade), Uma área aproximadamente igual à área territorial conjunta de Portugal, da Espanha, da França e da Inglaterra. (Cf. Leonid Leonidovich Fituni. *Angola: Natureza, População, Economia*. Moscovo/URSS: Edições Progresso, 1985.. «O Território e as Riquezas Naturais», p. 5.)

Nas últimas três décadas do século XIX, Portugal perdera completamente o seu poderio de tempos idos. Um país atrasado, estrangulado pelas sobrevivências do feudalismo, não podia concorrer em pé de igualdade com as principais potências imperialistas (Inglaterra, França, Alemanha). Manipulando habilmente e jogando com as contradições das grandes potências, Lisboa conseguia aguentar vastas possessões coloniais em África. No entanto, perante ela pairava permanentemente a ameaça de que estas passassem para a posse dum rival mais forte em pilhagem colonial.

O ponto culminante desta luta imperialista pela posse da África deu-se com a Conferência de Berlim realizada em 1884-1885. Precisamente neste período foram também definitivamente fixadas as fronteiras da possessão portuguesa no Sudoeste Africano – as actuais fronteiras de Angola. As pretensões portuguesas ao território africano nesta região abarcavam a zona que ia do litoral, desde o paralelo 5°12', até ao paralelo 18° de latitude sul. Na Conferência de Berlim foi entregue à administração portuguesa a parte da margem esquerda do rio Congo (rio Zaire) e o enclave<sup>45</sup> de Cabinda. Em conformidade com os acordos de 1885, 1886, 1891 e 1894 as fronteiras de Angola foram estabelecidas dentro dos paralelos 5° e 18° 25' de latitude sul. No período compreendido entre 1885 e 1926 as fronteiras de Angola foram fixadas com precisão nos acordos havidos com a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Bélgica e mais tarde com a União Sul-Africana. Em 1905, tendo o rei da Itália por mediano, Portugal e a Inglaterra regularizaram os seus problemas de fronteira controversos, que diziam respeito à demarcação dos limites de fronteira entre a colónia portuguesa e a Rodésia do Norte. O último problema de fronteiras constituía a fixação dos limites entre o território sob mandato da União Sul-Africana, Sudoeste Africano e Angola. Foi conseguido acordo sobre esta questão em 1926. E é desse tempo a delimitação definitiva das fronteiras de Angola”.

O País faz fronteira com o Congo (Brazzaville), a RDC<sup>46</sup>, a Zâmbia, a Namíbia, e o Oceano Atlântico a Oeste. A fronteira marítima corresponde a 1 600 km e a terrestre a 4 837 km.

Para além de sua capital Luanda (com sete municípios)<sup>47</sup>, a República de Angola conta com mais 17 subdivisões territoriais (administrativas), nomeadamente as províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda<sup>48</sup>, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cuando-Cubango, Cunene, Huambo, antiga “Nova Lisboa” (com onze municípios, e sede com o mesmo nome), Huíla, Lundas Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, também, Uíge e Zaire.

A língua oficial é o Português; falado, segundo o censo de 2014, por 71,2% do total da população actual. Seguem-se o umbundo (23,0%), o kikongo (8,2%), o kimbundo (7,8%) e o Tchokwe (6,5%). Outras, no caso as menos faladas, no seu conjunto, correspondem 17%.

---

<sup>45</sup> Expressão significando, política e administrativamente, território de um país encaixado em território de um país estrangeiro.

<sup>46</sup> República Democrática do Congo – O Zaíre, no governo de Mobutu.

<sup>47</sup> De três municípios (nomeadamente Luanda, Viana e Cacuaco, sobretudo na era colonial), a capital passou a contar com nove e depois com sete municípios, em virtude de sucessivos concertos na sua divisão administrativa. As causas apontam para o considerável crescimento tanto demográfico como urbanístico (no sentido horizontal). As novas centralidades que se construíram recentemente ressoam também a este propósito.

<sup>48</sup> Constituinte parte do território angolano, o enclave de Cabinda está separado da restante superfície do País por uma faixa estreita de menos de 50 km de largura, pertencente à República Democrática do Congo.

**Riquezas minerais.** Segundo Fituni, com a estrutura geológica de Angola está relacionada a existência de jazidas de diversos minérios. Com as rochas do Pré-câmbrico relacionam-se as jazidas de grande parte dos minérios de ferro, manganésio, cobre, zinco, chumbo, urânio, ouro, mica. Os riquíssimos terrenos diamantíferos fazem parte das camadas de grés e areias do leste do País. As rochas sedimentares do litoral escondem grandes reservatórios subterrâneos de petróleo e gás natural, de libelites e lenhites, de asfalto natural e fosforites. Segundo consta dos registos, até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não existiam em Angola Jazidas industriais de petróleo e carvão exploradas. A extracção industrial de petróleo teve início em 1956. As primeiras jazidas foram descobertas na região de Luanda a uma profundidade de 1500-1700 metros, e um poço mais tarde começou a extracção na jazida de Benfica situada 30 km a sul da capital já a uma profundidade de 2600 metros. Segundo declaração do então presidente da empresa petrolífera “Cabinda Gulf Oil Company<sup>49</sup>”, o volume real das reservas de petróleo prospeccionadas no País constituíam no início de 1980 mais de 200 milhões de toneladas.

**Hidrografia.** Relativamente à hidrografia, deve-se dizer que as terras altas do interior de Angola constituem um importante nó hidrográfico. São conhecidos, em Angola, os rios Cuango (principal afluente da margem esquerda do Cassai), o Cuilo (afluente da margem direita do Cuango), o rio Bengo, que abastece de água a cidade capital (Luanda). O maior rio, cujas águas correm exclusivamente em território angolano é o Cuanza<sup>50</sup>. Sua extensão é de 960 km. Neste situam-se duas conhecidas cataratas: a de Luando e a de Cambambe<sup>51</sup>. O Cunene (que nasce na província do Huambo) é o segundo maior rio de Angola com uma extensão de 945 km. No seu percurso inferior serve de fronteira natural entre Angola e a Namíbia (antes de se oferecer ao Atlântico, pelo sudeste). São igualmente dignos de menção os rios Cubango<sup>52</sup> (que penetra em território da Namíbia com a designação de Ocauango), o

---

<sup>49</sup> Dados que datam de 1988 (Cf. Henrique Guerra. [União dos Escritores Angolanos]. *Angola: Estrutura Económica e Classes Sociais*. Rio Tinto/Portugal: Edições ASA, Divisão Gráfica, 1988; p. 122.) revelam que sendo filial da Gulf Oil Corporation, o 3º produtor petrolífero mundial; tem participação do Estado. Até 1967, a Gulf tinha investido em Cabinda cerca de 800 000 contos, em 1967-1968 investiu em pesquisas 1 milhão de contos e tinha programado para investimentos mais de 1 milhão e meio de contos. A Cabinda Gulf Oil, que começou a exportar em 1968, em 1971 foi o maior exportador individual: mais de 2 milhões de contos, de vendas para o Japão, Canadá, Estados Unidos, Portugal e outros. Utilizando equipamento caríssimo, o seu pessoal era altamente especializado: 64 estrangeiros e 187 com cidadania portuguesa, em 1970, além do pessoal dos trabalhos de prospecção, montagens, etc., o que perfazia um total de cerca de 900 pessoas, qualificadas (MOQ – mão de obra qualificada). Os não qualificados (MONQ – mão de obra não qualificada), ultrapassavam os 2000.

<sup>50</sup> Deve-se a este, e por justa causa, o nome da moeda nacional – o Kwanza.

<sup>51</sup> Nesta construiu-se uma das mais importantes centrais hidroeléctricas do País – a Barragem de Cambambe.

<sup>52</sup> Nalguns mapas lê-se *Kuvango / ou Okuvango*. Deve-se isto particularmente à problemática da “uniformização” da escrita nas línguas africanas de origem Bantu. O mesmo sucede com outros nomes de que fazemos referência. Por exemplo nalguns mapas Cassai (com inicial C), lê-se Kassai (com K). Penso

Cuito, seu maior afluente, e ainda o Zambeze, que passa por território angolano, pela província do Moxico (onde acumula um considerável caudal de água) embora nasça na Zâmbia.

**Fauna e flora.** Em Angola existem todas as principais espécies de vegetação da África Tropical, desde as florestas húmidas até aos desertos e semi-desertos. Entretanto, são as savanas (matos secos ou claros) que constituem o tipo mais abundante. Angola é a terra da *Welwitschia mirabilis* – única no planeta inteiro. A rica e variável vegetação angolana é moradia natural de uma imensa diversidade de espécies animais, que vão dos herbívoros aos mamíferos, de grande porte (elefantes, gigantes antílopes negros, hipopótamos, rinocerontes brancos e pretos, girafas, zebras, gazelas, leões, leopardos), e dos roedores às aves. São de referência os parques, a exemplo do Parque Nacional da Quissama, onde abundam aves de diferentes espécies.

**Quadro étnico e cultura dos povos de Angola.** A população de Angola é actualmente constituída na sua maioria por povos de origem *Bantu*. Hipóteses históricas supõem que durante mais de dois mil anos os Bantu foram migrando para sul, desde as regiões centrais do continente. Apesar das incertezas científicas, admite-se que os Bantu vieram do Vale Benue, localizado mais ou menos na actual região fronteiriça entre os Camarões e a Nigéria. Segundo perspectiva de vários investigadores, os Bantu começaram a chegar a Angola por volta do século XIII. Ora, facto é que todo o conjunto cultural étnico de Angola actual, é expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantu numa série de regiões. Na actualidade, a população Bantu de Angola abrange de 90 a 100 grupos etno-linguísticos, e pode ser dividida nos grandes grupos (ao número de nove), a saber: os Ovimbundos<sup>53</sup>, os Bacongos<sup>54</sup>, os Quimbundos<sup>55</sup>, os Lunda-Tchokwe, os Nganguelas, os Nhanecas-Humbes, os Ambós, os Hereros e os Xindongas.

---

não ser necessariamente um problema que interfira com o contexto, mas sempre importa alertar a este detalhe.

<sup>53</sup> Exímios conhecedores desde épocas remotas da arte do trabalho dos metais e da prática da agricultura, englobam quinze povos de características étnicas muito próximas. Estes são os Huambos, os Bienos, os Bailundos, os Seles, os Sumbes, os Mbuis, os Quissanjes, os Lumbos, os Dombes, os Hanhas, os Gandas, os Sombos, os Cacondas, os Xicumas e os Quiacas.

<sup>54</sup> Habitando regiões nortenhas do país, nomeadamente Cabinda, Zaire e Uíge, os Bacongos constituem o terceiro maior grupo étnico do País. Entre eles podem distinguir-se 18 povos ainda, cujos maiores são os Muxicongos, os Sossos, os Pombos, os Solongos, os Zombos, os Iacas, os Sucos. Localizam-se não só em Angola como também na região da República do Congo e na República Democrática do Congo (ex Zaire). Os de Angola são mais ou menos como os guardiões das tradições culturais Bacongo, uma vez que é no território angolano onde se vai achar a antiga capital e o principal centro cultural do grande Reino do Congo de outros tempos.

<sup>55</sup> Estes englobam mais de vinte povos, nomeadamente os Ambundos, os Luandas, os Hungos, os Luangos, os Ntemos, os Punas, os Dembos, os Ngolas, os Bondos, os Bangalas, os Holos, os Caris, os Xinjes, os Songos, os Minungos, os Bambeiros, os Quissamas, os Libolos, os Quibalas, os Hacos ou Wacos e os Sendes.

**Dados demográficos.** O mais recente censo populacional realizado em Angola data de 2014. Apesar das discussões em torno dos resultados definitivos apresentados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), o que tem suscitado algum ambiente de incerteza no que tange à fiabilidade dos mesmos, os números apontam para um total de residentes em Angola na ordem de 25 789 024 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil e vinte quatro). Deste, 12 499 041 (doze milhões quatrocentos e noventa e nove mil e quarenta e um) correspondem ao sexo masculino (perfazendo 48,5%), e 13 289 983 correspondem ao sexo feminino (perfazendo 51,5%). Estima-se que 2,3% sejam estrangeiros, um número que corresponde a 586 480 (quinhentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e oitenta), e 25 202 544 (vinte e cinco milhões, duzentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro) nacionais (perfazendo os 97,7%). A pirâmide etária alarga-se na base e estreita-se consideravelmente no topo; o que espelha que a população é maioritariamente jovem; e um número bastante representativo está abaixo dos 18 anos de idade. Acima dos noventa e cinco anos, contam-se apenas cerca de 5 640 (cinco mil seiscentos e quarenta) homens e 8 498 (oito mil quatrocentos e noventa e oito) mulheres. O número de crianças dos 0/1 aos 9/10, para ambos os sexos, perfaz (em 2014) um total de 9 159 323 (nove milhões, cento e cinquenta e nove mil e trezentos e vinte e três) indivíduos. A esperança de vida é, para os homens, de 57,6 anos e, para as mulheres, de 63,0 anos. Se lá para os anos 80 (especificamente em 1985) a densidade populacional rondava os 7,5 h/km<sup>2</sup>, hoje (volvidos trinta e cinco anos) se pode falar, pelos nossos cálculos, em 20,69 habitantes por quilómetro quadrado. Entretanto, a população distribui-se pelo País, de forma consideravelmente desproporcional. As maiores províncias são, frequentemente, as que menos habitantes têm. Como qualquer um pode suspeitar, a problemática da distribuição da população a nível do território está relacionada aos particularismos tradicionais de gestão da economia, com o carácter dos fenómenos migratórios, com o aproveitamento económico do território, com a situação dos conflitos e da ameaça proporcionada pelo factor guerra. E, que se diga, os primeiros destes factores datam de mais de trinta anos e ainda persistem nos dias de hoje; e enquanto sublinho estas palavras, vem-me em mente a situação económica e financeira deplorável que o País está agora a enfrentar, fruto da má gestão da coisa pública e, não seria, por imperativo moral, possível deixar de o referenciar. A província mais populosa é Luanda (a capital) que conta com cerca de 7 000 000 de habitantes (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta e seis, segundo o censo de 2014); e a menos populosa é a província do Bengo, com um total de 356 641 (trezentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e quarenta e um) habitantes. Os angolanos são, regra geral, religiosos. A

igreja católica abarca 41,1% dos fiéis, seguida pela protestante com 38,1%. 8,5% dos crentes distribuem-se por outras religiões. Entretanto o censo refere-se a um total de 12% sem religião. As taxas de emprego e desemprego, referem-se à população activa. A este respeito, o censo aponta para um rol de desemprego de 23,6% (933 623 homens, e 806 323 mulheres). Dentre a população com 15 ou mais anos de idade, empregada, o censo aponta para 3 007 619 (três milhões e sete mil, seiscentos e dezanove) homens (correspondentes a 46,6%), e 2 435 066 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e sessenta e seis) mulheres (condizentes a 34,1% da população activa).

**Organização política.** Leia-se a Constituição de 2010 (a actual). Define-se, no Artigo 2º (números 1 e 2), a República de Angola como Estado *democrático de direito* que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. Ademais, a República de Angola promove e defende os direitos e liberdades de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas. A soberania, una e indivisível pertence ao povo, que a exerce através do sufrágio universal, livre, igual, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas estabelecidas pela Constituição, nomeadamente para a escolha dos seus representantes<sup>56</sup>. O Estado exerce a sua soberania sobre a totalidade do território angolano, compreendendo este (nos termos da própria Constituição, da lei e do direito internacional), a extensão do espaço terrestre, as águas interiores e o mar territorial, bem como o espaço aéreo, o solo e o subsolo, o fundo marinho e os leitos correspondentes<sup>57</sup>. Assim, o território angolano é indivisível, inviolável e inalienável, sendo energicamente combatida qualquer acção de desmembramento ou de separação de suas parcelas, não podendo ser alienada parte alguma do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele o Estado exerce<sup>58</sup>.

Nos termos da lei e do direito internacional, o Estado exerce jurisdição e direitos de soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamento dos recursos naturais, biológicos e não biológicos, na zona contígua, na zona económica exclusiva e na plataforma continental<sup>59</sup>. O poder político é exercido por quem obtenha legitimamente, mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos

---

<sup>56</sup> Constituição da República de Angola, Artigo 3º, número 1.

<sup>57</sup> *Idem*, Artigo 3º, número 2.

<sup>58</sup> *Idem*, Artigo 5º, número 6.

<sup>59</sup> *Idem*, Artigo 3º, número 3.

termos da Constituição e da lei<sup>60</sup>. O direito internacional geral ou comum, recebido nos termos da própria Constituição, faz parte integrante da ordem jurídica angolana<sup>61</sup>. Assim, os acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano<sup>62</sup>.

Os partidos políticos (existentes ou que venham a existir) concorrem, em torno de um projecto de sociedade e de programa político, para a organização e para a expressão da vontade dos cidadãos, participando na vida política e na expressão do sufrágio universal, por meios democráticos e pacíficos, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade nacional e da democracia política<sup>63</sup>.

No que se refere às Relações Internacionais, a Constituição da República de Angola<sup>64</sup> espelha o seguinte:

A República de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, e da Carta da União Africana, e estabelece relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base dos seguintes princípios: a) respeito pela soberania e independência nacional; b) igualdade entre os Estados; c) direito dos povos à autodeterminação e à independência; d) solução pacífica dos conflitos; e) respeito pelos Direitos Humanos; f) não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados; g) reciprocidade de vantagens; h) repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, “corrupção” e tráfico de seres e órgãos humanos; i) Cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade.

A República de Angola defende a abolição de todas as formas de colonialismo, agressão, opressão, domínio e exploração nas relações entre os povos. Empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos. Enfim, o Estado Angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança colectiva.

No que respeita à organização do Poder do Estado, são órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais<sup>65</sup>. O Presidente da República (cujo mandato tem a duração de cinco anos) e os Deputados à *Assembleia Nacional* (que é o parlamento da RA) são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto

---

<sup>60</sup> *Idem*, Artigo 4º, número 1.

<sup>61</sup> *Idem*, Artigo 13º, número 1.

<sup>62</sup> *Idem*, Artigo 13º, número 2.

<sup>63</sup> *Idem*, Artigo 17º, número 1.

<sup>64</sup> *Idem*, Artigo 12º, números 1, 2, 3 e 4.

<sup>65</sup> *Idem*, Artigo 105º, número 1.

e periódico, nos termos da Constituição e da lei<sup>66</sup>. Aquele é o Chefe de Estado, o titular do poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas<sup>67</sup>. Compete-lhe promover e assegurar a unidade nacional, a independência e a integridade territorial do País e representar a Nação no plano interno e internacional<sup>68</sup>. Exerce o poder executivo, auxiliado por um Vice-Presidente, Ministros de Estado e Ministros<sup>69</sup>, que por sua vez são auxiliados por Secretários de Estado e ou Vice-Ministros (se os houver)<sup>70</sup>.

No domínio das Relações Internacionais (segundo a Constituição da República de Angola)<sup>71</sup>; compete ao Presidente da República definir e dirigir a execução da política externa do Estado; representar o Estado; assinar e ratificar consoante os casos, depois de aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais; nomear e exonerar os embaixadores e designar os enviados extraordinários; acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros. Dentre os órgãos auxiliares do Presidente da República figuram o Conselho de Ministros, o Conselho da República e o Conselho de Segurança Nacional.

**O processo de paz em meio ao conflito armado em Angola. A construção da Paz e a democratização.** Após cerca de dezassete anos (de luta armada fratricida) acompanhados por um processo longo de negociações entre as partes, não obstante a existência de 120 partidos políticos legalizados, em Setembro de 1992, realizaram-se em Angola, finalmente, as primeiras eleições gerais legislativas e presidenciais, vencidas pelo MPLA. Entretanto, não tendo sido aceites por uma das partes contendoras (nomeadamente a UNITA), a guerra armada ainda continua até a celebração do Memorando do Protocolo para a Paz definitiva, em Abril de 2002 entre o Governo e a UNITA. Contudo, a partir de 1992, a antiga República Popular de Angola, constituiu-se em República de Angola, assumindo-se como Estado Democrático de Direito, com o sistema multipartidário fundamentado na unidade nacional. Deste modo, a promoção de valores como a tolerância, a fraternidade, o respeito mútuo entre partidos das diferentes ideologias e o amor à Pátria; o levantamento da possibilidade da justiça como tal, quer social, quer económica, devem enquadrar-se nos ganhos da paz no País. A “construção” da paz em Angola traduziu um percurso árduo a percorrer. Todavia, não se pode falar da paz em Angola, ou do seu percurso, sem que se tenha em conta os vários acordos rubricados, todos eles com a ratificada intenção de se alcançar a

---

<sup>66</sup> *Idem*, Artigo 106º.

<sup>67</sup> *Idem*, Artigo 108º, números 1.

<sup>68</sup> *Idem*, Artigo 108º, números 4.

<sup>69</sup> *Idem*, Artigo 108º, números 2.

<sup>70</sup> *Idem*, Artigo 108º, números 3.

<sup>71</sup> Artigo 121º, alíneas a), b), c), d) e e).

concordia<sup>72</sup>; tais como os acordos de Alvor e de Bicesse, o protocolo de Lusaka, o acordo de Luena e o acordo do Namibe.

**Os Acordos de Alvor.** Um dos primeiros acordos do processo de paz foi o que se designou “Acordos de Alvor”, assinados entre o MPLA, representado pelo “*camarada*” António A. Neto, a UNITA, representada pelo “*maninho*” Jonas Savimbi, a FNLA, representada pelo “*irmão*” Holden Roberto e o Governo de Portugal, em 1975, dia 15 de Janeiro. Contudo, o objectivo desses acordos foi apenas o de estabelecer a independência do país. Nesses mesmos acordos legitimaram-se os três movimentos atrás mencionados, porém, em termos de pacificação, não surtiram efeitos entre os mesmos movimentos, pois cada um deles mantinha forças militares, e seus líderes ambicionavam ao mesmo tempo o poder.

**Os Acordos de Bicesse.** Assinados em 1991, dia 31 de Maio, os acordos de Bicesse permitiram a desmobilização de cento e vinte mil soldados, e foram celebrados entre o MPLA, já no governo da então República Popular de Angola, e a UNITA, em Estoril (Bicesse). Estes foram acordos de cessar-fogo e visaram estabelecer princípios para a paz em Angola em todo o território Nacional. No documento ficou, além do mais, registada a criação de uma Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, que zelaria pela observância do cessar-fogo e do aprovisionamento de um calendário para o mesmo. Estipulava-se igualmente a desmobilização das forças militares e paramilitares de ambas as partes em conflito. Entre os princípios considerados fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, destacavam-se o reconhecimento do então governo, a previsão de um recenseamento com vista a realização de eleições livres, na qual poderiam participar todas as facções políticas existentes na altura, bem como o respeito pelos direitos humanos.

**O Protocolo de Lusaka.** O protocolo de Lusaka foi assinado em 1994, dia 15 de Novembro. Este, permitiu a desmobilização de cerca de cinquenta mil soldados, tendo sido uma nova tentativa de estabelecer a paz, dado o fracasso, na prática, dos anteriores acordos. Foi igualmente assinado pelo MPLA e pela UNITA, com a mediação da Organização das Nações Unidas e de representantes dos países observadores do

---

<sup>72</sup> O termo *concordia* advém do latim “*concordia*” e traduz a união de vontades de que resultam a harmonia e a paz. É, por assim dizer, o oposto de discórdia (do latim *discordia*), que se traduz por alteração, caos, pugna. A *paz*, expressão derivada do latim *pace*, *pacem*, pode, pois bem, ser definida como sinónimo de concordia, já que o seu significado se estende desde o de “*tranquilidade e serenidade*” ao de “*estado de um país que não está em actividade bélica*”. É este último sentido, porém, que nos interessa sobremaneira analisar, isto é, o sentido da *absentia belli* (a ausência de violência ou de guerra), num país ou entre países. Afinal, o alcance da concordia e da paz sempre foi um objectivo da humanidade, embora não se tenha ainda conseguido a nível mundial e de modo pleno. A própria filosofia terá sido dada muitas vezes como solução para alcançar a paz, como o prescrevia já Epicuro. Em vários escritos achamos patente a ideia de que a paz e a concordia podiam ser estabelecidas apenas através de relações de justiça, sendo uma sociedade democrática indicada como a melhor garantia de que não venham ser conduzidas ao poder forças que advogam a violência como meio para atingirem quaisquer fins.

protocolo de paz Angolano, nomeadamente EUA, Rússia e Portugal. Este protocolo foi assinado pelos chefes das delegações do governo do MPLA e pela UNITA, respectivamente, Fernando Faustino Muteka e Eugénio Ngolo “Manuvakola” e pelo representante especial da ONU em Angola, Alione Blondin Beye, com aprovação subsequente por parte do então governo e das instâncias superiores a nível da UNITA. As premissas deste protocolo enquadram-se nos seguintes aspectos: *a)* a necessidade da conclusão da implementação dos Acordos de paz para Angola de Bicesse, assinados em Estoril a 31 de Maio de 1991; *b)* a necessidade de um funcionamento regular e normal das instituições resultantes das eleições realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992; *c)* a necessidade da instauração de uma Paz justa e duradoura no quadro de uma verdadeira Reconciliação Nacional; *d)* a necessidade de seguir as pertinentes resoluções do Conselho da ONU.

**O Acordo de Luena.** Este acordo foi assinado no dia 4 de Abril de 2002, no Luena, província do Moxico. Resultou na desmobilização de quase cem mil militares. Teve que ver com a continuação dos esforços dos acordos de Paz, servindo de memorando de entendimento complementar para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka. Entre os princípios fundamentais nele assentes, destacam-se: *a)* o respeito pelo Estado de Direito, pelas instituições democráticas de Angola, a observância da Constituição e demais legislação em vigor; *b)* a aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídico-políticos pertinentes, em particular o Protocolo de Lusaka e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU; *c)* o reconhecimento de que o respeito pela democracia é essencial à Paz e Reconciliação Nacional.

**O Acordo de Namibe.** A dada altura, a província de Cabinda tornou-se o foco da maior discórdia em Angola. Tendo decorrido negociações entre o Governo e o Fórum Cabindense para o Diálogo (FCD), assinou-se a 1 de Agosto de 2006, no Namibe, um novo Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação, que previa então um estatuto especial para a província de Cabinda. No documento determinava-se a desmilitarização da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sob autoridade do FCD. O Governo criou uma vez mais com este Fórum, uma Comissão Militar Mista, de modo a proceder à fiscalização do processo de cessar-fogo. A FLEC, no entanto, na pessoa do seu então líder, considerou o Memorando “nulo”, opondo-se à sua celebração, apesar disso não ter impedido este novo e necessário passo para a consolidação da paz, que sempre se pretendeu em todo o território do país.

## Capítulo II

# REVISÃO DA LITERATURA

---

### 2.1. Premissas sobre o estado da arte em relação ao tema em estudo

A seguinte revisão da literatura evidencia-se como fruto das leituras iniciais feitas com base numa selecção bibliográfica especializada, necessariamente em curso. Embora a literatura não seja muito rica no tratamento específico deste problema, há, entretanto, algumas obras que merecem destaque, uma vez que justificam de algum modo a emergência da questão. Todavia, procurou-se seguir as seguintes temáticas: Guerra Fria, política externa, política externa angolana, Relações Internacionais, capitalismo, comunismo, socialismo, opção e orientação socialista.

A biblioteca do Instituto Superior de Relações Internacionais “Venâncio de Moura”, afecto ao Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, conta apenas com um trabalho (monografia) dedicado à política externa angolana, intitulado “*A Política Externa de Angola (1979 - 1992)*”<sup>73</sup>. Nesta obra de pendor académico, o autor, Luís Candamba, numa defesa que teve como arguente o Professor Doutor Joveta José, procurou demonstrar (como se lê no resumo) quais as características assumidas pela política externa de Angola no período de 1979 a 1992. Entretanto, a esta pergunta sugere o autor (realçando à hipótese) que numa primeira fase, a política externa de Angola caracterizou-se pelo facto de ter sido influenciada pela opção ideológica do Movimento que proclamou a Independência Nacional (nomeadamente o MPLA) e, numa segunda fase, sobretudo fruto das mudanças ocorridas nos finais da década de oitenta e princípios de noventa (do século passado), optou-se por uma Política Externa mais aberta ao Mundo, tendo como pilares a “democracia” e a “economia de mercado”.

Alberto André Carvalho Francisco especializara-se na Universidade de Brasília, no Instituto de Relações Internacionais e, em 2013 apresentava à esta Instituição, num programa de pós-graduação em Relações Internacionais, uma dissertação com o título/tema “*A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)*”<sup>74</sup>,

---

<sup>73</sup> Luís Adelino Minguês Candamba. «*A Política Externa de Angola (1979-1992)*». Luanda/Angola: Instituto Superior de Relações Internacionais “Venâncio de Moura” / Departamento de Relações Internacionais – (Monografia orientada pelo Prof. Mestre Fernando Manuel), 2019.

<sup>74</sup> Alberto André Carvalho Francisco. «*A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1979-1992)*». Brasília/Brasil: Universidade de Brasília / Instituto de Relações Internacionais – (Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Pio Pena Filho), 2013.

orientado pelo Prof. Dr. Pio Penna Filho. O objectivo geral dessa dissertação foi analisar como terá sido a política externa de Angola durante a Guerra Fria, no período compreendido entre 1975 e 1992. As conclusões, a que este chegou, como resultados de sua pesquisa espelha-se mais ou menos nos seguintes aspectos:

“Um dos grandes problemas a nível internacional, mais precisamente na ONU, foi que as organizações angolanas<sup>75</sup> concorriam entre si para ter maior visibilidade e apoio internacional, em vez de se unirem na luta contra o colonialismo português, ou seja, a falta de unidade entre os grupos na luta pela libertação nacional, deu lugar a várias interpelações naquele Organismo”.

“É preciso dizer ainda que uma das questões que influenciou na falta de entendimento entre os Movimentos, foram os apoios externos que cada um deles (separadamente) possuía. Naturalmente, que em época de Guerra Fria era uma tarefa muito difícil chegar a uma solução para o problema, com base nas cláusulas definidas no Alvor, em que devia-se constituir um Governo provisório de três primeiros-ministros, solução ideal, porém irreal naquela conjuntura histórica”.

Alberto A. C. Francisco salienta ainda que “a internacionalização da descolonização de Angola não teve o seu início por acção da URSS ou EUA, mas sim dos países africanos vizinhos. Com grande destaque ao Zaire que foi um dos primeiros a intervir, dando apoio primeiro a FNLA e depois ao MPLA, concedendo-lhes apoio militar, bases, munições, armas e financiamento”. Fazendo referência a Tiago Moreira de Sá, o autor salienta que “o envolvimento directo de Moscovo na questão da independência de Angola foi anterior ao dos EUA, e que os EUA só entram de forma ofensiva no conflito angolano nos meados de Julho de 1975, fornecendo apoio à FNLA e à UNITA”. E mais, “a questão do Vietname foi um dos principais elementos do envolvimento dos EUA em Angola, eles precisavam mostrar que podiam vencer os soviéticos no Terceiro Mundo, afirmando o seguinte: «sintomaticamente, a mudança na política da América para Angola não resultou da preocupação com uma vitória do MPLA, ou mesmo com a instauração de um regime marxista em Luanda, mas foi acima de tudo uma consequência do chamado ‘efeito Vietname’. Isto é, a *débâcle* norte americana no Vietname colocou à administração Ford a questão fundamental de demonstrar à URSS, mas também à China, à Europa Ocidental e aos aliados no Terceiro Mundo, que mesmo depois dos acontecimentos na Indochina ainda possuía a capacidade, e a vontade, para resistir à expansão soviética mesmo na periferia do sistema internacional».”

Tal, como podemos antever de outras fontes, Alberto A. C. Francisco, salienta que “embora tenha sido definida a política externa do Estado angolano como tal, após a

---

<sup>75</sup> Creio que o autor refere-se aos movimentos políticos.

sua independência, os principais elementos dessa política externa, já haviam sido trabalhados em Conacri, em Julho de 1960, apesar do MPLA ainda possuir o estatuto de Movimento de Libertação e não (propriamente) de Partido. No ‘Programa Maior do MPLA’, datado de Julho de 1960, já se fazia menção à ‘solidariedade aos povos africanos na luta contra o colonialismo e o imperialismo’, característica esta, que foi um dos elementos principais do MPLA, e foi adoptada logo após a independência como base da *política externa* e do governo de Agostinho Neto. Neto, durante o seu pouco tempo de governo, adoptou uma política externa muito progressista e pragmática. Ele sempre apoiou muito os movimentos de libertação em África na conquista pela independência. Neste sentido, Agostinho Neto declarou: ‘Angola é e será, por vontade própria, trincheira firme da revolução em África’. Para Neto, os interesses nacionais vinham em primeiro plano, independente de qualquer coisa.”

“Toda análise leva à conclusão de que é indubitável o facto que a independência de Angola, em contexto de crise internacionalizada, reforçou a entrada da África no campo de acção directa da Guerra Fria. Foram os acontecimentos no sistema internacional que obrigaram as mudanças na política externa de Angola, de tal forma que muitas vezes não houve uma harmonia nas directrizes da *política externa angolana*. Por essa razão, o nosso argumento é de que Angola actuou dentro de uma coerência possível, com o pragmatismo como fonte da política externa do governo de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos, na defesa e soberania do recém Estado angolano.”

Sequencialmente, tendo sido orientada pela Professora Doutora Isabela Gerbelli Garbin Ramazini, liamos com interesse a dissertação de mestrado, datada de 2017, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Brasil), da autoria de João Baptista de Jovita. Este trabalho debruça-se (e tal é seu, o tema) sobre “*A Política Externa de Angola e as Estratégias Actuais*”.

Sumamente, sua pesquisa pretendeu estudar as estratégias actuais da política externa angolana, considerando os 41 anos desde sua independência. O estudo apresenta dois modelos para analisar duas formas de inserção internacional angolana (assim o considera o autor). O primeiro modelo se aplica ao período de 1975 a 1991, o qual enfatiza a agenda de defesa, paz e segurança que levou Angola a buscar por uma inserção internacional mais isolada, tendo em vista as guerras “Fria” e “Civil”. Já o segundo modelo se aplica ao período de 1992 a 2016, que analisa como Angola procurou se adequar ao novo contexto internacional no Pós-Guerra Fria e Civil. O trabalho questiona como Angola formulou seus interesses estratégicos ao longo desses períodos e quais são seus reflexos para as estratégias actuais.

O autor (João B. de Jovita) realça que a maioria dos estudos anteriores caracteriza Angola apenas como “receptor” de políticas externas das grandes potências. E no entanto enfatiza que o seu trabalho não nega (e foi mais ou menos o que abstraímos quando o analisávamos) tal premissa histórica, mas argumenta que as relações construídas com as grandes potências configuraram factor fundamental para proposição das próprias dinâmicas regionais do país, transformando, ao longo do tempo, Angola em um actor proeminente das relações internacionais, tanto no plano regional, quanto global.

O autor deixa, entre suas considerações, firmado que “constatou-se uma relação permanente e explícita das guerras Fria e Civil como elementos decisivos dos direccionamentos e práticas que moldaram as bases da actual política externa angolana e uma inserção internacional mais sólida.”

Deste modo, “com a finalização desses conflitos, estavam os efeitos da globalização, que a partir dos anos 1990, impulsionariam novas dinâmicas e oportunidades para Angola, uma delas se dá no âmbito da “diplomacia económica” revelada pela diversificação de parcerias bilaterais extra-regionais e condicionada pelas exportações de recursos naturais – o petróleo e os diamantes, – a ‘diplomacia securitária’ qualificada pela instauração de suas instituições de segurança domésticas, (nomeadamente) as Forças Armadas Angolanas ‘FAA’, a Polícia Nacional, e de outros serviços de inteligência, como também a relevância do seu protagonismo intra-regional, na condução dos assuntos de defesa, paz e segurança em específico para a SADC, de onde a presença de Angola se contava como decisiva na mediação dos conflitos através da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos Africanos, e para a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEAAC).”

“*A política Externa Angolana Durante a Administração Neto*” representa o tema de trabalho académico da autoria de Miguel Alexandre, que teve como orientador o Professor Marcos Daniel. Acedemo-lo pelo endereço electrónico <http://hdl.handle.net/10362/32398> (dia 11 de Fevereiro de 2020, 14: 45). Conforme apurei, fora apresentado a júri no dia 30 de Janeiro de 2018, na Universidade Nova de Lisboa.

À luz da análise da política externa, esta investigação procura compreender as opções de política externa do governo de Angola, liderado por António Agostinho Neto após a independência, mais concretamente entre 1975 a 1979. Não foi de menos interesse para as nossas leituras e análises. M. Alexandre deixa registado que “o período da Guerra Fria coincidiu com o processo de descolonização europeia em África, onde as duas superpotências se confrontavam ideologicamente, e intervinham, influenciando o curso de vários conflitos em quase todos os continentes. No caso concreto de Angola, com o surgimento de três movimentos para a libertação de Angola,

atraiu as forças externas, fazendo regionalizar e internacionalizar o conflito. O MPLA, com ajuda da URSS, Cuba e de alguns países africanos, proclama a independência de Angola. Alcançada a independência, a guerra continuou sob forte influência externa e o governo levou a cabo, uma política externa no sentido do reconhecimento da sua independência, para a salvaguarda da sua segurança interna bem como para colocar o País nas principais organizações regionais, continentais e internacionais.”

O Professor Universitário, José Francisco Pavia, é autor de um livro intitulado *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. O mesmo foi editado e publicado em Portugal (Lisboa) pela *Quid Juris?* – Sociedade Editora. Data de 2011, e possui o ISBN 978-972-724-571-0. Esta publicação, que também figura na bibliografia referente ao nosso trabalho, resultou, como se pode ler na própria nota introdutória, de um conjunto de comunicações que foram proferidas na Conferência Internacional (sob o lema) “A política externa de Angola no novo contexto internacional”, que se terá realizado na Universidade Lusíada de Lisboa (ULL), resultando de uma parceria entre o CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), o SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) e a própria ULL. Trata-se de um trabalho digno de realce, pelo que lemo-lo com bastante interesse e, o sugerimos.

Analogamente atentámos, com relevado interesse, para o artigo intitulado “*Política Externa de Angola de 1992 aos Dias Actuais*”<sup>76</sup>, da autoria do professor universitário angolano Joveta José. Como ele próprio ajuíza, no e sobre o artigo, o objectivo é analisar as principais transformações e tendências da política externa de Angola a partir do exame das acções e abordagens do governo no período de 1992 aos dias actuais, considerando o contexto internacional de crise dos modelos de globalização neoliberal que determinaram as respostas externas e internas do país e suas possibilidades, avaliando seu perfil regional e global, especialmente suas iniciativas para a CEEAC, SADC e o Brasil.

Joveta José chama aí atenção quanto ao aspecto de existirem poucos trabalhos tratando da política externa de Angola; o que, na própria óptica justifica a importância da sua pesquisa para todos os profissionais (e acresceria eu, estudantes) interessados no assunto. Ademais, salienta que terá procurado o papel da política externa de Angola desde a primeira eleição multipartidária e sua relevância para compreender a segunda guerra civil ou o conflito pós-eleitoral, identificando como o país se articulou para enfrentar a instabilidade político-militar, e ao mesmo tempo em que decorria o processo de adaptação na construção de novos aliados, devido ao distanciamento e

---

<sup>76</sup> Joveta José. «*Política Externa de Angola de 1992 aos nossos dias*». 33º Encontro Anual da ANPOCS; GT-19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos sobre África e Caribe. Disponível em <http://www.anpocs.com>. (s.d.) pp. 1-29.

desmoronamento em relação aos aliados socialistas. Trata-se, diria eu, sem sobras de dúvidas de um artigo interessante, quer se julgue ou não insuficiente, afinal todo o trabalho intelectual sempre tem um quê de insuficiente, e é isso que nos leva a seguir e a perseguir buscando cada vez mais e sempre mais. Leia-se! Eis, por assim dizer, o nosso conselho.

Para desfechar, breve que foi este item, importa avançar um dado que acabou curioso para nós: Como bem se pode verificar, em inúmeros pontos do presente “discurso”, a que nos relanceamos com profundo afínco, são frequentes as citações sobre os autores portugueses Fernando Sousa e Pedro Mendes (professores da Universidade Lusíada do Porto). E eis o facto curioso: Estes revelam em nota introdutória, aludindo à problemática da falta de trabalhos, o que dificulta o ensino na área da Ciência das Relações Exteriores em Portugal, que “alguns trabalhos se publicaram e traduziram no sentido de tentar colmatar esta lacuna. O professor Adriano Moreira, pai da Ciência Política, da Política Internacional e das Relações Internacionais em Portugal, publicou a sua excelente *Teoria das Relações Internacionais* (1997); Pascal Boniface viu traduzido em português o seu *Atlas de Relações Internacionais* (1999); José Adelino Maltez deu à estampa...”. Líamos (analisávamos), nós, justamente as obras de Adriano Moreira e a de Pascal Boniface, quando necessitando de consultar o *Dicionário de Relações Internacionais* (de Sousa e Mendes) deparamo-nos com esta passagem. São de facto obras de grande relevância e devem servir de referência e guia. Foram-nos substancialmente úteis, do ponto de vista de terem concorrido para consolidação, revalidação e acatamento de certos conceitos, teorias, modelos e factos do mundo das Relações Internacionais, necessariamente concorrentes à nossa abordagem, mas também, e que se diga, ter-nos-ão sido particularmente úteis durante a nossa formação.

## **Capítulo III**

# **ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

---

### **Premissas introdutórias**

No presente capítulo damos tratamento, como já o referimos na introdução, a todo um enquadramento conceptual, com destaque para os conceitos de “política externa” e “política externa angolana”. Entretanto, importante é termos em conta, como, pois bem, advogam alguns autores, a exemplo de R. Quivy e L. Campenhoudt, que “a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstracta que visa dar conta do real. Para isso, não irá reter todos os aspectos da realidade em questão, mas apenas o que exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador.” Tomamos como ponto de partida o conceito de “política externa”, para daí passar-se a uma breve discussão sobre o conceito de “política externa angolana”. Tratar-se-á, todavia, de uma construção-selecção. Pode-se, de certa forma, falar-se em conceito operatório isolado (no segundo caso), se entendermos que um “conceito operatório isolado” traduz um conceito que se construa empiricamente, a partir de observações directas ou ainda de informações que tenham sido reunidas por outros. Corroboramos com a ideia de que não poderia ser de outro modo, senão por via das leituras e entrevistas da fase exploratória, que podem ser recolhidos os elementos necessários a essa construção.

### **3.1. Política externa**

Uma análise que se volte para a “A Influência do Pós-Guerra Fria na Mudança de Paradigma na Política Externa Angolana”, tal como se induz, na verdade, o tema da presente dissertação, como temos reafirmado, deve servir-se de conceitos de base, sem o enquadramento dos quais, os objectivos careceriam de algum amparo. Não devíamos deixar de ter em consideração, que no trabalho de investigação, a construção não é mera especulação. O seu escopo há-de ser o de nos conduzir ao real, para que com ele possamos nos confrontar. Um desses conceitos seria o de política externa, o qual deve ser revisado em suas especificidades, para que daí possamos seguir comodamente aprofundando a nossa temática. Ora, importará que nos antecipemos em dizer que não

existe uma definição do conceito “política externa”, que seja exclusiva. Na realidade (da produção académica e/ou ensaística) ele é definido de formas diversas. Porém, não obstante à esta discrepância de definições conceptuais, não deixamos de antever entre as mesmas, pontos de convergência.

Segundo Emílio J. Zeca<sup>77</sup>, para Raymond Aron, “a política externa é, em primeiro lugar, uma manifestação das suas prerrogativas de soberania e surge em resposta à premência de relacionamento com o exterior, que é hoje acentuado pela globalização e pela conseqüente multiplicação das relações internacionais, uma vez que se torna evidente a necessidade de estabelecer relacionamentos com o ambiente que lhe é exterior, por forma a, primeiro, garantir a sobrevivência da unidade política e, depois, realizar os restantes objectivos externos, que estão historicamente relacionados com o espaço, os homens e as almas.” Para Victor Marques Santos, “a expressão política externa designa, geralmente, o conjunto de linhas de acção política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um Estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objectivos definidos num programa de governo.” Já na óptica de António M. Bessa, “a política externa é uma das poucas actividades políticas do Estado, que na maior parte dos casos pode ser desenvolvida por um restrito grupo de pessoas muito influentes, longe da opinião pública ou da sanção imediata da crítica popular.” Em meio a isso, ainda segundo Emílio J. Zeca, Kalevi Holsti define a política externa como “o conjunto de acções que o Estado traça para alcançar no meio externo e inclui um conjunto de medidas e objectivos a serem alcançados no sistema internacional, em busca de segurança, autonomia, bem-estar, estatuto e prestígio.”

Por política externa, entendem as autoras russas Nicolaya V. Chichlina e L. A. Onicova<sup>78</sup>, aponta-se a política que visa regulamentar as relações entre os Estados e os povos na arena mundial. Entretanto, ela está indissolúvelmente ligada à política interna e reflecte o carácter do regime estatal e social. As autoras revelam que na época da “crise geral do capitalismo”<sup>79</sup>, a luta contra o socialismo mundial, contra os movimentos operários e comunista, contra os movimentos de libertação nacional, terá constituído o conteúdo essencial da política externa que praticavam os meios

---

<sup>77</sup> Cf. Emílio Jovando Zeca; *op. cit.*, p. 124, que faz referência às definições sobre política externa dadas por Aron (1984: 82-82), Santos (2000: 89-105), Bessa (2001: 79) e Holsti (1995: 4-5).

<sup>78</sup> Nicolaya Vladimírovich Chichlina; L. A. Onicova. *Pequeno Dicionário Político*, 3ª ed., revista, Edições Progresso, Moscovo, 1984. pp. 406-477

<sup>79</sup> Crise multilateral do sistema capitalista mundial em conjunto, que se caracteriza por guerras e revoluções, pela luta entre o capitalismo dito (na altura) agonizante e o socialismo crescente. Terá abrangido todos os aspectos do capitalismo, seja a economia como a política. Significava o enfraquecimento cada vez maior do sistema capitalista mundial, do qual se iam afastando sempre novos países, por um lado, e a potência económica crescente dos países, que se terão afastado do capitalismo, por outro lado. Os fundamentos da doutrina sobre a crise geral do capitalismo foram elaborados por V. I. Lénine. (Leia-se, de passagem, o Manual de Economia Política, da Academia de Ciências da ex-URSS – Instituto de Economia).

reaccionários dos Estados imperialistas. Assim, terão sustentado ainda as autoras de que nos referimos, blocos político-militares (por exemplo, a OTAN) terão sido criados para esse efeito. A luta pela conquista dos mercados e de esferas de influência, pelo domínio económico e político é característica dos Estados ditos imperialistas. Devemos acrescentar a este respeito, que ainda que se fale em novas conjunturas, novas circunstâncias, novas ordens..., este carácter expansionista dos países capitalistas ainda se faz sentir, no âmbito das suas políticas externas, firmando-se como que um traço genético de sua normal actuação no plano internacional. Exemplos que o sustentem não nos faltariam, mas tal não vem ser o nosso particular propósito.

Em épocas recuadas (diga-se, por altura da coexistência dos dois blocos), era mais ou menos da seguinte forma que se podia caracterizar a política externa da então URSS: “Desde a sua entrada na cena internacional”, seguem falando por nós Nicolaya V. Chichlina e L. A. Onicova, “a URSS aplica sem desfalecimento uma política leninista de paz; trabalha para a consolidação da segurança dos povos e para uma vasta cooperação internacional. Pela sua política externa, empenha-se em criar um clima internacional favorável à construção do comunismo na URSS, em defender os interesses de Estado da URSS, em consolidar as posições do socialismo mundial, em apoiar os povos que lutam pela emancipação nacional e o progresso social, em conjurar as guerras de agressão; tem por objectivo conseguir um desarmamento geral e completo; aplica, com espírito de continuidade, os princípios da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes e não poupa nada para consolidar a paz”.

Na perspectiva de Fernando de Sousa e Pedro Mendes<sup>80</sup>, “a política externa pode ser definida como a actividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem”. Traduz, por assim dizer, todo um conjunto de iniciativas que emanam do Estado e mobilizam para o seu serviço o máximo de factores disponíveis, tanto no ambiente interno como no ambiente externo. Estes autores sugerem ainda que a política externa representa “uma actividade de fronteira cruzando dois ambientes – o interno e o externo.” Deste modo, “a acção dos decisores políticos situa-se, por isso, na junção destes dois meios, devendo, como tal, gerir os interesses e oportunidades de ambos.”

Ora, é de comum acordo que o mundo doméstico (plano interno) deve seguramente constituir a antecâmara, com base na qual as directrizes da política externa são delineadas. Deste modo, importa, ajuízam Fernando e Mendes, considerar alguns factores do meio interno, como por exemplo os recursos do próprio Estado, sua posição geopolítica, o nível de desenvolvimento da sua economia, a estrutura demográfica, a ideologia dominante, os valores fundamentais da sua população. Para lá desta realidade justificável, ressurgem afirmativamente o meio externo (dito

---

<sup>80</sup> Fernando de Sousa e Pedro Mendes; *op. cit.*, pp. 189-190

internacional). Este deve constituir o ambiente onde a própria política externa deste ou daquele Estado virá implementar-se. Tal implementação envolve, necessariamente, outros actores, o que, na justa medida, implica eventuais reacções dos mesmos. É daí que se levantaria o problema da *definição da situação*, que bem entendida traduz a necessidade de que os decisores políticos tenham em conta os interesses do meio interno, e, ao analisar o meio externo, tenham a capacidade de antever as reacções dos demais Estados.

Como nos confere Magno Klein<sup>81</sup>, o livro *Changing Politics*, da autoria de Christopher Hill<sup>82</sup>, é uma obra de carácter enciclopédico a respeito dos fundamentos teóricos de um campo específico da grande área de Relações Internacionais conhecida como “análise de política externa”<sup>83</sup>. Sumamente, o texto aponta a importância actual desse campo de estudos em momento de grandes transformações nas relações internacionais. Assim, o fim da Guerra Fria, a internacionalização da vida cotidiana, a ascensão de um pretenso consenso liberal ao redor da democracia e da interdependência económica (simbolizados, segundo Klein, no vago conceito de “globalização”) induziriam a acreditar em um mundo onde as fronteiras entre o interno e o externo estariam de dissolvendo, e a capacidade do Estado nacional em agir autonomamente no sistema internacional, estaria sendo cada vez mais minada. Contribuiriam para isso a maior participação de actores transnacionais não estatais na vida política internacional, como instituições religiosas, grupos terroristas, um amplo espectro de ONG’s temáticas (pobreza, direitos humanos, meio ambiente..., salienta Klein), além da grande inovação que terá sido a doutrina de intervenção humanitária (criando excepções nas noções de soberania e autoafirmação dos povos e permitindo a acção dos Estados na vida interna de outros Estados), que reforçariam a ideia de que a primazia do Estado nas relações internacionais estaria com os dias contados. Segundo Magno Klein, Hill aponta a tendência das análises sobre o sistema internacional em valorizar percepções sistémicas, estruturais, com grande incapacidade de perceber e definir algum poder de agência – a capacidade das unidades da estrutura de interferir nessa mesma estrutura, ou ir de encontro as tendências produzidas por ela. Deste modo, como ainda assinala-nos Klein em reflexo à obra de Christopher Hill, essas

---

<sup>81</sup> M. Klein - Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pesquisador e editor da revista *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*.

<sup>82</sup> Christopher Hill – Professor de Relações Internacionais na Universidade de Cambridge, onde é igualmente director do *Centre of International Studies*, conta igualmente com passagem pela *London School of Economics*. Seus estudos na área das Relações Internacionais focalizam-se em especial na análise de política externa e nos estudos da política internacional europeia.

<sup>83</sup> Cf. Magno Klein. «*The Changing Politics of Foreign Policy / Hill, Christopher*». INTERSEÇÕES, Rio de Janeiro, v.18, n.1, Junho de 2016; pp. 257-262. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br>

leituras de âmbito sistémico nitidamente desvalorizam a capacidade dos estudos de análise política externa de explicar e prever factos do sistema internacional.

Todavia, defendendo a capacidade cognitiva dos estudos de política externa, Hill define o que seria o conceito: “política externa seria o conjunto das relações oficiais externas conduzidas por um actor independente (normalmente um Estado) nas relações internacionais”. Ora, a possibilidade de que outros actores, além dos Estados nacionais, realizem política externa é especificamente pensada para o caso da União Europeia, – o grupo conta com um representante específico para suas relações externas, definido como “Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança”.

Por outro lado, na defesa da legitimidade das análises de política externa, Hill busca o lócus académico de tal campo de estudo, apontando em especial os espaços em que tais pesquisas não são nem de longe prioritárias, como nos enfoques realistas (mais especificamente neorrealistas, como em Kenneth Waltz). Como observa Klein, tais interpretações teriam a percepção de que o sistema internacional seria dominante em certos aspectos-chave, entendendo a política externa e o interesse na política doméstica e no processo de tomada de decisão como não relevantes. Christopher Hill aponta que o viés determinista do pensamento neorrealista iria contra pressupostos da análise de política externa e sua tendência a valorizar o livre jogo dos múltiplos factores, tanto domésticos como internacionais. Outra abordagem incompatível para pensar a política externa, aduz Klein, seria a da “escolha racional” e do “actor nacional”, com sua percepção da acção racional de um actor unitário com objectivos dados – no geral, a maximização do poder. Para os estudos de política externa, nada mais estranho do que negar a pluralidade das intenções dos actores.

Hill defende a importância dos estudos de política externa e acredita que, por sua natureza, eles devam se dar de maneira aberta, comparativa, conceitual, interdisciplinar, capaz de articular as fronteiras domésticas e externas, sem pretensão de produzir uma única “teoria de política externa” uniforme e abrangente. Assim, sua importância seria ainda maior nos dias actuais, uma vez que as grandes alterações que o sistema internacional vem sofrendo desde os anos 1990 colocam mais dificuldades para se compreender a relação entre o interno e o externo a nível da política dos Estados. Apesar de a política externa ser actualmente uma área mais complexa e mais contestada, ela está longe de se tornar insignificante ou de desaparecer.

Christopher Hill é entusiasta da importância de se pensar a relação entre ética e relações internacionais, confere-nos Klein, algo não muito comum entre teóricos das Relações Internacionais. Para Hill, “na política externa de qualquer país, a prática e a ética convergem inexoravelmente”.

Na óptica de autores como Maria Raquel Freire e Luís da Vinha, “a política externa, tradicionalmente associada aos Estados, mas crescentemente associada a outros actores, como a União Europeia (UE), projecta interesses e objectivos domésticos/internos para o exterior. É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos actores no sistema internacional”<sup>84</sup>. Estes autores salientam que o desenho, formulação e implementação da política externa não é um processo simplista e linear, como, enfim, analisado nos diferentes modelos teóricos e na necessidade de conjugação destes para um entendimento mais compreensivo do processo; e não é de forma isolada que tem lugar, revelando, entretanto, o carácter co-constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) que acompanham todo o processo.

Importante é ainda notar, com Freire e Vinha, que a análise da política externa enquanto abordagem teórica distinta teve a sua origem no período a seguir à II Guerra Mundial. Segundo Hudson e Vore<sup>85</sup>, três trabalhos distintos estão na base desta abordagem: *Foreign Policy Decision-Making* de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Spain (1954); *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Contexto of International Politics* de Harold e Margaret Sprout (1956 e desenvolvido mais detalhadamente em 1965 no livro *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*); e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* de James Rosenou (1966). Terá sido o primeiro estudo (1954) inovador e, assim, importante, uma vez que identificou o decisor humano como o principal determinante do comportamento do Estado. O foco de sua análise centrou-se no decisor e no seu entendimento da situação. Não reunindo menor importância, o segundo estudo (1956/1965) terá sido fundamental para determinar a relação entre o *psyco-milieu* (isto é, o meio percebido pelos decisores e ao qual reage) e o *operational milieu* (o meio no qual as decisões são executadas). Por seu turno, o artigo de James Rosenou (1966), reforçando a necessidade de aplicar conhecimentos de outras ciências sociais nas explicações de política externa, contribuiu para uma análise multi-nível e multi-causal da complexidade associada à compreensão da mesma.

Freire e Vinha salientam ainda, recorrendo a Hudson e Vore<sup>86</sup>, que embora os estudos de política externa tenham desenvolvido diferentes abordagens, os trabalhos atrás referenciados estabelecem os pressupostos teóricos basilares da disciplina, nomeadamente: o conhecimento das especificidades dos indivíduos nas decisões de política externa é crucial para a compreensão das escolhas; a informação sobre estas

---

<sup>84</sup> Maria Raquel Freire (coord.); Luís da Vinha. *Política externa: modelos, actores e dinâmicas*. Coimbra/Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/31197>. p. 1.

<sup>85</sup> Hudson e Vore (1995) apud Freire e Vinha (2011, p. 4-5).

<sup>86</sup> 1995

especificidades deve ser incorporada na construção de teorias transnacionais e de médio-alcance; as teorias resultantes devem integrar múltiplos níveis de análise; e a compreensão do processo de formulação da política externa é tão importante, se não mais importante, do que a compreensão dos *outputs* da política externa<sup>87</sup>.

### **3.2. Política externa angolana**

Começo por abordar esta secção, item, tópico ou como melhor se designe, justamente levantando a inevitável questão: *o que é a política externa angolana?*

“Uma área quase desconhecida e ainda menos investigada”; afirmava o professor angolano Miguel D. Bembe<sup>88</sup> há, sensivelmente, seis anos. Ao que tudo indica, o autor terá fotografado a problemática muito mais ao nível teórico e menos ao nível prático, uma vez que assim o retrata, o que não deixa de ser óbvio.

Nós antes julgamos, todavia, que discorrer sobre a temática “A Influência do Pós-Guerra Fria na Mudança de Paradigma na Política Externa Angolana (1989 - 1992)” é já estar-se, *a priori*, apostados na reconstrução do próprio conceito de “política externa angolana” e, com particularidade e à justa medida, na sua definição. Afinal, conforme a lógica, definir é, em geral, explicar o sentido de uma palavra (*definição nominal*) ou a natureza de uma coisa (*definição real*). Ora, deve-se ter em linha de conta que a definição é “a operação lógica que consiste na análise da compreensão de um conceito”, isto é, que distingue e indica as características ou constituintes do conceito. E neste caso estaremos seguros de que definir uma coisa (ou ideia) é indicar, de entre suas propriedades, as que sejam suficientes para dizer o que a coisa é e distingui-la do que não é.

Quando exercitando a busca de uma possível definição para qualquer que seja a política externa “particular”, isto é, exercida por este ou por aquele outro Estado, verificamos que os autores sempre apontam para aspectos identificados nas respectivas constituições. Seria uma forma simplista de antevermos a questão? Evidentemente que não. Todo ambiente determinado por normas, é comodo o bastante e suficiente para que sirva de directiva aos actos, sejam eles quais forem, individuais ou colectivos. A própria acção política carece de direccionamento e, é, logicamente, o que lhe representa toda a disposição constitucional.

---

<sup>87</sup> Maria Raquel Freire (coord.) e Luís da Vinha; *op. cit.* pp. 5-6.

<sup>88</sup> Miguel Domingos Bembe, *in* resumo de, “A Política Externa Angolana: Doutrina e Prática”, artigo elaborado entre fins de Março e início de Abril de 2015, por convite do Observatório Político do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Assim, ao nosso encaixe, não pode haver uma explicação mais clara do que seja a política externa angolana, senão a que se pode abstrair do quanto se espelha na própria Constituição da República de Angola<sup>89</sup>. Nestes termos, estamos em condições de afirmar que a política externa angolana é:

Uma política que se funda no respeito e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas<sup>90</sup>, e da Carta da União Africana.

Uma política que visa estabelecer relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos, na base de princípios tais como o do “respeito pela soberania e independência nacional”, o da “igualdade entre os Estados”, o do “direito dos povos à autodeterminação e à independência”, o da “solução pacífica dos conflitos”, o do “respeito pelos Direitos Humanos”, o da “não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados”, o da “reciprocidade de vantagens”, o do “repúdio e combate ao terrorismo, narcotráfico, racismo, corrupção e tráfico de seres e órgãos humanos”, o da “cooperação com todos os povos para a paz, justiça e progresso da humanidade”.

Uma política que se bate, igualmente, pela defesa da abolição de todas as formas de colonialismo, agressão, opressão, domínio e exploração nas relações entre os povos.

Uma política empenhada no reforço da identidade africana e no fortalecimento da acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos – regionalismo puro, diríamos nós. Afinal, e é isso digno de pontual realce, Fernando de Sousa e Pedro Mendes advogam que “na tomada de decisões, em termos de política externa, é privilegiada a perspectiva regional, em detrimento da global, na medida em que, regra geral, quase todos os Estados têm interesses regionais, dando lugar, desta forma, a fenómenos de cooperação e integração de âmbito regional. Os Estados têm de agir e reagir relativamente aos Estados vizinhos em todos os

---

<sup>89</sup> A primeira Constituição da República de Angola data de 1975, como consequência da sua independência proclamada no mesmo ano a 11 de Novembro. Nela: 1. verificou-se um Governo socialista unipartidário formado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que terá sido reconhecido, nessa altura, como o “legítimo” representante de Angola; 2. dinamizou-se um apelo excessivo das massas populares; 3. registou-se uma grande repressão e limitação das liberdades públicas, num sentido autoritário e até mesmo totalitário; 4. antecipou-se uma recusa da separação de poderes a nível da organização política, tendo primazia a Assembleia Popular Nacional. Com o fim da Guerra Fria no teatro mundial, e da primeira Guerra Civil em Angola (demarcada pela assinatura dos Acordos de Bicesse, em Portugal), Angola, inquestionavelmente, conhece uma nova conjuntura política – vê-se “forçada” a abraçar a democracia por que tanto pugnavam os movimentos opostos ao regime do MPLA, com maior preponderância para a UNITA de Jonas M. Savimbi. Ressurge-nos, então, na base de todo um processo de revisão constitucional, a Constituição de 1992; espelhando: 1. reforço dos direitos, das liberdades fundamentais, com grandes e precisas enumerações destes direitos, com regras gerais sobre a sua garantia, e proibição da pena de morte; 2. inserção de regras básicas de democracia representativa e reconhecimento do papel dos partidos políticos; 3. superação do princípio da unidade do poder e uma distribuição mais clara das competências; 4. previsão de mecanismos de economia de mercado; 5. sistema de governo com três órgãos políticos: o Presidente da República, a Assembleia e o Governo; 6. Primeiros passos para a criação de autarquias locais; 7. Preocupação com a garantia da constitucionalidade e da legalidade, com o surgimento de um Tribunal Constitucional. A Constituição de 2010 é a mais recente, portanto, em vigor. É desta o quanto abstraio e ofereço como conceituação para a política externa angolana; mas importará dizer que já a própria constituição de 1992, assim antevia, relativamente à actuação do Estado no plano das Relações Internacionais.

<sup>90</sup> O ano de admissão de Angola à Organização das Nações Unidas data de 1976.

aspectos – político, económico, militar, etc. – tornando a dimensão regional crucial na tomada de decisões em termos de política externa.

Enfim, a política externa angolana é uma política participativa, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança colectiva, mas que, atendendo ao primado da defesa dos seus particulares interesses (soberania em última instância) não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território.

Para desfechar este tópico, aprez-nos deixar nossa impressão pessoal do que seja a política externa angolana, em resposta à questão que formulamo-nos a nós próprios: De que forma encararíamos a política externa angolana enquanto conceito? Ao que respondemos:

Reunidos os condicionalismos da sua própria história (com a prova do colonialismo e do neocolonialismo, da guerra civil, da Guerra Fria pelo mundo), e da história da região em que se situa do ponto de vista geopolítico; apoiando-se na consciência sobre suas possibilidades ao nível social, cultural e económico, e nas aspirações mais subtis de sua maior riqueza, nomeadamente o seu heroico povo; valorizando, todavia, sua necessidade de superação (no plano interno); a política externa angolana não é, ao nosso ver, outra coisa, senão o reflexo de como Angola partilha sua realidade (suficiências e insuficiências) no ambiente internacional, visando daí poder extrair o que de proveitoso exista (desde que coincida com o interesse próprio) e oferecer o que de melhor possua (desde que coincida com o interesse alheio).

Os condicionalismos representam o quanto tem sido determinante nas mudanças paradigmáticas que esta que é a própria política externa angolana terá acarretado a cada época. E quanto a isso, é-nos relevante o novo rumo tomado por esta, em ocasião do fim da Guerra Fria, com a dissolução do bloco Soviético, parceiro essencial e relevante de toda a acção política, quer interna quer externa, levada a cabo por Angola desde a proclamação da sua independência em 1975, passando pelas circunstâncias de 1991/1992, aos dias actuais.

#### O que dizer sobre a esfera decisória (elites) da política externa angolana?

Perguntamo-nos ao que respondemos:

Sim! É um facto! O poder revolucionário proclamou a linha de orientação socialista do Estado angolano, e este poder é, nesses dias, personificado pelo MPLA, posteriormente apelidado Partido do Trabalho (MPLA-PT).

1975 – 1988. O Estado angolano vai consolidar o socialismo. Faz sentido, seguir-se aqui, no presente trabalho, perguntando: E o que é feito da região? Ou, melhor, o que é feito da política externa regional de Angola? Quem age sobre a política externa de Angola? Para responder a estas perguntas, ou ao menos a essencial, para este espaço, a

qual sublinha atrás, enquanto laboramos por uma ideia simples e breve sobre a política externa angolana, apoiemo-nos no quanto nos retrata o Prof. Dr. Igor Castellano da Silva<sup>91</sup>, que por sua vez refere-se a Malaquias<sup>92</sup>. Segundo Silva, a política externa regional deriva desse amplo processo de construção do Estado e da centralidade das elites do MPLA. A figura do presidente era relevante para a formação das directrizes centrais de política externa. Entretanto, o partido e seus órgãos internos estabeleciam os objectivos políticos e linhas de acção fundamentais. Três eram as principais esferas decisórias do MPLA: 1. O Congresso do Partido – que reunia uma assembleia de delegados e estabelecia os direccionamentos políticos gerais; 2. O Comité Central – que formulava as políticas específicas em áreas de responsabilidade do seu secretariado, incluindo os departamentos de Política Externa e Defesa e Segurança; 3. O Bureau Político – órgão eleito do Comité Central e mais influente do Partido, mantinha o poder de fiscalização da implementação da política partidária, possuindo grande interferência na agenda.

As relações entre partido e “*Executivo*” dominavam o processo decisório em política externa. Se o presidente, na figura de Presidente do Partido e Chefe do Governo, era constrangido pelas linhas de acção político-ideológicas do MPLA, ele também possuía a capacidade de afetar a política externa pelas suas particularidades no estilo de implementação e mediante eventuais espaços de agência. Além do presidente e do partido, os militares acabaram tornando-se gradualmente uma fonte vital de *input* nas políticas doméstica e externa, devido aos desafios securitários domésticos e externos.

---

<sup>91</sup> Igor Castellano da Silva. “Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistémica (1975-2010).” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Vol. 4, nº 7, Janeiro/Junho de 2015. e-ISSN 2238-6912 / ISSN 2238-6262. pp. 193-172.

<sup>92</sup> Assis Malaquias (2002: 15-19).

## Capítulo IV

# A ÁFRICA NOS MEANDROS DA GUERRA FRIA

---

### 4.1. Os países africanos de orientação socialista

Por orientação socialista entende-se:

*Gradual transition by economically backward countries to the socialist way of development. The Works of Marx, Engels and Lenin provide a theoretical basis for the possibility of building socialism bypassing the capitalist stage. The Soviet Central Asian republics and the Mongolian People's Republic were the first to accomplish this transition. In the newly-free countries of socialist orientation, intermediate forms of organization of production are taking shape, foundations of social ownership of the means of production are being laid and progressive socio-economic changes are being introduced to implement agrarian reforms, stamp out illiteracy, involve the broad masses in the building of a new society, etc. These are carried out against the background of a multi-structural economy: the state-capitalist, private capitalist, small commodity sectors and subsistence economy exist alongside the public sector. Although natural differences are evident in the development of individual countries, there are features common to all nations that have chosen socialist orientation: the existence of revolutionary parties and progressive organizations which express the interest of the broad strata of the working people; gradual elimination of the positions of imperialist monopolies and the local big bourgeoisie; the limitation of the activities of foreign capital; the commanding heights in the national economy held by the state and a steady transition to the development of the productive forces according to plan; the cooperative movement encouraged in the countryside; a progressively bigger role played by the working people in the life of society; the state apparatus being strengthened by national cadres loyal to the people; anti-imperialist character of foreign policies”<sup>93</sup>.*

Nos dias de hoje, actividades relacionadas com a “cultura” socialista podem assistir-se um tanto por toda a parte do globo, apesar de se terem decaído os principais mentores de tal regime doutrinal e sistema ideológico, ora por pequenos grupos aos quais podemos designar “associações políticas de feição socialista”, ora por partidos políticos propriamente ditos, que ainda seguem pugnando pelo poder em alguns Estados, ora por “associações de partidos políticos”, como, pois bem, seria o exemplo da IS – *Internacional Socialista* –, a qual é uma ONG de carácter político assumido, que busca pela divulgação e implementação do socialismo, sobretudo do socialismo democrático, através da união de partidos políticos *social-democratas, trabalhistas e socialistas*. Esta, que se diga, foi fundada em 1951 com a denominação “Internacional Operária e Socialista” e, consta que actualmente conta com 160 partidos de mais de 100

---

<sup>93</sup>Evgeny Maksimovich Primakov; A. I. VLASOV; *op. cit.*, p. 380. Ver tradução em apêndice I – (I - b)

países do mundo, tratando-se, todavia, de uma das maiores organizações partidárias em acção<sup>94</sup>.

Neste item, pretende-se passar em revista a problemática do socialismo em África, analisando, a breve trecho, sobre o processo de adopção do socialismo a nível dos Estados africanos, ao tempo em que procuramos oferecer uma clara visão de sobre quais países e como, eventualmente, relacionaram-se ou relacionam-se entre si (no âmbito de suas políticas externas) ou que tipologia de socialismo, que valores socialistas próprios, se assim se pode dizer, adoptaram nas suas políticas nacionais, nos seus sistemas políticos sociais, portanto, em suas políticas internas (isto é, no âmbito das relações entre as suas classes, camadas ou grupos sociais).

A primeira caracterização que se deve fazer quando apelamos a este problema, ao tema do socialismo em África é, precisamente, o facto de se tratar de um socialismo fundado nos condicionalismos africanos, passando a ser, teoricamente, considerado de “*socialismo africano*”. Com efeito, segundo as autoras N. V. Chichlina e L. A. Onicova<sup>95</sup>, por *socialismo africano* deve entender-se toda uma diversidade de doutrinas socialistas alheias à corrente marxista, que terão surgido após a Segunda Guerra Mundial (1945) na base de uma síntese das ideias em que se inspiram os movimentos independentistas, decerto, opostos ao imperialismo, dos povos do continente africano e das teorias socialistas. Assim, os conceitos de socialismo africano são fortemente marcados pelos condicionalismos específicos dos países africanos, nomeadamente relações sociais e económicas subdesenvolvidas, sobrevivências do tribalismo, forte poderio e influência da religião, classe operária pouco numerosa. Todavia, a influência do socialismo africano atinge o seu apogeu nos anos 50-60, quando se converte numa autêntica arma teórica das forças democráticas revolucionárias que formulam programas radicais de transformações socioeconómicas de carácter anti-capitalista.

Os autores Iba Der Thiam e James Mulira com a colaboração de Christophe Wondji<sup>96</sup> relatam, que as relações da África com os países socialistas remontam à época durante a qual, pouco após a revolução bolchevique de 1917, Lenine prometeu a cooperação do jovem Estado soviético a todos os povos colonizados. Desde então, todos os países socialistas – a URSS e os seus aliados, como a República Popular da China – prestaram ajuda, sob diversas formas, aos Estados africanos, tanto antes quanto após a sua conquista da independência. Tal como aquela conduzida pelas outras potências, a política externa dos países socialistas era permanentemente regida por dois

---

<sup>94</sup> Cf. Pascal Boniface. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa/Portugal: Plátano Editora, 2009. ISBN 978-972-770-685-3. p. 32 e ainda o sítio <https://pt.wikipedia.org/wiki/internacionalsocialista>.

<sup>95</sup> Nicolaya Vladimirovich Chichlina e L. A. Onicova; *op. cit.*, 1984, pp. 337-338

<sup>96</sup> Cf. Iba Der Thiam e James Mulira com a colaboração de Christophe Wondji. “A África e os países socialistas”, in *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília/Brasil: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-130-3. pp. 929-930. pp. 965-1002.

imperativos: um imperativo ideológico, segundo o qual, o bloco soviético e a República Popular da China deviam sustentar os países partidários do marxismo-leninismo; e um imperativo estratégico, mediante o qual, eles defendiam os seus interesses nacionais. Isto implicava, para os comunistas, apoiarem as lutas de libertação, com o intuito de acelerar a revolução colonial, parte integrante da revolução mundial. Concomitantemente ao aumento da importância do continente africano no âmbito dos assuntos mundiais, acrescentam aqueles autores a que nos reportamos, os países socialistas desenvolveram as suas relações com os Estados áfricos. Desta forma, estabeleceu-se uma interação que influenciou, sob muitos aspectos, a trajetória dos acontecimentos nestes países. A política posteriormente desempenhada pela URSS, por todo o conjunto dos países socialistas na África, pode, em sua totalidade, ser dividida em quatro períodos: de 1917 a 1945, a influência soviética é indireta e apoia-se nos partidos comunistas europeus e nos militantes radicais, africanos, antilhanos e norte-americanos, do pan-africanismo; de 1945 a 1965, os países socialistas apoiaram, directa ou indirectamente, os movimentos de libertação nacional e os jovens Estados africanos independentes, encorajados pelo enfraquecimento das potências coloniais e pela ascensão dos nacionalismos, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial; de 1960 a 1975, assiste-se ao refluxo da intervenção dos países socialistas e, especialmente, da URSS, em proveito de uma acção essencialmente diplomática; a partir de 1975, após o fim da guerra do Vietname, constata-se uma recuperação da influência dos Estados socialistas, por exemplo, em Angola e no chifre da África.

Diferente de Karl Marx e Friedrich Engels, que pouco dominavam informações sobre a África, na sua época, Lenine abordou, com alguma frequência, os problemas africanos nas suas obras sobre o imperialismo e sobre as questões “nacional” e “colonial”. Assim sendo, naquilo que lhe compete, a África, pela sua situação política e socioeconómica particulares, era capaz de edificar uma sociedade comunista sem passar pelo estágio capitalista. Os movimentos anticoloniais africanos foram incentivados a combaterem os colonizadores, de modo a ampliarem a frente anti-imperialista. Igualmente, o Komintern procurou estabelecer uma acção orquestrada com as primeiras organizações nacionalistas, tais como o *National Congress of British West Africa* (NCBWA), a *Kikuyu Central Association* ou o Congresso Nacional Africano (CNA), embora, aos seus olhos, a direcção destes movimentos estivesse em mãos, não da classe operária, aliás pouco numerosa na África, nos idos da década de 1930, mas, da burguesia nacional progressista. Algumas organizações, ligadas ao Komintern, desempenharam um papel particularmente ativo: tratou-se, notadamente, da *Internationale Syndicale Rouge* (Profintern), da *United*

*Front From Below* (UFFB) e do *International Trade Union Committee of Negro Workers* (ITUC-NW). Jomo Kenyatta, um dos primeiros africanos a colaborar com alguns destes movimentos, visitou a URSS em 1929, 1932 e 1934. Aliás, como nos conferem Iba Der Thiam e James Mulira, Ele era correspondente do ITUC-NW.

Conforme escrevera A. Ivanov<sup>97</sup>,

o desenvolvimento dos países da comunidade socialista e o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista, na década de sessenta, transformaram a luta de libertação nacional em alguns países africanos como na **Argélia, Congo, Mali, Tanzânia**, etc., numa luta contra todas as formas de relações de exploração, tanto feudais como capitalistas. A burguesia local, pouco numerosa, fraca e incapaz de resolver os problemas mais agudos dos seus países através do desenvolvimento social capitalista, fez com que nas décadas de 70 e 80, o número de Estados que haviam optado pela via socialista aumentasse. **Angola, Benim, Guiné-Bissau, Moçambique, Madagáscar e Etiópia** enveredaram por uma via socialista.

Entretanto, um traço característico dos ideólogos do socialismo africano reside no seu desejo de absolutizar a originalidade dos países africanos, o que os levava a subestimar e até a negar o alcance da experiência do movimento operário comunista internacional e dos países socialistas. Logo, o aprofundamento do conteúdo social dos movimentos de libertação nacional nos anos 70, o estreitamento dos laços entre os seus destacamentos de vanguarda, por um lado, o movimento comunista internacional e a comunidade socialista, por outro, a escolha de uma orientação socialista por numerosos países africanos acentuaram a diferenciação entre os partidários do então chamado socialismo africano. Alguns partidos e movimentos terão evoluído para o chamado *socialismo democrático*<sup>98</sup> o qual assumia-se como um socialismo reformista ou abertamente burguês; a par, sobre outros partidos e movimentos, em primeiro lugar, democráticos revolucionários, exerce-se, cada vez mais intensamente, a influência do socialismo científico e da experiência dos países socialistas de gema. No período de 1974 a 1977, oferece-nos Ivanov tal dado<sup>99</sup>, a suprema direcção da Internacional Socialista (B. Kreiski, W. Brandt e O. Palme) empreende viagens de informação e de conhecimento através dos países de Ásia e de África; entretanto, apartou-se das manifestações mais extremas do racismo, colonialismo, apartheid e agressão (diria eu, inviáveis e impenetráveis ao socialismo). Nos congressos e nas conferências da Internacional Socialista condenava-se o regime racista da África do Sul e, inclusivamente, se reconhece a legitimidade do boicote económico a que eles são

---

<sup>97</sup> Aleksandr Ivanov; *op. cit.*, p. 3

<sup>98</sup> Teoria e conceito político reformista segundo o qual a transformação do capitalismo em socialismo seria possível por meio de reformas democráticas. Deve-se ter em linha de conta, que a ideologia do socialismo democrático é bastante hostil à doutrina marxista-leninista em si, dirigindo-se contra a actividade prática dos partidos comunistas e operários (Cf. Nicolaya Vladimírovich Chichlina; L. A. Onicova; *op. cit.*, p. 408).

<sup>99</sup> Cf. Aleksandr Ivanov; *op. cit.*, pp. 26-27.

submetidos. Os dirigentes da Internacional Socialista saudaram oficialmente a derrocada do regime fascista em Portugal e o fim da guerra colonial contra os povos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau. Em 1977, os representantes do Partido Socialista do Senegal, do Partido Socialista «*Destouriano*» (da Tunísia), da União Socialista Sudanesa, do Partido do Povo Mauritano e de vários outros partidos formaram um grupo a fim de criar uma aliança entre os partidos socialistas de África, uma espécie de filial da Internacional Socialista. O comité para a preparação do congresso constituinte da aliança socialista interafricana elaborou em 1980, os projectos para os documentos programáticos. Em Fevereiro de 1981, na Tunísia foi realizado o Congresso constituinte da Internacional Socialista Africana, à qual aderiram o Partido Socialista «*Destouriano*» da Tunísia, o Partido Socialista do Senegal, os partidos marroquinos, nomeadamente o “*Istiqlal*” e a Aliança Socialista das Forças Populares, o Partido Nacional Popular (do Gana), o Partido Popular Progressista (da Gâmbia), o Partido Social-Democrático e o Trabalhista da Ilha Maurícia, a Liga Popular Africana Pela Independência (Djibuti), a União Socialista Sudanesa e o Partido Socialista Revolucionário da Somália.

## **4.2. Os países africanos e a via capitalista**

Chinweizu Ibekwe, nigeriano, é um escritor, poeta, historiador, especialista em questões ambientais; autor de numerosos trabalhos e artigos sobre a literatura, a cultura, a educação, o desenvolvimento económico e as questões ambientais na África. Ao seu cuidado esteve o desenvolvimento de todo um capítulo, para a obra “*História Geral da África: África desde 1935*”, em colaboração com o Comité Científico Internacional da Unesco Para a Redação da História Geral de África. Nesta obra o autor nos oferece uma aprofundada abordagem a respeito deste tópico, a que nos reportamos.

Segundo Chinweizu<sup>100</sup>, quando da chegada à independência<sup>101</sup>, as mudanças que os novos Estados africanos desejavam ver intervirem na esfera das suas relações com o mundo capitalista derivavam de quatro ambições estreitamente correlatas (e neste aspecto importa aduzir, com base na apreciação do autor, que as relações entre a África e o mundo exterior capitalista eram essencialmente relações afro-ocidentais, isto é, o

---

<sup>100</sup> Cf. Chinweizu Ibekwe. “A África e os países capitalistas”, in *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília/Brasil: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-130-3. pp. 929-930.

<sup>101</sup> Segundo nota do mesmo autor, considera-se, em geral, que o ano 1960, no transcorrer do qual grande número de países africanos conquistou a independência, representa o ponto de partida para a independência da África.

mundo ocidental considerado no sentido da tríade: Europa Ocidental, América do Norte e Japão.). As suas elites pretendiam modernizar a sociedade a fim de conquistar, para seu povo, o respeito da comunidade internacional. Para alcançá-lo, diz Chinweizu, elas tencionavam realizar a descolonização política da África, impondo um fim às humilhações do racismo; todavia, contavam, a seu favor, com o desenvolvimento económico, para transformar os respectivos países em membros poderosos, ricos e respeitados no mundo industrializado; enfim, elas pretendiam, através da descolonização económica, liberar-se da “tutela” económica do Ocidente. O mundo ocidental acolheu estes anseios na justa medida do seu grau de compatibilidade com o seu interesse primordial, a saber, – manter a sua supremacia, mediante tanto menos reformas quanto as possíveis. Quando tais pretendidas mudanças fossem além, ou ao encontro das enunciadas reformas, o Ocidente, a elas, opor-se-ia; caso contrário, este as apoiaria. Ora, para a África, assim como para o mundo ocidental, a modernização supunha todo um processo chamado a transformar as sociedades africanas em réplicas negras das sociedades industriais do século XX. O modelo predilecto, em geral, era proporcionado pelas sociedades industriais capitalistas. Porém, a maioria dos dirigentes africanos, à imagem dos seus homólogos ocidentais, rejeitava o modelo das sociedades industriais socialistas, arquétipo somente escolhido por uma minoria das elites africanas. Por conseguinte, a cooperação afro-ocidental consagrou-se, amplamente: *a)* à promoção de um modo de exercício dos poderes públicos, em conformidade com os preceitos e ao estilo das democracias ocidentais; *b)* ao estabelecimento de um sistema escolar e universitário, à moda ocidental, capaz de tornar possível transplantar, para a África, a tradição intelectual do Ocidente; *c)* à propaganda, entre os africanos, em favor da ideologia capitalista, predominante e particularmente, em sua versão liberal da época; bem como, finalmente, *d)* à criação de um sistema de transportes e de comunicações, além de outras infraestruturas, de natureza a facilitarem, na África, o florescimento de uma atividade económica calcada no modelo ocidental. Em respeito ao Ocidente, tanto quanto aos Estados africanos, o objetivo económico da modernização consistia em permitir aos africanos adequarem-se rapidamente ao diapasão da civilização de consumo, – característica no mundo ocidental contemporâneo. Entretanto, se os africanos, por sua vez, pretendessem criar as suas próprias indústrias, para responderem à demanda por produtos constituídos como *objetos de desejo*, o Ocidente, a seu turno, preferiria ver a África permanentemente dependente em relação a si. A noção de desenvolvimento económico continha, portanto, dois significados bem distintos, de parte a outra. Relativamente aos Estados africanos, o desenvolvimento económico subentendia imperativamente a criação da sua própria base industrial. O mundo ocidental, em contrapartida,

circunscrevia a sua visão sobre o desenvolvimento económico africano a uma simples reforma na capacidade produtiva da África, de tal sorte conduzida, que esta última se tornasse um fornecedor estável de matérias-primas agrícolas e minerais, para as indústrias ocidentais, reforma esta que, conjugada a um estímulo dos apetites africanos, inauguraria, na África, um tempo de oportunidades mais lucrativas para as mercadorias ocidentais. Confere-nos ainda Chinweizu, que em respeito ao capítulo da descolonização económica, os Estados africanos e o Ocidente encontravam-se em nítida oposição. Os Estados africanos desejavam retirar o controlo da sua economia das mãos dos ocidentais, porém, em nada dispostos a cedê-lo. De algum modo, perder este controlo, havia de se traduzir, para o Ocidente, renunciar àquilo que, durante um século de conquista e colonização, lhe haviam proporcionado as terras africanas, portanto, posses que ele se aferrava a preservar através da descolonização política. Ora, para os Estados africanos, renunciar a este controlo, equivalia a predestinar ao fracasso o componente económico da sua luta pela independência política. Se a oposição entre a África e o Ocidente apresentava-se menos marcadamente na esfera da descolonização política, em si, este facto devia-se unicamente às acomodações da hegemonia económica ocidental sobre a África, mediante um quadro diverso de situações políticas concretas, nomeadamente a dominação da minoria branca, tal qual na República Sul-Africana e na Rodésia de então; o colonialismo clássico, como nas colónias portuguesas, todavia não liberadas, da época; ou o neocolonialismo, equivalente a um controlo político indireto exercido através do domínio económico, à imagem dos próprios Estados africanos recém-independentes. Daí, em razão destas diversas possibilidades, a oposição ocidental à vontade africana de destruir o racismo e de não mais tolerar a dominação política estrangeira, sequer no último recanto perdido de terra africana, não foi tão implacável quanto a sua oposição à descolonização económica. No entanto, as potências ocidentais não apresentavam o mínimo entusiasmo no tocante à ideia de renúncia a uma estrutura existente de controlo político, em benefício de outra, julgada menos satisfatória. Oficial e igualmente pronunciar-se-iam em favor da descolonização política e da abolição do *apartheid*, embora agindo em função destes objetivos, contemporizando e adoptando, a esse respeito, atitudes ambíguas, sob medidas exasperantes para os africanos. Para terminar importará acrescer, ainda com base no pensamento de Chinweizu, que o desenrolar dos acontecimentos resultantes destas convergências e divergências, de posicionamento e interesses, foi amplamente determinado pelo dispositivo de instituições multilaterais que o Ocidente estabelecera com vistas a administrar o sistema capitalista, no período posterior às catástrofes da Segunda Guerra Mundial. A ONU (especialmente alguns dentre os seus organismos, como a Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento, CNUCED), a Comunidade

Económica Europeia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deveriam figurar, a um só tempo, na qualidade de actores principais e como teatro do drama em vias de se reproduzir. Enfim, Este retrato que acabamos, de esboçar, à luz do pensamento do Dr. Chinweizu, não devia ser mais esclarecedor, para que se pudesse aferir a uma antevisão sobre a problemática do capitalismo em África, o que, pois bem, permite uma compreensão sobre as escolhas no plano das políticas executadas pelas elites africanas dos Estados independentes, oscilando entre uma corrente e outra, umas doutrinas e outras, e fundamentando-se em paradigmas diversificados como consequência das circunstâncias historicamente relevantes.

Entretanto, o problema do capitalismo abarca todo um debate, para além da simples óptica de traduzir-se numa via optativa. Daí, importa-nos trazer à luz, neste nosso discurso, algumas considerações atinentes à problemática do desenvolvimento económico, que em verdade sempre se posta como pano de fundo de toda actividade política para qualquer que seja o Estado ou conjunto de Estados. Na óptica de Felipe Macedo<sup>102</sup>, após o final da II Guerra Mundial, eclodiram diversos movimentos de independência nos territórios colonizados pelas potências europeias, que aos poucos se tornavam Estados nacionais. Um grande debate se formou na época quanto aos rumos que esses novos Estados iriam tomar, pois, obviamente, tinham poucas semelhanças com as antigas metrópoles em termos políticos, sociais e económicos, apesar de serem juridicamente tão independentes quanto, não podiam ser analisados da mesma forma. Ora, é nesse contexto que o desenvolvimento começa a ser utilizado como categoria analítica da situação socioeconómica. Pensadores ocidentais (diversos) terão procurado identificar quais as características de uma sociedade considerada moderna e quais os obstáculos das antigas colónias para atingir esse patamar. As chamadas “teorias do desenvolvimento” consideravam este como o aumento da produtividade e a acumulação de riqueza dos indivíduos através do emprego da racionalidade nos modos de produção, na organização estatal e nas relações sociais no geral. Segundo esses teóricos, as ex-colónias se situavam no início desse processo, isto é, eram subdesenvolvidas, enquanto suas ex-metrópoles desenvolvidas seriam a meta a se alcançar, ou seja, o ideal. Porém, essa visão veio ser bastante criticada. A principal crítica (refere Macedo) surgiu na América Latina (nas décadas de 50, 60 e 70), cuja maioria dos países era já independente havia mais de um século, porém preservava as características do mundo subdesenvolvido. Consta que essa crítica se deu com o pensamento da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e o Caribe) e da

---

<sup>102</sup> Felipe Macedo; «Tanzânia, a ponte latino-americana na África: Recepções e reinterpretações do pensamento da CEPAL e da Teoria da Dependência pelos intelectuais de Dar es Salaam». Artigo disponível em <http://africaemquestao.wordpress.com>

teoria da dependência<sup>103</sup>, no qual subdesenvolvimento e desenvolvimento são interpretados como parte do mesmo processo capitalista com raízes no colonialismo e não como etapas diferentes de modernização de um Estado. Este autor sustenta ainda que o desenvolvimento das antigas metrópoles, chamados países centrais<sup>104</sup>, só fora possível devido ao comércio desigual que praticaram por anos em suas colónias e ainda praticavam com os então países periféricos (ex-colónias). Assim, o colonialismo deixou profundas marcas nas estruturas políticas, sociais e económicas, marcas tais que não são realidade nos países centrais, pelo que, não seria possível o desenvolvimento dos países periféricos nos mesmos moldes dos países centrais. A este conjunto de críticas pode-se incluir a do liberalismo económico, considerado um dos pilares da modernidade e condição básica para o desenvolvimento, que segundo a obra de Raul Prebisch<sup>105</sup> não desenvolve as forças produtivas nos países periféricos, apenas aprofunda a situação de dependência para com os países centrais. Mais ainda, reserva-nos Macedo, apesar da crítica, os pensadores latino-americanos estavam menos

---

<sup>103</sup> A teoria da dependência é (cf. artigo in [http:// pt.m.wikipedia.org](http://pt.m.wikipedia.org)), uma formulação teórica desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini (autor de *Dialéctica de la dependencia*), André Gunder Frank, Theonônio dos Santos, Vania Bambira, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e outros, que consiste em uma leitura crítica e marxista não-dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, em contraposição às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A explicação da “dependência” e a produção intelectual dos autores influenciados por essa perspectiva analítica obtiveram ampla repercussão na América Latina no final da década de 1960 e começo da década de 1970, quando ficou evidente que o desenvolvimento económico não se dava por etapas, isto é, um caminho que bastaria ser trilhado para que os resultados pudessem ser alcançados. Para a teoria da dependência a caracterização dos países como “atrasados” decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países “centrais” e países “periféricos”. Países “centrais”, como centro da economia mundial será identificado nos espaços em que ocorrem a manifestação do meio técnico científico informacional em escala ampliada e os fluxos igualmente fluam com mais intensidade. A periferia mundial (portanto, países ditos periféricos) se apresenta como aqueles espaços onde os fluxos, o desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação ocorram em menor escala, e as interações em relação ao centro se deem gradativamente. A dependência expressa, nesse caso, subordinação, isto é, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial dada pelo imperialismo. Daí, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode até implicar a ruptura com o próprio capitalismo.

<sup>104</sup> *O Sistema Mundial Moderno* (em três volumes) representa uma obra da autoria de Immanuel Wallerstein. Nesta obra, a partir do conceito de divisão internacional do trabalho (criado pela estrutura capitalista), o autor elabora a sua tese central, enunciando que a componente central dessa estrutura internacional resulta da divisão do mundo em três estamentos hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia. Ora, nessa divisão, formada a partir dos primórdios do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva capitalista, sendo que os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem *commodities* e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por fim, os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário. (Cf. José Ricardo Martins «Immanuel Wallerstein e o Sistema Mundo: uma teoria ainda actual?» *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), p.95. (2015) Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-actual/>).

<sup>105</sup> Economista Argentino, Prebisch foi o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento económico. É, dentre outras, autor de obras tais como “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”, 1949, “*Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*”, 1950 (obra considerada por Albert Hirschman como o “Manifesto Latino-Americano”), “*Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*”, 1951, “*Capitalismo periférico: crisis y transformación*”, 1981.

preocupados em formular teses que contestassem as teorias económicas liberais e desenvolvimentistas dos países centrais do que criar políticas viáveis para o desenvolvimento das forças produtivas nos países latino-americanos. Mesmo assim, pode-se considerar que foi uma das primeiras elaborações teóricas de “países periféricos” para explicar “países periféricos”. É bem plausível que tal pensamento elaborado a partir de ex-colónias poderia ser bem aproveitado em outras regiões que também passaram por processo de colonização (como é, digamos, o caso das ex-colónias africanas). A este aspecto importa-nos acrescentar, com Felipe Macedo, que desde a sua independência e unificação na década de 60, a Tanzânia<sup>106</sup> foi o país africano que mais utilizou o pensamento *cepalino-dependetista* na sua produção académica e na gestão governamental. Facto é que “as instituições internacionais (como a Organização Mundial do Comércio) redigiram diversos documentos com propostas para o desenvolvimento da África, todos muito baseados nas teses desenvolvimentistas mencionadas também muito ligadas ao pensamento liberal neoclássico.”<sup>107</sup> Entretanto, na África, as reinterpretações das escolas latino-americanas foram embasamento teórico para uma alternativa de política socioeconómica, sendo a Tanzânia o maior expoente desse processo. Entrementes, como sugere Theotônio dos Santos<sup>108</sup>, na África a chamada “teoria da dependência” encontrou uma elaboração teórica em curso sobre o desenvolvimento e produziu-se uma fusão bastante vantajosa. Samir Amim convocou uma reunião em Dakar, em 1970, para produzir um encontro entre o pensamento social latino-americano e africano. Quatro anos mais tarde Abelatif Benachenou chamará à realização de um Congresso de Economistas do Terceiro Mundo em Argel que dará origem a uma Associação Internacional de Economistas do Terceiro Mundo. Anteriormente, em Dar es Salaam reuniam-se cientistas sociais de todo o mundo que tentavam um caminho teórico alternativo, muito influenciados pelo estruturalismo e pela teoria da dependência. Surge deste esforço o livro de Tamas Sentzes (1971) sobre o desenvolvimento económico que se converteu num clássico da região.

Uma das mais notáveis referências da teoria da dependência é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso<sup>109</sup>. Na obra escrita com Enzo Faletto, no Chile (em 1967), intitulada “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, FHC (como é também chamado) colocou em relevo o papel dos factores internos na compreensão dos processos estruturais de dependência. Nesta direcção, ele procurava mostrar como as diferentes formas de articulação entre economias nacionais e sistema internacional e,

---

<sup>106</sup> Ainda que tratando-se, a princípio, e não se descuide esse ponto, de um país comprometido com o regime socialista.

<sup>107</sup> M. Bienefeld (*Dependence Theory and the Political Economy of Africa's Crisis*, 1988) apud Felipe Macedo (*op. cit.*)

<sup>108</sup> Theotônio dos Santos; *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*, Niterói, 1998.

<sup>109</sup> Académico formado na Universidade de São Paulo, que chegou a ser presidente do Brasil.

ao mesmo tempo, os diferentes arranjos de poder, indicavam modalidades distintas de integração com os pólos hegemónicos do capitalismo. Assim, em seu ponto de partida (período primário-exportador), podiam ser identificadas duas formas distintas de organização económica: as economias de enclave e aquelas na qual existia o controlo nacional do sistema produtivo. A evolução destas diferentes formas de articulação económica com o capitalismo mundial também se diferenciou de acordo com as composições e lutas de classes dos diferentes países da América Latina. Nas décadas de 1960 e 1970, as sociedades latino-americanas já tinham consolidado seu mercado interno e a internacionalização do capitalismo (fase do capitalismo monopolista, com expansão das indústrias multinacionais) indicava um novo padrão de dependência. Entretanto, importa ainda retratar-se, que a obra de Cardoso se terá notabilizado outrossim pelo facto de negar que a dependência implicava (necessariamente) em estagnação económica e subdesenvolvimento e de que a ruptura socialista (como sustentavam alguns autores) seria a única via possível para a industrialização do continente<sup>110</sup>. Ao mesmo tempo, Cardoso criticou o “consumo” da ideia de dependência como arcabouço teórico sistemático e a-histórico, lembrando que as “análises da dependência constituíam estudos que estavam situados no campo teórico do marxismo, em particular da teoria do imperialismo, sendo seu objectivo fundamental a análise da realidade concreta das diferentes sociedades situadas na América Latina<sup>111</sup>.

### **4.3. As diferenças ideológicas em África e suas consequências**

O jornalista Fonseca Bengui expressou, ao jornal “*Actual*”, por ocasião do 25º aniversário da Independência da República de Angola, em 2000, o sentimento popular de confusão com respeito aos acontecimentos enquanto os portugueses abandonavam o país (no contexto da conquista e proclamação da independência em 1975):

Ninguém sabe ao certo o que aconteceu. Todos dizem que é a guerra. Mas porquê a guerra? ... Porque o MPLA queria todo o protagonismo para si, por representar a intelectualidade urbana, mas a FNLA queria-o para si, porque era nela que residiam as verdadeiras aspirações do povo oprimido. Como se não bastasse, depois veio o Savimbi a criar a sua UNITA, congregando povos do Centro-sul. Esses três movimentos nunca se entenderam desde o princípio, cada um tinha a sua maneira de ver Angola. As grandes potências só se aproveitaram dessas divisões entre os próprios angolanos para implementar a sua guerra de ideologias. Esta é a guerra feita com armas e dinheiro

---

<sup>110</sup> Entenda-se continente americano com referência específica para a América Latina (e eventualmente o Caribe).

<sup>111</sup> Cf. artigo in <http://pt.m.wikipedia.org>. Leia-se também: «Dossiê: O Papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano» *Pensata* – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP; vol. 3, n.º 1, ano 3. 2013. Semestral. ISSN: 2237-678x.

fornecidos pelas duas potências de então, EUA e URSS (hoje Rússia). ... Os rebeldes por vezes falam em «causas profundas», mas supõe-se que sejam as mesmas causas que originaram a formação da FNLA, no Norte, do MPLA na capital do país (Luanda) e centros urbanos adjacentes, e da UNITA no Centro-sul.<sup>112</sup>

Na sua recente obra intitulada “*Angola, A Segunda Revolução – Memórias da luta pela Democracia*”<sup>113</sup>, Jardo Muekalia escreve:

A UNITA era, e continua a ser, um partido ideologicamente de esquerda. Porém, as circunstâncias e a realidade geopolítica ditavam uma aliança com organizações, partidos e países de direita. (...) Sendo o propósito da UNITA a libertação do País do jugo soviético-cubano e a implementação, em Angola, de um sistema político baseado no multipartidarismo, no respeito das liberdades individuais, na justiça social e na adopção de uma economia de mercado, estávamos ideologicamente no espaço do centro-esquerda. Porém, a escola pragmática da Bembua ensinava que éramos uma organização pró-Angola e não marxista, maoista ou pró-ocidental.

Importará aqui referirmos, por simples informação ao prezado leitor, que o autor em questão chefiou a representação da UNITA em Londres e, ao longo de uma década, representou oficialmente a UNITA em Washington, donde assegurou o programa mais ambicioso de ajuda norte-americana a uma entidade não-estatal africana. O autor escreve, mais adiante, retratando aspectos relacionados com o que designar-se-ia *ensinamentos da escola de Bembua*:

*No contexto da nossa sociedade, identificaram-se várias contradições, entre as quais, as de natureza religiosa, racial, tribal, política, económica, regional e de género. Estas contradições existirão sempre, quer queiramos quer não. O importante é encontrar soluções para os problemas políticos, sociais e económicos susceptíveis de exacerbá-las. São contradições que não devem atingir o estado de antagonismo, devendo ser resolvidas através do diálogo e da mobilização de todos para a luta multiforme pela construção da nossa pátria comum.*

Com este breve reparo, induzimos a reflexão sobre as diferenças ideológicas em África e suas consequências. Trata-se, todavia, de um *item* que se assume como condição *sine qua non* para melhor fazer apreender a problemática dos conflitos ideológicos assistidos em África, por ocasião<sup>114</sup> da Guerra Fria.

Não pretendendo esgotar o espaço em páginas, com o levantamento desta problemática, passo a expor, em guisa de retrato cronológico, e de carácter histórico, os principais eventos (conflitos e guerras) que tiveram lugar em África por ocasião da

<sup>112</sup> Cf. *Actual* - semanário jornalístico, de 11 de Novembro de 2000.

<sup>113</sup> Cf. Jardo Muekalia. *Angola, A Segunda Revolução: Memórias da luta pela Democracia*, 2ª Edição, Porto Editora, Lda., Portugal, 2011, (Sobre a orientação ideológica), pp. 149 e s.

<sup>114</sup> Entenda-se, “*durante*” a Guerra Fria.

Guerra Fria, tanto daqueles para os quais concorreram os ocidentais (com destaque para os EUA), como daqueles em que se fizera sentir a influência da URSS<sup>145</sup>.

A **Guerra da Argélia** – caracterizada como a mais emblemática das guerras coloniais, não é propriamente um conflito Ocidente – Leste, pois os apoios da FNLA são de países não-alinhados, porém insere-se no quadro da Guerra Fria. Deu-se no espaço entre 1954 e 1962.

A **Guerra Colonial Portuguesa** – O Exército português combate em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, os movimentos de guerrilha maioritariamente apoiados pelo bloco soviético e pela China. O cansaço dos militares está na origem do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que derrubou a ditadura fascista em Portugal. Este quadro assistiu-se no período compreendido entre 1961 a 1974.

A **Guerra Civil Angolana** – Angola numa altura em que se consideraria ex-colónia portuguesa, é importante campo de batalha entre os dois blocos, com envolvimento de tropas cubanas e sul-africanas. Este conflito, que teve várias fases, enquadra-se no período que vai entre 1975 a 2002.

A **Crise do Suez** – Forças britânicas e francesas intervêm para recuperar o canal, nacionalizado pelo Egipto, mas são forçadas a recuar pelas novas superpotências EUA e URSS. Teve este facto ocorrência em 1956.

A **Revolução Egípcia** – O Movimento dos Oficiais Livres, apoiado pela URSS, derruba o rei Faruk, que era suportado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da América. Sucedeu isso em 1952.

O **Golpe de Estado na Líbia** – Em 1960, um movimento de oficiais liderado por Muammar Kadaffi e apoiado pela URSS derruba o pró-ocidental rei Idris.

Os **Bombardeamentos da Líbia** – Aviões dos Estados Unidos da América bombardearam a Líbia durante o governo do conhecido *pai do socialismo islâmico* Muhamar Kaddafy.

A **Guerra Civil da Etiópia** – Auxiliada pelo bloco soviético, a junta militar que derruba o imperador Hailé Selassie luta contra a guerrilha democrática. Facto ocorrido entre 1974 a 1991.

A **Guerra Civil Moçambicana** – No período que vai de 1977 a 1992, Moçambique é teatro autêntico de guerra entre os blocos.

A **Crise do Congo** – Entre 1960 a 1966, esta consistiu numa sucessão de conflitos desde a independência relativamente à Bélgica até à tomada do poder por Mobutu, tendo, entretanto, por pano de fundo a disputa da África entre os EUA e a

---

<sup>145</sup> Este retrato foi construído tendo por base fundamental a “Visão Histórica”, Revista n.º47 AAVV. – «Guerra Fria: Os conflitos que estiveram à beira de se tornar uma nova guerra mundial» (Periodicidade bimestral). Lisboa/Portugal. Junho de 2018.

URSS; e ainda neste contexto, o regime salazarista de Portugal apoia o separatismo pró-ocidental do Catanga.

Ora, como escreve Maurice Vaïsse<sup>116</sup>, poder-se-ia ser levado a pensar que com o fim da Guerra Fria se tinham extinguido os principais conflitos em África. Antes pelo contrário. Os confrontos tribais, e a escalada do banditismo apoderaram-se deste continente deixado ao abandono, esmagado sob o peso da dívida externa e do subdesenvolvimento. Com o fim dos blocos, a África deixaria de ser alvo das disputas entre os dois blocos, e vê perdida sua importância estratégica e diplomática (embora isso seja discutível, pensamos nós, uma vez que a realidade enuncia que um olhar sobre a África, do ponto de vista do interesse da diplomacia quer Americana, Russa ou fora um e outro país, europeia – de um modo particular, – sempre persistira, tendo, eventualmente mudado apenas o que poderíamos chamar de “motivações”, isto é, se o problema ideológico teria constituído “pano de fundo” da definição dessa “importância estratégica e diplomática”, no novo contexto, dá-se apenas uma certa deslocação do plano marcadamente de cariz da “pugna ideológica”, para o dos vincados interesses dos próprios Estados, antes contendores, para com os Estados africanos). Entretanto, coexistem forças opostas, salienta M. Vaïsse: aumento do fundamentalismo muçulmano, presença activa do catolicismo (viagens papais, isso, especialmente, durante o papado de João Paulo II, em 1982, 1985, 1990, 1992, 1993, 1995), avanço da democracia em detrimento dos regimes ditatoriais.

O debate Angola-Namíbia inspira-nos a uma análise. Trata-se, todavia, da questão da resolução da Namíbia e a *guerra civil* em Angola.

A realidade enunciava que o MPLA (em Angola) era contestado, principalmente, por dois outros movimentos – a FNLA e a UNITA. Esta última, dirigida por Jonas Savimbi, controlava, em 1986, pelo menos um terço do país. O governo angolano tem a ajuda soviética, cubana e da Alemanha Oriental, enquanto a UNITA conta com o apoio dos Estados Unidos e da África do Sul, que persegue os militantes nacionalistas namibianos. Com efeito, a Namíbia terá sido administrada pela República da África do Sul que se aproveita de um mandato concedido pela Sociedade das Nações, em 1920. Entretanto, a Assembleia-geral da ONU revoga-o em 1966, e em 1973 reconheceu como único representante do povo namibiano a *South West Africa People's Organization* (SWAPO)<sup>117</sup>, que trava uma guerrilha no território. Em Angola, a UNITA consegue manter uma rebelião antimarxista contra o MPLA, apoiado por Moscovo e Havana, obrigando o Estado angolano a destinar metade do seu orçamento para as despesas militares. O conflito agrava-se em 1985, com o aumento da pressão americana, por um

---

<sup>116</sup> Maurice Vaïsse; *op. cit.*, pp. 237-239.

<sup>117</sup> Organização do Povo do Sudoeste Africano

lado, e com o estreitamento dos laços com Moscovo (Maio de 1986), por outro. Em finais de 1987, princípios de 1988, ocorrem violentos combates sem que no entanto nenhum dos lados obtenha a vitória militar. Ora, todas as tentativas para uma resolução negociada do conflito depararam com a oposição de Pretória, que se recusa a retirar as suas tropas da Namíbia e a reconhecer a independência deste território enquanto as forças cubanas estiverem estacionadas em Angola e derem apoio armado à SWAPO. Contudo, na sequência de conversações entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos é assinado um acordo que prevê o cessar-fogo a 8 de Agosto de 1988 e a retirada das tropas sul-africanas de Angola, a 22 de Novembro de 1989. Dois tratados assinados nas Nações Unidas a 22 de Dezembro de 1988 professam a independência da Namíbia, que é proclamada a 21 de Março de 1992. A retirada dos cubanos, que tinham tornado possível a subida ao poder (em 1975) e a manutenção em Luanda de um governo pró-soviético, assinala o fim das ambições soviéticas em relação a África. Todavia, um acordo supervisionado pela ONU (Maio de 1991) traz a paz a Angola. Contestada que foi, pelo presidente da UNITA, a vitória do presidente José Eduardo dos Santos (do MPLA), nas eleições presidenciais (Setembro de 1992) dá origem a uma nova guerra civil que se alastra a todo o país. Em Novembro de 1994, o governo de Luanda e a UNITA assinam um acordo de paz que, ao fim de 20 anos de guerra civil, traz consigo a esperança de paz para Angola. Moçambique realiza as suas primeiras eleições livres em Outubro de 1994, dá-nos a ler M. Vaïsse<sup>118</sup>. No Sara Ocidental, apesar dos êxitos diplomáticos e militares da Frente Polisário, a posição de Marrocos é cada vez mais forte. A surpreendente reconciliação com a Argélia, em Maio de 1988, após 12 anos de ruptura, dá vantagem a Marrocos, pois priva a Frente Polisário do apoio incondicional do seu aliado Argelino. A 30 de Agosto de 1988, a Frente Polisário aceita um cessar-fogo e a realização (adiada para 1996), de um referendo onde a população sarauí deverá escolher entre a independência e a integração em Marrocos. O referendo terá decorrido sob o controlo da ONU e de uma força de manutenção da paz, criada em Abril de 1991. Por seu turno, no *Chade*, o processo de paz iniciado com o cessar-fogo de 11 de Setembro de 1987 parece sólido. Chade e Líbia restabelecem relações no plano diplomático a 3 de Outubro de 1988 e, a 31 de Agosto de 1989, assinam um acordo-quadro para a resolução do diferendo territorial. Em Fevereiro de 1994 é reconhecida a soberania do Chade sobre a faixa fronteiriça de Azuzu (114 000 km<sup>2</sup>), ocupada pelo Exército Líbio desde 1973. Mas o país atravessa um período de instabilidade – Hissé Habré é expulso do poder a 1 de Dezembro de 1990 pelo seu antigo adjunto, Idriss Debi, a quem a Líbia fornece armas.

---

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 239.

## Capítulo V

# A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA NO DECURSO DA GUERRA FRIA

---

### Ponto prévio

O quanto reunimos em abordagem em relação à presente unidade temática (capítulo V) não pode, para nossa dissertação, servir a outro propósito que seja distinto ao de se procurar dar tratamento a toda uma gama de subtemas cuja especificidade de conteúdo, vem no intuito de servir para melhor enquadramento, aprofundamento e compreensão da questão de partida. Assim, discutimos aqui, e a breve trecho, o tema do socialismo em Angola, da política externa angolana relativa ao bloco socialista, das relações diplomáticas entre Angola e a URSS antes do termo da Guerra Fria, do olhar sobre o capitalismo num contexto pós-colonial, bem como do possível enquadramento da política externa angolana (nas condições de um Estado independente, mas sob a realidade da Guerra Fria) em relação aos países de feição capitalista.

### 5.1. Angola e o socialismo

Em 1976, o político nacionalista angolano Alves Baptista<sup>119</sup>, interveio no XXV Congresso do PCUS. Aí, tem a oportunidade e o prazer de declarar: “Camaradas! A nossa vitória sobre o colonialismo português tornou-se possível graças à ajuda da União Soviética. Por isso, permitam-me, a partir desta alta tribuna, manifestar uma vez mais agradecimento, respeito, reconhecimento ao PCUS, ao povo soviético, a todos os países socialistas.”<sup>120</sup> Em fevereiro de 1977 o MPLA inaugurou a Escola Nacional do Partido e declarou aderência ao socialismo científico. No primeiro Congresso do MPLA, em dezembro de 1977, instaurou o MPLA-PT. Este adoptou uma forma piramidal e

---

<sup>119</sup> Bem mais conhecido por Nito Alves.

<sup>120</sup> Cf. Intervenção do Camarada Alves Baptista “Nito Alves”, no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética em Moscovo, realizado de 24 de Fevereiro a 5 de Março de 1976. Fonte: “XXV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA”, Editora de Literatura Política, Moscovo, 1976, Vol. I, pp. 343-345. / in: apêndices, MILHASES, José; Angola: *O Princípio do Fim da União Soviética*; *op. cit.* / presente trabalho / pp. 183-186.

assumiu liderança política, económica e social sobre o Estado<sup>121</sup>. Em poucas palavras, o socialismo estaria implantado em Angola.

Em nota referente à sua obra, intitulada “*Angola: natureza, população, economia*”<sup>122</sup>, escrevia o autor russo: “Angola vive um período difícil, mas glorioso, da sua história. Muito já foi conseguido, mas ainda está por realizar. O poder revolucionário proclamou a linha de orientação socialista do País. Em Angola já foram realizadas grandes reformas sociais nos interesses das amplas massas populares. Estas visam a liquidação gradual das posições dos monopólios imperialistas, da grande e média burguesia local, visam a limitação da actividade do capital estrangeiro, a tomada pelo Estado nacional dos postos-chave na economia e a passagem ao desenvolvimento planificado das forças produtivas, a incentivação do movimento cooperativista no campo, a elevação do papel das massas trabalhadoras na vida social, o fortalecimento paulatino do aparelho de Estado com quadros nacionais fiéis à causa do Povo e por último, a implementação duma política externa de carácter anti-imperialista. A experiência de realização de tais transformações socioeconómicas nas condições concretas de Angola tem grande importância também para os demais países em vias de desenvolvimento.”

#### 5.1.1. A política externa angolana relativa ao bloco socialista

Embora o período, de facto, correspondente à Guerra Fria (1947-1989) compreenda, igualmente, os tempos láureos da implementação do regime colonial, em Angola, de toda sua política e administração, se assim se pode dizer, aqui, ao nos debatermos em torno do assunto sobre a política externa angolana relativa ao bloco socialista, como o enunciamos ao tópico da presente subsecção, e de igual modo nos capítulos, secções e subsecções seguintes, temos pura e simplesmente o interesse de relatar o assunto, tendo sempre em conta a Angola independente (1975), isto é, enquanto Estado soberano politicamente definido, antes que tivesse sido desfigurado, pelo mundo afora, o bloco socialista soviético (1989). Mas importa lembrar, que o nosso discurso tem, no seu essencial, como pano de fundo o período 1989-1992, com a relevância dos factos políticos que o corresponderam, os quais respondem ao particular problema da mudança de paradigma na política externa angolana.

---

<sup>121</sup> MARCUM, (1987: 72-72), *apud* SILVA, Igor Castellano da. “Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistémica (1975-2010).” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Vol. 4, nº 7, Janeiro/Junho de 2015. e-ISSN 2238-6912 / ISSN 2238-6262. p. 146

<sup>122</sup> Cf. Leonid Leonidovich Fituni; *op. cit.* 1985: 3

Igor C. da Silva cita Brittain<sup>123</sup>, narrando: Durante o breve governo de Agostinho Neto, a elite definidora da política externa foi gradualmente estruturada nas principais lideranças do partido. A retórica de não alinhamento e independência do presidente terá dado o tom inicial da acção externa. A acção de Agostinho Neto era vista na política, autonomista, frente a URSS, já que este país (como consta) havia relutado em oferecer amparo ao partido no limiar da independência. O vice de Neto e ideólogo político do MPLA, Lúcio Lara, lembra que somente após o MPLA ter obtido apoio da Iugoslávia (armamentos) e maior amparo de Cuba é que as relações com a URSS melhoraram. Por seus esforços, A. Neto procurava desvincular Angola da disputa Leste-Oeste, e a sua cooperação com Cuba era privilegiada, já que envolvia o ideal terceiro-mundista (Neto visitou Cuba em 1976 e 1977, e Fidel e Raúl Castro visitaram Angola em 1977). A postura política do presidente A. Neto procurava, prioritariamente, garantir a estabilidade de seu domínio interno e encontrar recursos para tal. Entretanto, com a actuação de forças externas, ficava cada vez mais clara a dificuldade em alcançar estabilidade sem uma política externa claramente revolucionária e activa. Segundo Malaquias, citado por Igor da Silva<sup>124</sup>, o posicionamento mais revolucionário de líderes influentes do partido (o MPLA, no caso), como Lúcio Lara, Iko Carreira e Paulo Jorge, foi se fortalecendo. Essas lideranças percebiam as acções do Zaire e da África do Sul como parte do confronto da Guerra Fria, e no contexto de uma dominação neocolonial na África. A alternativa mais natural seria o incremento da aliança com a URSS e Cuba. Todavia, as pressões internas e externas ao regime do MPLA terão sido significativas nesse período inicial e colaboraram fortemente para a configuração de sua política regional.

### 5.1.2. As relações diplomáticas entre Angola e a URSS

Com a morte de António Agostinho Neto em Setembro de 1979, dia 10, a ascensão de José Eduardo dos Santos representou o esgotamento da opção negociada e o avanço da política regional defensiva e combativa sugerida pela linha dura do partido. Já este carregava maiores vínculos pessoais com o bloco comunista. Afinal, tratava-se de um engenheiro de petróleo formado na própria URSS, o que aumentou a sua proximidade com este país, bem como com a Cuba, facilitando o incremento de cooperação para enfrentar os desafios internos. Dos Santos procurou centralizar o processo decisório de política externa ao estabelecer em 1984 um Conselho de Defesa e Segurança (presidido pelo próprio presidente), que se tornou o órgão mais alto de

---

<sup>123</sup> BRITTAIN (1996:1) *apud* SILVA, Igor Castellano da; *op. cit.*, p. 149.

<sup>124</sup> MALAQUIAS (1999: 25) *apud* SILVA, Igor Castellano da; *Ibidem*.

tomada de decisão do país<sup>125</sup>. Esta instituição veio demonstrar o incremento da centralidade de um grupo fechado e próximo ao presidente no processo de definição da política externa. Além do mais, a insegurança de José E. dos Santos frente a elites internas contribuiu para o seu maior alinhamento à URSS e Cuba. Ele preocupava-se com a deterioração da situação interna, mas estava em uma posição mais fragilizada, primeiro por ser jovem e segundo por não contar com uma participação significativa na luta de independência. Todavia, manifestava-se a necessidade de se criar uma base política melhor consolidada e estabelecer comando e liderança sobre os militares. URSS e Cuba, por seu turno, teriam nessa altura maiores interesses em actuar no conflito angolano. Obviamente, a União Soviética, sempre irá memorar-se como o epicentro da política externa angolana. Prestara um imenso apoio ao regime do MPLA em Angola, não apenas com armamentos, mas também preparando no seu território militares angolanos<sup>126</sup> (e não só, diríamos nós). Conforme alega José Milhazes, hoje é possível fazer uma ideia da envergadura desse apoio graças aos documentos dos arquivos soviéticos. Entre 1976 a 1989, a URSS forneceu a Angola armamentos e equipamentos militares no valor de mais de 3,7 mil milhões de rublos (isto numa altura em que 0,60 kopeeks soviéticos equivaliam a 1 dólar norte-americano). Entre 1975 a 1995, as academias militares soviéticas (e russas) prepararam quase sete mil angolanos, nomeadamente 3258 para infantaria, 1084 para as forças de Defesa Antiaérea, 1310 para a Força Aérea, 591 para a Armada, 104 para a manutenção na retaguarda e 638 para outras especialidades. O General João Manuel Gonçalves Lourenço (actual presidente de Angola), o General João Baptista de Matos, o General Pedro Neto, o General Francisco Lopes Carneiro, (e eu não deixaria de aqui incluir, e fazer referência ao estimado que é o meu pai, o Brigadeiro Ezequiel Xavier Jorge, actual vice-comandante da Direcção de Defesa Antiaérea), o almirante Gaspar Rufino, dentre tantos e tantos outros, serão nomes dignos de realce. Os dirigentes soviéticos, em nome dos seus objectivos geopolíticos e expansionistas, enviaram para Angola, entre 1975 e 1991, cerca de 11 mil militares, entre os quais 107 generais e almirantes, 7211 oficiais, mais de 3,5 mil alferes, aspirantes da marinha, bem como operários e funcionários do Exército e da Armada.

*“O presente tratado vigorará durante vinte anos a partir do dia da sua entrada em vigor. Se uma das Altas Partes Acordantes não manifestar, um ano antes do fim do prazo previsto, o desejo de suspender a vigência do tratado, ele continuará em vigência cinco anos e assim até que uma das Altas Partes Acordantes não apresente por escrito, um ano antes do fim do quinquénio, um aviso da sua intenção*

---

<sup>125</sup> HODGES (2004:53) *apud* SILVA, Igor Castellano da; *op. cit.*, p. 152.

<sup>126</sup> José Milhazes; *op. cit.*, p. 171.

*de suspender a sua vigência.*” – Assim reza o artigo n.º 14, do Tratado de Amizade e Cooperação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola, as quais decidiram assinar o respectivo Tratado: 1. considerando que o posterior desenvolvimento e reforço das relações de amizade e de cooperação multilateral, que se formaram entre elas como resultado da luta pela liberdade e pela independência de Angola, correspondem aos interesses nacionais vitais dos povos de ambos os países e serve a causa da paz em todo o mundo; 2. impulsionadas pelos ideais da luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo sob todas as formas e manifestações e pelo desejo inalterável de prestar todo o apoio aos povos que lutam pela liberdade, pela independência e o progresso social; 3. cheias de decisão de contribuir para o reforço da paz e segurança internacional nos interesses dos povos de todos os países; 4. reafirmando a sua fidelidade aos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas; 5. manifestando-se pela unidade de todas as forças progressistas na luta pela paz, pela liberdade, pela independência e pelo progresso social e considerando que o desenvolvimento de relações de amizade e de ampla cooperação entre os países do socialismo e os Estados em desenvolvimento correspondentes aos interesses comuns; 6. tendo em conta a Declaração sobre as bases da interacção e cooperação amigáveis entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola de 26 de Maio de 1976 e impulsionados pelo desejo de reforçar as relações existentes de amizade e cooperação mútua entre ambos os Estados e povos. O *Tratado* fora assinado em Moscovo a 8 de Outubro de 1976, nomeadamente pela URSS, Leonid Brejnev, e pela RPA, António A. Neto. Como é óbvio, este tratado, de que se faz aqui menção, melhor do que nossas conjecturas ou eventuais especulações, revela objectivamente, o que de essencial terá existido e se pode estimar passível de divulgação a respeito da questão sobre as relações diplomáticas entre a República Popular de Angola e a URSS, no contexto anterior ao desmembramento do bloco socialista, que culminaria com o desfecho da Guerra Fria. Mas importa salientar, para que não passe por despercebido, que este Tratado firma-se em 1976, porém, vigora no período 1989-1991. E, se hoje Angola continua nutrindo excelentes relações com a Rússia, já para não dizer com os países do espaço pós-Soviético, como é o caso exemplar da Ucrânia, é, de algum modo, na base disso. O que terá surgido, *a posteriori*, compreende-se na necessidade de adequação das políticas às novas realidades (conjunturas, práticas e opções).

## **5.2. Angola ante o capitalismo**

No período anterior ao que se defronta a nossa análise, mas já referente a uma Angola independente, mais ano menos ano, o capitalismo é, simplesmente, encarado como o alvo a abater. Uma memória, embora débil, pois era eu ainda muito novo, leva-me a recordar factos que assim o atestariam: Por toda parte do território, talvez a excepção das localidades ocupadas pelos movimentos de orientação de tendência conservadora da herança política colonial, os mais velhos falavam de um tal *imperialismo* contra o qual o povo, que era igual ao MPLA, ou melhor que era o próprio MPLA-PT, devia lutar. É evidente que só mais tarde pude perceber o que isso significava; o que compreendia de substancial. Ora, este retrato que aqui faço, cuidando de tratar sobre o problema do capitalismo em Angola, deve conter o seu *quê* de importância para esta dissertação, na medida que colabora para uma sequência lógica, oferece um juízo mais adequado e uma perspectiva de melhor aproximação à discussão.

Constituindo um sistema económico, onde os meios de produção, decisões sobre a oferta, demanda, preço e investimentos são em grande parte ou quase totalmente de propriedade privada e, com fins lucrativos, o capitalismo é dominante no mundo ocidental desde o final do feudalismo. Nele predomina o trabalho assalariado (na era colonial seriam os contratados – os assalariados), daí que alguns autores o definem como um sistema onde “todos” os meios de produção são de propriedade privada, – os lucros são, regra geral, distribuídos para os proprietários que investem em empresas. Se do ponto de vista histórico se possa falar em Estados funcionais ou organizados em África, anteriores ao processo de colonização, poder-se-á falar também da inexistência de um sistema como o capitalismo, que funcionasse como tal? Questiono-me, porém, concomitantemente, reconhecerei, que o capitalismo propriamente dito, em África, terá sido fruto do contacto com o povo europeu por ocasião do referido processo de colonização. No caso particular de Angola, uma Angola feita província (dita ultramarina) de Portugal, este sistema é vivenciado até pelo menos por ocasião da proclamação da independência em 1975. A obra do doutor Walter Marques, intitulada “*Problemas do Desenvolvimento Económico de Angola*” de que se refere Henrique Guerra, no seu livro “*Angola: estruturas económicas e classes sociais*”<sup>127</sup>, conta que os antigos povos viviam organizados num sistema de confederações de tribos. Assim, eram confederações de tribos os “reinos” do Kongo, Ndongo e Matamba, Muata-Ianwa, Humbi-Onene, etc., na fase da desagregação do regime de clãs e formação da democracia militar, com o aparecimento das primeiras famílias ricas e primeiras acumulações de excedente económico sob a forma de gado e

---

<sup>127</sup> Cf. Henrique Guerra; *op. cit.*, p. 145.

escravos. O chefe de comunidade, o soba, distribuía as terras, primeiro pelos ricos, depois pelas restantes individualidades da tribo. Os artífices – ferreiros, cesteiros, oleiros, etc. – fabricavam os utensílios necessários para o trabalho. Há muita gente que acredita que esse quadro permaneceu e permanece assim estático (comenta o autor). No período de 1910 a 1960, após as “guerras de ocupação”, criaram-se as granjas administrativas, que se propunham ser “escolas de ensino agrícola para as populações autóctones”, fizeram-se “colonatos do Estado” nos “campos de repatriação” para a fixação dos repatriados de S. Tomé, deslocaram-se grandes contingentes de populações para as minas, companhias agrícolas e construção de caminhos-de-ferro. Em 1950 criaram-se os colonatos de Caconda, Damba e Vale do Loge, este sob a orientação da Junta do café, para acolher os tocoístas expulsos do então Congo Belga. Segundo Henrique Guerra, nos anos 70 (e aqui convém, antes, entender-se, nos princípios dos anos 70), a ideia da “passagem da economia tradicional para a economia de mercado” terá sido esquematizada pelas autoridades governamentais (portuguesas/colonialistas), sob a direcção da Junta Provincial de Povoamento e da Comissão Técnica de Reordenamento Rural<sup>128</sup>.

O óbvio é, que após a conquista da independência, Angola abraçara um novo sistema, – o socialista. De um regime económico com base na economia de mercado, isto é liberal, passava-se para outro, com base na economia planificada, portanto, centralizada. Assim, calculamos que toda a política passava de uma administração (a colonial) para a outra (a do novo Estado); e tanto no plano interno (política doméstica) quanto no plano externo (política externa) ganha novos contornos: numa só palavra, derruba-se o imperialismo e eleger-se o socialismo.

### 5.2.1. A política externa angolana versus países de feição capitalista

O sistema internacional pós-Guerra Fria pode traduzir-se, na perspectiva de Emílio J. Zeca<sup>129</sup>, num sistema multipolar e difuso, onde alistam-se diversos pontos de concentração de poderes específicos, variados actores com mais poderes que as unidades estatais, crescente necessidade de interdependência e necessidade de multilateralismo, para resolver os inúmeros desafios da agenda internacional, extensa e

---

<sup>128</sup> A título de exemplo, esquematização de que nos referimos foi assim feita: a) distrito de Cabinda – Plano Calabube, sob a direcção dos Serviços de Agricultura e Florestas; b) distrito do Uíge – formação de cooperativas, com créditos vindos do fundo de Diversificação e Desenvolvimento (como a de Calumbo, Casseche, Tange e Quica, abrangendo cerca de 2000 associados – em 1972); c) os planos de desenvolvimento regional dos distritos do Huambo e Bié – extensão rural, – a cargo da Missão de Extensão Rural – que, dirigido a cerca de um terço da população agrária, começou como projecto-piloto nos concelhos de Andulo e Nharea, estendeu-se aos conselhos de Mungo, Bailundo e Nova Sintra.

<sup>129</sup> Emílio Jovando Zeca; *op. cit.*, p. 124

alargada, e a globalização que dissolve as fronteiras físicas dos Estados e cria a sociedade global.

Enquanto adoptara a identidade de um Estado de orientação socialista, logo após a proclamação da sua independência, Angola não teria a menor hipótese de escapar aos constrangimentos proporcionados pela contenda ideológico-política Leste-Ocidente. Este facto lhe terá orquestrado todo um leque de impedimentos à sua política externa, sobretudo em relação a países de feição capitalista. O vivo exemplo reside na relação Angola-Estados Unidos da América. De tempo a tempo agravava-se o modo de olhar dos EUA à Angola. Aquela nação não apenas negligenciava o diálogo “Angola” mas ainda reunia-se a seu desfavor, tendo tratado com organizações beligerantes que intentavam tomar em Angola o poder pela força, nomeadamente a FNLA e a UNITA, com maior relevância para esta última. Num contexto definido pela Guerra Fria, com suas causas e propósitos, Angola teria conseguido atrair os melhores resultados em relação a via diplomática para com os liberais de um modo geral. E quando houvesse viabilidades para tal, muito não se pode “ratificar” em virtude da postura socialista angolana. Em poucas palavras, as relações entre Angola e os países capitalistas num contexto de Guerra Fria, tal como não eram suficientemente viáveis, não tinham como poder sê-lo.

## Capítulo VI

# O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA CONJUNTURA DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

---

### 6.1. O pós-Guerra Fria e sua influência na política externa angolana

Na pegada de autores como Fernando Sousa e Pedro Mendes<sup>130</sup>, a expressão Guerra Fria foi criada por Bernard Baruch, na dignidade de conselheiro de Roosevelt, para qualificar o período compreendido entre os finais da Segunda Guerra Mundial (em 1945) e a queda do Muro de Berlim (em 1989), período outrossim qualificado por Raymond Aron de «guerra improvável, paz impossível», uma vez que a dissuasão nuclear impediu as duas superpotências rivais, EUA e URSS, de desencadearem uma guerra, mas sendo também a paz impossível, uma vez que os dois actores em causa eram adversários.

Os reportados conceitos «*Guerra Fria*» e «*pós-Guerra Fria*» constituem epicentro de toda a nossa análise, enquanto vamos buscando por inferir a problemática da política externa angolana no tocante aos paradigmas anteriores e aos actuais; tendo em conta a nova conjuntura mundial, demarcada pelo final das disputas entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Daí que teremos particular interesse de, ao leitor, oferecermos uma panorâmica que seja clara e elucidativa o bastante a respeito dos mesmos, para uma compreensão seguramente mais profunda da nossa dissertação.

Com efeito, *Guerra Fria* é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre as duas superpotências atrás por nós referidas, compreendendo o período entre o final da Segunda Grande Guerra (Segunda Guerra Mundial) e a extinção, em si, da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991. Um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência<sup>131</sup>. É chamada de “*Fria*” por não ter havido uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear. A corrida armamentista, pela

---

<sup>130</sup>Fernando de Sousa e Pedro Mendes; *op. cit.*, pp. 115 – 116.

<sup>131</sup> Busque-se e confira-se o sítio: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki>

construção de armas nucleares, foi o objectivo central durante a primeira metade da Guerra Fria, estabilizando-se da década de 1960 até à década de 1970 e sendo reactivada nos anos 1980 com o projecto do presidente dos Estados Unidos da América – Ronald Reagan – chamado de “*Guerra nas Estrelas*”. Contudo esta discussão aprofunda-se metódica e sistematicamente: Uma parte considerável dos historiadores argumenta que foi uma disputa dos países que apoiavam as liberdades civis, como a liberdade de opinião, de expressão, e de voto, representada pelos Estados Unidos e outros países ocidentais e, do outro lado, a *doutrina comunista*, onde era suprimida a possibilidade de eleger e de discordar, defendida pela União Soviética (URSS)<sup>132</sup> e outros países onde o Comunismo fora imposto por ela. Outra parte, porém, defende que esta foi uma disputa entre o Capitalismo, que patrocinou regimes ditatoriais na América Latina<sup>133</sup> pelos Estados Unidos, e o *socialismo totalitário*<sup>134</sup>, expansionista<sup>135</sup> ou *socialismo de Estado*<sup>136</sup>, onde fora suprimida a propriedade privada, defendido pela União Soviética (URSS) e China. Entretanto, esta caracterização só pode ser considerada válida (sustenta nossa fonte) com uma série de restrições e apenas para o período imediato pós-Segunda Guerra Mundial, até a década de 1950. Logo após (ainda com base na mesma fonte), nos anos 1960, o bloco socialista dividiu-se e durante as décadas de 1970 e 1980, a China comunista se aliou aos Estados Unidos da América na disputa contra a União Soviética. Além disso, inúmeras das disputas regionais envolveram estados capitalistas, como os Estados Unidos da América, contra diversas “*potências locais*” mais nacionalistas.

Pelos olhos de autores russos como E. M. Primakov, A. I. Vlasov<sup>137</sup>, e outros, podemos ver (ler) na obra “*What’s What in World Politics*”, em inglês, o seguinte retrato sobre o conceito de Guerra Fria:

*Cold War*, a term signifying the hostile policy of the imperialist states of the West in respect to the Soviet Union and the other socialist states in the postwar period. It is applied to describe acute political confrontation on the world stage. The first steps leading to the Cold War against the USSR were made by the ruling circles in the USA and Britain even before the end of World War II. In spring 1945, US President Harry Truman decided to adopt a “hard line” towards the Soviet Union. The Cold War was openly proclaimed in the speech made by Winston Churchill in Fulton (USA) on March 5, 1946, in which he practically urged to set up an Anglo-American military alliance to

---

<sup>132</sup>Cf. Richard Bellamy, 2003. *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. [s.l.]: Cambridge University Press. ISBN 0-521-56354-2, p. 60.

<sup>133</sup>*Idem*.

<sup>134</sup> Anne Applebaun, (22 de Fevereiro de 2013) «*Happy Anniversary, Nikita Krushchev*» (em inglês). Whashington Post. Consultado em 18 de Agosto de 2013.

<sup>135</sup> Max Frankel, «*Stalin’s Shadow*», New York Times, Nov. 21, 2012, baseado no livro de Anne Applebaun, «*Iron Curtain: The crushing of Eastern Europe*», 1ª, 44 – 1956 (2012), veja-se *Introduction*, texto depois da nota 26, e capítulos 3, 7-9, acessado em 4 de Outubro de 2013.

<sup>136</sup> Cf. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/if-nelson-mandela-really-had-won>.

<sup>137</sup> Evgeny Maksimovich Primakov, et al. – *What’s what in World Politics: A Reference Book*. Moscow/USSR: Progress Publishers, 1986/1987. pp. 89-90.

*fight 'Eastern Communism'. It was at this point that the term Cold War began to be used.*<sup>138</sup>

A Guerra Fria foi, (falamos por nós F. Sousa e P. Mendes) portanto, não somente uma rivalidade política no sentido tradicional – como entre Roma e Cartago no século III a.C. ou como entre a França e a Grã-Bretanha no século XVIII. Ela conteve um elemento de intensificação: a ideologia. Contudo, é evidente que outras motivações, interesses e objectivos tiveram o seu papel, incluindo o interesse nacional, interesses institucionais, e considerações psicológicas pessoais. Porém, todos estes factores tenderam a fortalecer o elemento ideológico e não a enfraquecê-lo. A Guerra Fria, foi, deveras, uma luta entre duas visões filosóficas e sociopolíticas da vida humana – *dois projectos de sociedade* – que se serviram da ideologia, pois só esta consegue exprimir essas visões, quer integrando uma comunidade ao redor destas, quer legitimando o seu regime político de autoridade.

Ao período que sucedeu a esta conjuntura mundial, demarcado por eventos tais como a queda do muro de Berlim e da cortina de ferro, a reunificação da Alemanha e a desintegração do império Soviético usamos chamar *pós-Guerra Fria*. Este período, porém, com o forte de todos os seus factos ou eventos, iniciais e subsequentes, não terá apenas alterado e com profundidade a estrutura da própria Europa (palco principal de tais eventos) e as fronteiras políticas em dois continentes, como teve amplas repercussões na sociedade internacional – apesar de a política internacional não ter alterado a sua natureza «anárquica» (isso dizem F. Sousa e P. Mendes). Angola é, do ponto de vista político, uma consequência destes acontecimentos. Aí residirá o espírito da nossa dissertação.

Escreve José Milhazes<sup>139</sup>: Em Abril de 1985, o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética elegeu Mikhail Gorbatchov como Secretário-Geral do partido (PCUS). Este acontecimento teve consequências para o regime de relações internacionais em geral e para os laços (antes mais fortes, diríamos) que ligavam a URSS a Angola em particular. Entretanto, é de apontar que já antes, no início de 1984, as autoridades angolanas procuravam normalizar as suas relações com a África do Sul e os Estados Unidos à revelia de Moscovo. Nessa altura, Angola e Moçambique, tendo os Estados Unidos como intermediário, assinaram com a África do Sul “acordos de separação de tropas”. No caso de Angola, o acordo terá previsto a retirada das tropas sul-africanas das regiões angolanas por elas ocupadas e o cumprimento pela África do Sul dos seus compromissos com vista a cumprir o Plano da ONU para a Namíbia, em troca da limitação da actividade da SWAPO em Angola e do impedimento do acesso das

---

<sup>138</sup>Tradução, ver apêndice I – (I - a)

<sup>139</sup> José Milhazes; *op. cit.*, pp. 133-151.

“forças não-angolanas”, nomeadamente combatentes da SWAPO e cubanos, às regiões de onde saíam as tropas da África do Sul.

Ao Jornal de Angola de 1 de Setembro de 2009, escreveu, em opinião, o analista político angolano Dr. Belarmino Van-Dúnem: “Os discursos do presidente José Eduardo dos Santos, direccionados para a diplomacia, apresentam uma visão de futuro e um realismo que permitem a compreensão da evolução da política externa, e da conjuntura em que cada um deles foi pronunciado”<sup>140</sup>.

Durante a década de 80, dizia o analista, o presidente procurava mostrar aos diplomatas angolanos a importância da diplomacia e a missão que deveriam cumprir em benefício do Estado angolano. Mas reconhecia, com uma franqueza admirável, as debilidades das missões diplomáticas angolanas da época. Esta realidade está patente no seu discurso de 1981, num comício na província do Kwanza-Sul: “...Tivemos que nomear embaixadores que não fizeram cursos de diplomacia e muitos deles não fizeram cursos de Relações Internacionais... Foram surgindo alguns problemas, nomeadamente falta de regulação e de conveniente organização...”. Já em 1983, nos cumprimentos ao Corpo diplomático, o presidente realçou que “... os diplomatas desempenham a importante missão do diálogo e da conciliação dos interesses políticos que, às vezes, são mesmo opostos... é uma missão difícil mas nobre, pois, pela imaginação e eloquência do diplomata pode vincar a paz sobre a guerra, a amizade sobre o desentendimento ou o dinamismo sobre a apatia dos Estados”. Esta visão hodierna da diplomacia manifesta que existia, na época, um avanço no discurso do Presidente José E. dos Santos. Atendendo a que nos discursos dos anos 70 e 80, o mote principal dos estadistas era a diplomacia de combate, a defesa renhida dos interesses nacionais, o que desvirtuava o verdadeiro sentido da diplomacia enquanto meio pacífico de relacionamento entre os Estados. A abertura e a visão de futuro a que nos referimos (aduzia o analista) ficam patentes nas seguintes palavras<sup>141</sup>: “Foram levadas a cabo iniciativas diplomáticas para normalizar as relações da República Popular de Angola com o Senegal e com a República da China, para reforçar o prestígio e o conhecimento correcto da realidade nacional na Europa Ocidental e para diversificar e ampliar as relações económicas com todos os países de interesse com base na reciprocidade de vantagens.” Há nestas palavras um pragmatismo que constitui a base central da política externa do Estado. Mas o discurso da interdependência global só se vulgarizou durante a década de noventa. Com a queda do Muro de Berlim, vemos aqui a tentativa de diversificação das parcerias e de uma abertura global. No ano de 1989, o presidente reconhecia que “... a

---

<sup>140</sup> Belarmino Van-Dúnem. “A diplomacia angolana nos discursos do presidente José Eduardo dos Santos”. *Jornal de Angola*, de 1 Setembro de 2009; Disponível em <http://www.jornaldeangola.sapo.ao>. (17 de Maio de 2020 / 20: 30 ).

<sup>141</sup> Proferidas em 1985.

fonte principal da nossa diplomacia são os êxitos alcançados dentro do país em todas as esferas da vida”.

Em 1990, numa entrevista ao New York Times, reconhecendo a nova conjuntura, o Presidente defendeu novos objectivos para a diplomacia Angolana: uma maior inserção no contexto africano e, em especial na região Austral. Início de contactos com a África do Sul; abertura de missões diplomáticas nos Estados com os quais Angola não tinha contactos; adopção de uma diplomacia mais activa; pautando a sua linha de acção na defesa dos interesses nacionais e dos valores universais que preocupam a humanidade (a paz, o desarmamento, a cooperação internacional e as trocas comerciais numa base de justiça e uma maior intervenção das organizações internacionais, em particular da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não Alinhados, nesse esforço geral de estabilização e do afastamento da guerra). Há, de forma manifesta, uma mudança na política diplomática de Angola, sobretudo no relacionamento com a África do Sul, que era, até então, o principal destabilizador da África Austral devido ao regime do apartheid que reinava na altura naquele Estado, mas que Angola combateu até ao seu desaparecimento. Em 1991, acrescentou que a reorganização do Ministério das Relações Exteriores “deverá ter em conta a defesa dos interesses dos angolanos no estrangeiro, onde quer que eles se encontrem, e a criação de condições que permitiam uma constante ligação dos mesmos à Pátria, independentemente das suas tendências políticas ou da sua filiação partidária...”. O cidadão angolano aparece como o principal objectivo das novas orientações da política externa de Angola e mais uma vez pode-se constatar que nesse período Angola vivia uma nova época que se reflectiu nas orientações da diplomacia nacional.

#### 6.1.1. A queda do bloco socialista soviético

Antes de passarmos, propriamente, ao retrato deste tópico, atente-se para as seguintes datas e factos importantes:

21, Março de 1980 – Os EUA e 69 países seus aliados boicotam os Jogos Olímpicos, a disputar em Agosto em Moscovo, em protesto contra a invasão soviética do Afeganistão.

20, Janeiro de 1981 – O republicano Ronald Reagan, adversário do “desanuviamiento” torna-se presidente dos EUA; termina a crise dos reféns do Teerão.

2, Abril a 14, Junho de 1982 – Guerra das Malvinas: a Argentina invade as ilhas cuja posse reivindica e que a Inglaterra detém; há combates aeronavais; vencem os ingleses.

14, Novembro de 1982 – Dois dias após a morte de Leonid Brejnev, Yuri Andropov torna-se líder soviético.

23, Março de 1983 – Reagan apresenta a sua iniciativa de Defesa Estratégica dita “Guerra das Estrelas”. Em Setembro, dia 1, um avião civil sul-coreano que se desviara da rota é abatido por caças soviéticos; e em Outubro, dia 25, tropas americanas invadem Granada, com o propósito de derrubar o governo comunista.

13, Fevereiro de 1984 – Konstantin Chernenko sucede como líder a Yuri Andropov, falecido quatro dias antes. No dia 28 de Julho deste mesmo ano, em resposta à atitude americana de 1980, a URSS e aliados não participam nos Jogos Olímpicos de Los Angeles.

11, Março de 1985 – Um dia após a morte de Chernenko, Mikhail Gorbachov torna-se líder da URSS. No mesmo ano, em Novembro, dia 21, encontra-se pela primeira vez com Ronald Reagan, na Suíça.

13, Fevereiro de 1986 – Tropas francesas envolvem-se em combates contra os invasores líbios do Chade. Em Abril, dia 15, aviões dos EUA bombardeiam a Líbia do coronel Muhamar Kaddafi, inimigo declarado do Ocidente. No dia 26 do mesmo mês, um acidente ocorrido na central nuclear soviética de Chernobyl mata 56 pessoas, expõe a Europa aos efeitos das radiações, enquanto gera um ambiente de medo e faz da URSS alvo de um coro de críticas internacionais. Nos dias 11 e 12 de Outubro, fracassa, em Reiquejavique, na Islândia, a cimeira Reagan-Gorbachov que visava a redução das armas nucleares. Em Novembro, estala nos EUA, o escândalo Irão-Contras, quando responsáveis de Washington admitem a venda de armas ao Irão para financiar a guerrilha dos Contras da Nicarágua.

12, Junho de 1987 – Em Berlim, Reagan desafia Gorbachov (que pouco antes anunciara as políticas de *Perestroika* e *Glasnost*) a derrubar o “Muro”. Em Dezembro, ambos assinam o tratado de eliminação de mísseis de curto e médio alcance.

15, Maio de 1988 – Os soviéticos evidenciam a retirada do Afeganistão.

20, Janeiro de 1989 – O republicano George Bush toma posse como presidente dos EUA. No dia 4 de Junho do mesmo ano, na China, manifestações pró-liberdade são reprimidas na Praça de Tiananmen, em Pequim: há milhares de mortos. Na Polónia, as forças políticas reunidas em torno do *Solidariedade* vencem as primeiras eleições livres realizadas num país comunista. De 16 a 20 de Outubro, concluindo um processo de mudança tranquila o parlamento de Budapeste aprova a legislação que transforma a Hungria numa república de tipo Ocidental. A 9 de Novembro, culminando um êxodo de alemães orientais para o Ocidente, verificado ao longo do verão, é derrubado o Muro de Berlim – símbolo da Guerra Fria. De 17 a 28 do mesmo mês, na Checoslováquia, gigantescas manifestações pacíficas conduzem à queda do governo comunista; e em

Dezembro, dia 3, na Cimeira de Malta, Gorbatchov e Bush anunciam o início de uma era de paz. Entretanto, de 16 a 25 do mesmo mês, na Roménia, o ditador Nicolae Ceausescu e sua esposa intentam uma fuga, porém, uma vez perseguidos por populares, são posteriormente julgados e executados.

15, Janeiro de 1990 – o PC da Bulgária abdica da supremacia constitucional. Em Abril, dia 8, o PC Húngaro obtém apenas 8% nas legislativas; e em Outubro, dia 3, a Alemanha é reunificada, sendo a RDA englobada na RFA. Doze dias depois, Gorbatchov é distinguido com o Prémio Nobel da Paz.

17, Janeiro a 28, Fevereiro – Em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque, os EUA lideram uma intervenção militar; a URSS não interfere. Em Julho, dia 1, é dissolvido o Pacto de Varsóvia; e no dia 31, os EUA e a URSS assinam o Tratado START I, para a redução dos arsenais nucleares. Em Agosto, dia 19, falha uma tentativa de golpe anti- Gorbatchov; e em Dezembro, dia 8, a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia formam a Comunidade dos Estados Independentes. Somados dezassete dias, perante os separatismos, Gorbatchov declara o fim da URSS e resigna à presidência; e Bush anunciaria o fim da Guerra Fria; para dia seguinte, ter sido reconhecida pelo próprio Soviete Supremo a dissolução da URSS<sup>142</sup>.

A queda do comunismo soviético, como escreve Maurice Vaïsse<sup>143</sup>, leva ao desmembramento da União Soviética, que se vê confrontada com uma tripla crise: *ideológica* – uma vez que não apenas o papel dirigente do comunismo e do PCUS é posto em causa (13 de Março de 1990), como o PC russo fica proibido de ter qualquer actividade, depois do golpe falhado; *económica* – devido à desorganização da economia soviética, com um quadro de inflação, défice orçamental, endividamento externo; e *política* – porque a engrenagem das reformas democráticas, evidentemente, desestabiliza o poder soviético e atesta a sua incapacidade de se reformar sem mudar radicalmente de sistema: Gorbatchov, uma vez presidente da República, e apreciado no estrangeiro, tem inúmeras dificuldades em abdicar o confronto entre conservadores e adeptos das reformas, vendo-se obrigado a abandonar o cargo de Secretário-Geral do PCUS (24 de Agosto de 1991).

Em poucas palavras, terão sido causas e consequências do fim do comunismo o acelerado desmembramento da União Soviética. A realidade assim o enuncia: uma a uma, as Repúblicas proclamam a sua soberania.

Duas das questões-chave, que configuram a nossa problemática, formulam-se, precisamente, nos seguintes termos: 1. Terá a passagem de antigas repúblicas

---

<sup>142</sup> AAVV. “Guerra Fria: Os conflitos que estiveram à beira de se tornar uma nova guerra mundial”. *Visão Histórica*, Revista n.º 47 (Periodicidade bimestral). Lisboa/Portugal. Junho de 2018. pp. 14-15.

<sup>143</sup> Maurice Vaïsse; *op. cit.*, pp. 220-221

socialistas soviéticas a países independentes que adoptaram o sistema económico capitalista influenciado Angola a adoptar o mesmo tipo de sistema? 2. Uma vez que a política externa angolana voltava-se, estreitamente, para a URSS antes da sua dissolução, como caracterizá-la face aos países do espaço pós-soviético?

Em verdade, nos países bálticos, revela-nos M. Vaisse, a Lituânia, a Letónia, a Estónia, disputados desde há séculos pelos eslavos, pelos germânicos e pelos suecos, independentes de 1920 a 1939, anexados pela União Soviética no âmbito do pacto germano-soviético de 23 de Agosto de 1939, ocupados pelos alemães de 1949 a 1944, e novamente anexados, pela URSS, ocorrem manifestações em Agosto de 1989. Os manifestantes reclamam a autonomia e o retorno às repúblicas bálticas. Depois de um ano de tensões, a independência dos três países é reconhecida, em Agosto de 1991. Três anos mais tarde já não há tropas russas nestes países. Entretanto, o golpe levado a cabo pelas forças conservadoras (PCUS, Exército e KGB), contra M. Gorbachov, na véspera da assinatura do novo tratado da União, fracassou e o Congresso dos deputados outorga largos poderes às Repúblicas, continuando, no entanto, o “centro” com a tutela da política externa e da política militar. Porém, as Repúblicas estariam cada vez menos dispostas a aceitar limitações à sua soberania. Este facto contribuiu, deveras, para precipitar muito mais ainda o enunciado desmembramento da União Soviética. Da Geórgia (9 de Abril de 1991), segue-se a Moldávia (antiga Bessarábia), que a União Soviética tirou à Roménia pelos acordos Molotov - Ribbentrop de 1939 e, incorporou no seu território aproveitando-se da guerra, a proclamar a sua independência (em Agosto do mesmo ano). Daí, o Azerbaijão, a Quirguízia e o Usbequistão. Com maior gravidade, a secessão da Ucrânia (1 de Dezembro de 1991) e a sua recusa em assinar o tratado da União, ditam a “sentença de morte” da União Soviética.

Importará ainda retratar, nesta cadênciã: Após a criação da CEI (8, Dezembro de 1991), a que todas as repúblicas aderem a 21 de Dezembro, à excepção da Geórgia, que só mais tarde o veio fazer; a Rússia herda da União Soviética o lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a responsabilidade sobre as forças nucleares estratégicas. Como contrapartida, a Ucrânia, a Moldávia e o Azerbaijão obtêm o direito de criar exércitos nacionais próprios. Isolado e destituído de todos os seus poderes, Gorbachov demite-se a 25 de Dezembro de 1991.

Ora, paralelamente a estes eventos assistidos pelo mundo, de modo geral, e pela então URSS, de modo particular, em Angola e por Angola outros sucedem-se:

22, Junho de 1989 – Dão-se os Acordos de Gbadolite, assinados entre o então presidente de Angola, José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, mediados pelo então presidente do Zaire, (actual República Democrática do Congo), Mobutu Sese Seko.

31, Maio de 1991 – Assinatura dos Acordos de Bicesse, em Portugal. Dava-se o fim da Primeira Guerra Civil.

4 a 10, Junho 1992 – O papa João Paulo II visita Angola, e aí tem a oportunidade de declarar: “*Dos quatro cantos da Nação (Angolana), ouvimos um grito, que é um apelo, ao mesmo tempo de reconciliação e de esperança: Nunca mais a guerra! Paz a Angola, Paz a Angola para sempre! (...) Para restaurar a paz, há que repor a justiça da verdade, a justiça da igualdade social, a justiça da solidariedade fraterna.*” Em Agosto, 26, A CEAST publica Mensagem sobre as próximas eleições. Em princípios de Setembro o CICA emite uma mensagem sobre as eleições, e a AEA, uma declaração sobre as mesmas, no dia 25. Efectivamente, de 29 a 30 de Setembro, realizam-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais, cujos resultados, publicados a 17 de Outubro, apontam maioria absoluta para o MPLA (com 53,74% - 129 deputados), contra 34,10% - 70 deputados, da UNITA; José Eduardo dos Santos (49,57%) e Jonas Savimbi (40,07%), sendo apurados para uma segunda volta das presidenciais. Dois dias depois, 19, as Nações Unidas consideram que as eleições em Angola foram “genericamente livres e justas”, e pedem para a realização urgente da segunda volta das presidenciais. A CEAST publica mensagem sobre a crise pós-eleitoral, e, em meio a isso, dava-se início à Segunda Guerra.

Enfim, estamos em condições de observar, que a dissolução do bloco Socialista Soviético, que culminara com o processo de desmembramento das repúblicas que o integravam (enquanto iam ganhando suas independências políticas, abraçando o sistema capitalista em detrimento do socialista/comunista), terá, afirmativamente, esboçado um ambiente autêntico, e propício, para que Angola se batesse pelas mesmas circunstâncias opcionais. Deveras, para Angola, pouco importava seguir em marcha com o socialismo, meio que isolada, a exemplo de Cuba ou da China. O caso de Cuba acarreta a particularidade desta sofrer constantemente de pressões externas (embargos e outras); e calha que a China é algo *sui generis*. Gravitando entre o vínculo ao socialismo e o enveredar para o capitalismo (pelo menos no que tange à diplomacia), a nova conjuntura não poderia ter servido, senão como que catapulta para que Angola adoptasse uma postura diferente, – nomeadamente atendendo-se a todo um quadro de reformas, sobretudo com relação à sua política externa.

Questionado, por nós, a este respeito, o Prof. Dr. Issau Agostinho salientou que de uma forma geral, a política externa de Angola face ao espaço pós-soviético, enquadra-se no âmbito dos princípios dos Movimentos dos Não Alinhados, ao qual Angola aderiu como pronunciado pelo presidente Neto no seu discurso de proclamação da independência; pois, à luz da constituição de 1975, Angola estabelecia relações de amizade e de cooperação com todos os demais Estados, com base no respeito mútuo da

soberania, igualdade e não interferências nos assuntos internos. Especificando, este analista acrescenta que para Neto e assim como para o seu sucessor (José E. dos Santos), a cooperação com todos os organismos progressistas do mundo era crucial para a sobrevivência do Estado e da afirmação do MPLA como partido do Estado, que passou a integrar a II Internacional Socialista; e, embora durante os anos da Guerra Fria o espaço soviético tivesse sido um ponto de referência ideológica ao MPLA, nos anos 90, a conjuntura internacional da época e a queda do Muro de Berlim, bem como os Acordos de Bicesse de 1991 obrigaram a uma lenta reabertura democrática e de consequência a redução da intensidade das relações mantidas até então.

### 6.1.2. A política externa angolana face aos Estados Unidos da América e aos países da América Latina após a despolarização

Nesta subsecção não vimos, senão responder, à questão: “Como Angola levou a cabo a sua política externa em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após a despolarização?”

Ora, vale desde já, adiantar, que tendências para um relacionamento entre os EUA e Angola, do ponto de vista da política externa levada a cabo por esta, já datam daquele que foi, o breve governo de António Agostinho Neto. E, em geral, apontam-se à base disso, por um lado, a problemática das dificuldades internas, quais, terão levado o governo de Neto a permitir a continuidade de operações de companhias ocidentais em território angolano, e por outro, a busca de abertura de canais diplomáticos com os EUA, obviamente, no intuito de aí vir-se encontrar repouso para a resolução dos interesses (problemas) da Nação. Enquanto redijo estas palavras (Maio de 2020), Angola e Estados Unidos vão celebrando 27 anos de relações diplomáticas. Ademais, facto é que hoje, mais do que nunca, as autoridades norte-americanas reconhecem o quanto foram negligentes para com a causa de Angola<sup>144</sup>.

Contudo, para que este “documentário” alcance o que de essencial se possa tecer, como considerações não menos profundas em relação a este problema, mas sobretudo realçando a parte cabida aos países da América Latina, com o factor Cuba na

---

<sup>144</sup> Na recente visita do Secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo, à Luanda, em Fevereiro de 2020 (que cumpriu uma visita de trabalho de 24 horas, destinada ao reforço da cooperação entre os dois países), durante uma conferência de imprensa concedida no Ministério das Relações Exteriores, o governante americano comprometeu-se a ajudar na divulgação do potencial de Angola e, desta forma, atrair mais empresas dos EUA, para apostarem na promoção e no desenvolvimento económico de Angola (como, enfim, nos relata a Agência Angola Press – ANGOP, a 17 de Fevereiro de 2020). Os chefes das diplomacias de Angola, Manuel Augusto, e dos Estados Unidos da América, Mike Pompeo, manifestaram o interesse de reforçar a cooperação entre os dois países, bem como defenderam a necessidade de elevar o nível das relações bilaterais e multilaterais. Três meses depois, portanto, em Maio de 2020, Angola e EUA celebram 27 anos de relações diplomáticas. Por ocasião desta data, analistas políticos norte-americanos referem-se ao passado histórico da influência Americana em Angola e reconhecem ter havido negligência da parte americana a respeito de Angola, como pois bem, podemos aceder por via de entrevistas exibidas pela CNN, em que, de modo igual, Hillary Clinton partilha da mesma perspectiva.

linha da frente, importa-nos aqui adensar nossa perspectiva com um punhado de dados, historicamente reservados à África, de modo geral, e à Angola em particular. Para efeito, fundamo-nos nas “teses” do doutor Locksley Edmondson<sup>145</sup>. Segundo este autor, “a preponderância dos interesses económicos internacionais acresceu-se sobremaneira, comparativamente aos factores raciais, culturais e políticos, no âmbito das relações entre a África e, no além Caribe, o conjunto da América Latina. Entretanto, aproximadamente em meados dos anos 1960 fizera-se observar, a justo título, que a África e a América Latina, em alguns domínios fundamentais, permaneciam ‘gigantes estrangeiros’ entre si. Todavia, o que se pode designar por ‘cooperação América Latina-África’ estabeleceu-se, nítida e progressivamente, desde os anos 1950, fundada antes em uma abordagem comum da descolonização, assim como da defesa da soberania nacional e, posteriormente, durante os anos 1960 e 1970, em sua vontade comum concernente a conceder prioridade ao desenvolvimento económico”. Ora, é-nos particularmente evidentemente o que podemos verificar em relação ao quadro vivenciado por Angola: Toda a política externa angolana que vislumbrasse o mundo latino-americano (ou, em parte, os EUA), em quaisquer que fossem os períodos da história nacional recente, não devia ter outro móbil que não apontasse para a priorização do desenvolvimento económico, sobretudo tratando-se de um país que viria enfrentando uma situação social pouco favorável à saída da condição de colónia por via do conflito armado, que se traduziu na aferrada luta pela independência. Entretanto, a África sempre pode contar com o apoio de Cuba, e quanto a isso, Angola não seria uma exceção. Antes pelo contrário. Daí, que o doutor Locksley Edmondson salienta: “jamais houve o menor indício de ambiguidade em respeito à política de Cuba, em sua fase revolucionária, no tocante à posição central reservada às suas relações com a África e, de modo geral, com o Terceiro Mundo”. E esta tese tem seu sustento: Comparativamente aos outros Estados da América Latina e do Caribe — ou, em caso afirmativo, em relação a qualquer Estado da Ásia ou do Oriente Médio —, o alcance e o carácter dos laços políticos de Cuba com a África, a partir da Revolução de 1959, foram sem precedentes, tal como evidencia a importante literatura consagrada a este tema<sup>146</sup>. Portanto, é pertinente e possível afirmar que “o afro-latinismo, como forma de solidariedade entre a África e a América Latina, foi sobretudo dinamizado por Cuba<sup>147</sup>”. Esta relação tinha como origem a Revolução Cubana de 1959 e a suas consequências

<sup>145</sup> Cf. Locksley Edmondson. “A África e as regiões em vias de desenvolvimento”, in *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília/Brasil: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-130-3. pp. 1003-1052.

<sup>146</sup> Aponte-se aqui, a este respeito, o exemplo de autores como S. Y. Abdi, 1978; *Cuba in Africa*, 1978; Antoni M. Kapcia, 1979; William M. LeoGrande, 1980; Ali A. Mazrui, 1981; Carmelo Mesa-Lago e J. S. Belkin (org.), 1982; E. Mestri, 1980; A. Segal, 1983b; N. P. Valdes, 1980.

<sup>147</sup> A. A. Mazrui, 1981, p. 343; *apud* Locksley Edmondson, *op. cit.*, p. 1039.

imediatas. Em virtude do seu triunfo ter ocorrido quando as forças afro-asiáticas, fundidas àquelas do Terceiro Mundo, acentuavam a sua oposição ao *statu quo* internacional, Cuba foi desde o início incitada a desenvolver, ao máximo, as suas afinidades com estes países. As manobras ulteriores, essencialmente promovidas pelos Estados Unidos da América (EUA), com vistas a isolarem Cuba dos processos institucionais internacionais do mundo ocidental, não tiveram outro efeito senão acentuar esta política da ilha. Como infere o professor Locksley Edmondson, o engajamento de Cuba na África, entre 1959 e 1979, passou por quatro fases distintas. A primeira, de 1959 a 1974, caracterizou-se por “laços flexíveis, informais e limitados frequentemente voltados para o estabelecimento de contatos com os movimentos nacionalistas africanos, muito mais que junto aos governos independentes”. Durante o segundo período, de 1975 a 1976, entre 18.000 e 24.000 combatentes cubanos foram enviados à Angola em função do pedido do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Estas tropas ajudaram o MPLA a consolidar a sua posição frente às organizações rivais que reivindicavam o poder em consequência da retirada do colonizador português, porém e sobretudo, elas lograram neutralizar as forças de invasão sul-africanas, as quais sustentavam os inimigos do MPLA. O engajamento cubano, em seu terceiro período, de 1977 a 1978, concentrou-se no chifre da África, onde cerca de 20.000 combatentes apoiaram o governo etíope quando da repulsa à invasão somali no Ogaden, região etíope de população somali. O quarto período, a partir de 1979, surge como uma fase de “consolidação e estabilização”, anunciando uma redução da presença militar cubana e uma expansão dos seus programas civis de cooperação.

Nota-se ainda, e ao interesse de nossa abordagem, que as importantes intervenções militares de Cuba, em Angola e no Chifre da África, não deixaram de suscitar críticas no continente africano, entretanto, a OUA, ao considerar a Somália como agressora e os interesses da África do Sul do *apartheid* em Angola, naquele momento, atenuados, contribuiu para amainar as controvérsias geradas pelas acções cubanas. Estes episódios relegaram ao obscurantismo outros aspectos do aprofundamento do intercâmbio entre Cuba e a África. Porém, deve aduzir-se que no auge da sua presença militar, em 1978, além de 19.000 homens nas tropas combatentes em Angola e entre 16.000 e 17.000 soldados na Etiópia, Cuba igualmente mantinha aproximadamente 2.600 conselheiros militares em outros onze Estados africanos<sup>148</sup>. Em 1980, entre 8.500 e 12.200 conselheiros civis cubanos, dentre os quais 70% baseados em Angola, serviam em doze países africanos, oferecendo assistência técnica nas áreas da saúde, da agronomia, da educação e da engenharia. Em 1977, Cuba

---

<sup>148</sup> W. M. Leogrande, 1980, p. 66, *apud* Locksley Edmondson, *op. cit.*, p. 1040.

mantinha relações diplomáticas com vinte e cinco Estados africanos, dentre os quais doze possuíam embaixadores em Havana.

Facto é que a intervenção das tropas cubanas na luta em defesa da soberania de Angola, registou-se como o maior apoio (externo) já prestado em uma guerra de libertação africana.

Em 1961, Cuba era o único membro-fundador, latino-americano ou caribenho, do Movimento dos Não Alinhados, representando isoladamente a região, até a chegada, ao final dos anos 1960, de alguns Estados anglófonos recém-independentes do Caribe. Outra iniciativa de carácter terceiro-mundista digna de menção, na qual este país participou ativamente, foi o lançamento, em 1966, da Organização de Solidariedade Tricontinental. A escolha de Cuba como presidente do Movimento dos Não Alinhados, de 1979 a 1982, testemunha incontestavelmente do seu prestígio político junto às forças afro-asiáticas dominantes, representadas neste grande fórum do Terceiro Mundo. Ao decidir em Havana sediar a sexta Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, prevista para 1979, a quinta Conferência de Cúpula, realizada no Sri Lanka, felicitou oficialmente Cuba por ter rechaçado a ameaça militarista da África do Sul em Angola.

Além do mais, há aqui a necessidade de se destacar o preponderante e oportuno papel do Brasil, que logo na primeira hora reconheceu a independência de Angola. A política externa angolana não podia deixá-lo de parte. Pelo contrário, o Brasil passa por ser o “número 2”, na nossa óptica, como foco principal da política externa angolana levada a cabo para com os chamados Estados latino-americanos.

Michael Kai Kendel argumentara que o “Brasil teria uma forma própria de promover a paz em outros países, pois, por ser um país em vias de desenvolvimento, agiria de forma mais solidária em processos de paz em países do Sul Global do que países desenvolvidos.”<sup>149</sup>

Segundo a politóloga brasileira Thaíse Kemer “o cerne das acções do Brasil para a promoção da paz em Angola recaiu sobre o envio de tropas”. No entanto, a mesma observa, que a cooperação técnica foi menos relacionada ao processo de paz em Angola, do que a política externa do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Entretanto, segundo conclusão de estudo realizado pela doutora Thaíse Kemer (ver nota n.º 127), a ideia de uma “forma brasileira” de promoção da paz em Angola apresenta limites, pois o Brasil centrou a sua “promoção da paz” nas missões de paz das Nações Unidas, o que o situa no contexto de uma forma “liberal” de promoção da paz, em detrimento de uma política de promoção da paz cujas problematizações partam de dinâmicas locais.

---

<sup>149</sup> Michael Kai Kendel *apud* Thaíse Kemer «A actuação do Brasil para promoção da paz em Angola: um debate sobre o “*Brazilliam Wey*” (1989-2010)»; in: *Conjuntura Global*, vol. 3 n.3. Curitiba/Brasil: [s.n.]; set./dez., 2017, p. 417.

A actuação do Brasil no contexto das missões de manutenção da paz das Nações Unidas em Angola, é contextualizada, num período mais amplo dos conflitos em Angola, por Henriqueta Sampaio<sup>150</sup> em quatro fases, a saber: 1ª fase, de 1961 a 1975 – marcada pelas guerras de independência entre grupos angolanos e o colonizador, Portugal; 2ª fase, de 1975 a 1988, período de guerras civis em Angola, caracterizado pela ausência da actuação das Nações Unidas naquele contexto, em razão da Guerra Fria e da consequente polarização do Conselho de Segurança em relação ao cenário angolano; 3ª fase, de 1989 a 2002, pautadas pelas missões de paz em Angola; e 4ª fase, de 2002 até 2014, identificado pela referida autora (H. Sampaio) como um período no qual se verifica a permanência da violência estrutural, uma forma de violência que, segundo Johan Galtung<sup>151</sup>, inviabiliza a distribuição equânime de recursos e de poder entre os indivíduos de uma sociedade e, portanto, impõe limites à realização plena do potencial dos mesmos.

Ora, na óptica da 3ª fase de que se refere H. Sampaio, um outro autor (Fontoura) destacaria, em 2005, que o Brasil participou das cinco missões em Angola, as quais podem ser retratadas com base na tabela abaixo:

TIPO DE MISSÃO	N.º / EFECTIVOS MILITARES	N.º / EFECTIVOS POLÍCIAS	INTERVENIENTES CIVIS	PERÍODO
<b>UNAVEM I</b> (Resolução n.º: S/RES/626, 1988)	16	-	-	1989 – 1991
<b>UNAVEM II</b> (Resolução n.º: S/RES/696, 1991)	77	39	4	1991 – 1995
<b>UNAVEM III</b> (Resolução n.º: S/RES/976, 1995)	4.174	48	-	1995 – 1997
<b>MONUA</b> (Resolução n.º: S/RES/118, 1997)	35	39	-	1997 – 1999
<b>UNMA</b> (Resolução n.º: S/RES/143, 2002)	3	-	-	2002 – 2003

(Fonte: Organizado pelo autor com base análise de informação e tabela desenhada por T. Kemer)

A *United Nation Angola Verification Mission I* (UNAVEM I), foi estabelecida por meio da resolução n.º 626, de 20 de Dezembro de 1988 do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>152</sup>. E, de acordo com o Exército Brasileiro, o objectivo dessa missão foi o de verificar a retirada de tropas cubanas do território angolano<sup>153</sup>. Como podemos apurar, nesse contexto, além do envio de observadores militares brasileiros, o Major

<sup>150</sup> Henriqueta Sampaio *apud* Tháise Kemer; *idem*, p. 419.

<sup>151</sup> 1969, p. 173 e p. 183.

<sup>152</sup> S/RES/626, 1988.

<sup>153</sup> Exército Brasileiro (EB), 2017.

General Péricles Ferreira Gomes, comandou um contingente de 70 observadores militares das Nações Unidas<sup>154</sup>.

Após o Acordo de Bicesse (que no entanto não terá sido suficiente para por termo à guerra civil angolana) as Nações Unidas implementaram uma nova missão de manutenção da paz no país – A UNAVEM II, – por meio da resolução nº 696 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabelecida em 30 de Maio de 1991<sup>155</sup>. Neste justo contexto, além do envio de observadores militares e policiais, o Brasil contribuiu com o envio de uma equipe sanitária composta por 14 médicos e enfermeiros. E, segundo Fontoura<sup>156</sup>, nas eleições de 1992, foram enviados também observadores eleitorais.

Entretanto, esta missão (UNAVEM II), não pode proporcionar o fim da guerra civil angolana, embora tenha conseguido criar um mecanismo de monitoramento, porém, os rebeldes da UNITA e o Governo angolano terão aproveitado o momento de calmaria com a promoção de seus rearmamentos. Todavia, em um novo momento de cessar-fogo, a UNAVEM II terá sido substituída por uma missão maior – a UNAVEM III. Esta fora aprovada por meio da resolução nº 976, de 8 de Fevereiro de 1995<sup>157</sup>, tendo constituído, em termos de contingente de tropas, a maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas da década de 1990, segundo H. Sampaio<sup>158</sup>. Seu objectivo consistia em apoiar as partes no restabelecimento da paz e na reconciliação nacional conforme ratificado na própria resolução. O Brasil aí reaparece. Segundo Fontoura<sup>159</sup>, este Estado contribuiu com um batalhão de infantaria composto por 800 homens, uma companhia de engenharia de 200 homens, dois postos de saúde, com 40 médicos e assistentes, e cerca de 40 oficiais do Estado-maior, além de policiais. Mas há um obstáculo visível. De acordo com Nsia-Pepira<sup>160</sup>, o Ocidente não quis dar apoio indefinido a uma missão de paz tão grande quanto a UNAVEM III, de forma que o Conselho de Segurança (da ONU) reduziu a presença em Angola, porém aprovou a criação da MONUA (*United Nations Observer Mission in Angola*), por meio da Resolução 1118/1997 de 30 de Junho de 1997. E mais uma vez se registou aí a presença do Brasil (observadores militares e policiais, bem como oficiais do Estado-maior). Ora, com o término desta missão em 1999, o Brasil passou a contribuir com uma “envolvente” média de 15 militares, até que a liquidação da MONUA estivesse completa. Entretanto, na linha do retrato feito por Fontoura, vale dizer que a MONUA constituiu em uma força de 396 observadores e teve o propósito de apoiar os partidos no processo

---

<sup>154</sup> *Idem.*

<sup>155</sup> S/RES/696, 1991.

<sup>156</sup> 2005, p. 216

<sup>157</sup> S/RES/976, 1995.

<sup>158</sup> 2015, p. 11

<sup>159</sup> 2005, p. 216

<sup>160</sup> 2014, p. 106

de paz, por meio do reforço da democracia e da reabilitação do país. Depois desta foram criadas a UNOA (Escritório das Nações Unidas em Angola)<sup>161</sup>, que visava estabelecer ligações com as autoridades políticas, militares, policiais, e outras autoridades civis, com vistas a explorar medidas de restaurar a paz, apoiando Angola na área de construção de capacidades (“*capacity building*”), assistência humanitária e a promoção dos direitos humanos. Porém, esta missão já não pode contar com a participação do Brasil, que apenas reapareceu (ao número de 3 – um coronel e dois tenentes-coronéis) a quando da sua substituição pela UNMA (United Nations Mission in Angola), que por sua vez terá sido criada com base na resolução nº 143, de 15 de Agosto de 2002<sup>162</sup>.

Enfim, com este breve encaixe de interesse histórico, evidencia-se a contribuição do Brasil para a promoção da paz em Angola. Entretanto, como pensa Thaíse Kemer, e nós corroboramos, esta actuação brasileira deve ser compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla, a qual extrapole o âmbito das operações de manutenção da paz e identifica outras iniciativas brasileiras voltadas à promoção do desenvolvimento no território angolano. O que de facto se pode constatar: inúmeros acordos e protocolos de cooperação foram sendo rubricados entre Angola e o Brasil, já desde 1980. Trata-se, de acordos de cooperação económica, científica e técnica nos mais variados domínios, a exemplo da esfera formativa (educação e formação profissional) e de cooperação técnica no domínio da segurança e da ordem pública.

Questionado, o analista Issau Agostinho documentou-nos que durante os anos da guerra para a independência de Angola, os movimentos nacionalistas angolanos tiveram apoios directos dos dois blocos de confrontação Leste-Oeste, e o MPLA, por ser de orientação socialista, era apoiado pelo bloco soviético, enquanto a UNITA pelo bloco ocidental. Aduzindo, salienta o autor que, como tal, era natural que as relações entre a RPA e os EUA não fossem boas, pelo menos ao nível político. Eis um pouco do que pudemos apurar em algumas leituras. Entretanto, fundamenta o doutor Issau, que no pós-despolarização, as duas partes empenharam-se para ultrapassar as divergências que os opunham e, isso foi possível, graças ao papel de membro da *Troika* de observadores que os EUA desempenharam para o fim do conflito que terá culminado nos Acordos de Bicesse, mas também pela chegada ao poder do presidente Clinton (Bill). Estes dois factores levaram a que em 1993, finalmente, os EUA reconhecessem o Estado Angolano e se estabelecessem as relações diplomáticas (tal como ocorrera). Consequentemente, o posicionamento de Angola face aos países da América-Latina teve de se adaptar à nova conjuntura.

---

<sup>161</sup> Criado com base na resolução 1268, de 15 de Outubro de 1999 (S/RES/1268, 1999).

<sup>162</sup> S/RES/143, 2002.

### 6.1.3. A política externa angolana face aos países africanos no contexto do pós-Guerra Fria

“Angola é, e será, por vontade própria, trincheira firme da revolução em África!” Terão sido palavras de um estadista profundamente comprometido com a causa africana. Os angolanos vivem pronunciando-as nos seus discursos. E desse modo Agostinho Neto revive nos seus pensamentos.

Desde a sua independência, Angola manteve sempre relações com países africanos fundadas, sobretudo, nos princípios da solidariedade com os povos de África que aspiravam pelas suas independências.

“Como configurar a política externa angolana para com os países do continente face à nova realidade da política internacional?”, eis a questão que aqui se levanta. Ora se tivermos de enquadrar este assunto no período 1988/1989-1992, conforme nos convém, eis o que se nos oferece dizer:

Contribuíram, ao menos, para a configuração da política regional (a respeito de Angola), as *pressões* existentes às chamadas elites definidoras de políticas externas, sobre as quais mencionamos ao final da secção em que se conceitua a “política externa angolana” (no capítulo III). As principais em todo o período eram originárias da relação entre grupos internos (UNITA, FLEC) e seus aliados externos (África do Sul, Zaire, EUA)<sup>163</sup>. Destacava-se aqui a África do Sul, o principal garantidor da ordem regional de perfil conservador, que percebia em Angola grandes ameaças para a manutenção desta. O Zaire, país com acção secundária na região, também percebia em Angola desafios à estabilidade de uma ordem conservadora, de perfil neocolonial. Os Estados Unidos da América, embora expressivos defensores da “*ordem liberal internacional*”, priorizavam a estabilidade regional bem como a sua transição gradual, e segura, a uma ordem liberal, afastando a possibilidade de radicalismos. A acção de todos, contudo, só tendia a aumentar as tensões regionais, uma vez que se valiam do uso da força e encontravam em Angola um Estado e regime determinados a garantir sua autonomia.

Consequentemente, a política externa regional angolana foi fundamentada na tentativa de transformação da ordem regional como forma de aumentar as hipóteses de sobrevivência do Estado e do regime, confere-nos Marcum pela pena de Silva<sup>164</sup>. No longo prazo, tal estratégia possibilitou a construção de um ambiente regional gradualmente favorável à unidade estatal e integridade territorial angolana. A realização dessa estratégia seguia diversas frentes. Instrumentos de berganha, como o amparo à SWAPO e ao ANC eram vistos de forma dupla. A princípio, eram

<sup>163</sup> Igor Castellano da Silva; *op. cit.*, p. 148-149.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

ideologicamente relevantes, na forma de solidariedade pan-africana e revolucionária. Seguidamente, e mais importante, ambos os movimentos eram tomados como instrumento de berganha frente aos principais apoiantes da UNITA. A solidariedade revolucionária era, todavia, apenas um de três instrumentos adoptados na grande estratégia regional. O segundo deles era a configuração de alianças regionais, o que redundou no seu ingresso aos países de linha da frente e a articulação da SADCC. Por fim, havia o suporte básico de todas essas frentes de acção: as políticas de fortalecimento da capacidade do Estado (sobretudo militar), e a garantia de amparo constante em forças, assessores e equipamentos de aliados extrarregionais. Esse instrumento capacita a acção de Angola em todos os cenários, inclusive caso os dois anteriores falhassem. Todavia, servia como forma de assegurar a sua sobrevivência frente a forças internas em Cabinda e no Sul e a rivais regionais agressivos (África do Sul e Zaire). Contudo, o poder regional revolucionário perdera gradualmente o seu ímpeto, dada a inflexão sul-africana e a reduzida capacidade do Estado (somada às expectativas do suporte externo) de arcar com custos internos e externos da mudança.

Importa reavivar aqui uma perspectiva no que concerne a actuação de Angola na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Consta que desde o começo<sup>165</sup>, Angola foi um dos Estados fundadores da primeira Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), formalmente estabelecida no dia 1 de Abril de 1980, na conferência de Lusaka (Zâmbia), como proposta do então Presidente da Tanzânia Julius Nyerere, em 1979, todavia, constituída por Estados que se opunham à África do Sul “*apartheidista*”, passe o termo, na altura considerada autêntica ameaça para os países da região. Entretanto, com a adesão da República Sul-Africana e da Namíbia em 1994, fruto da pacificação das relações a nível da região, logo a seguir aos acordos de 22 de Dezembro de 1988, em Nova Iorque, a SADCC adoptou em 1992 a designação de SADC, e passou, efectivamente, a ter como foco principal as questões económicas e de desenvolvimento para o bem-estar dos respectivos povos. Segundo perspectiva partilhada por Morais<sup>166</sup>, percebe-se que a razão que terá norteadado o apoio incondicional de Angola ao ELF e posteriormente à SADC, deveu-se, claramente, à intenção de instaurar a paz em Angola e consequentemente na África Austral, razão pela qual não se pode deixar de referir o importante papel que Angola exerceu no contexto da luta pela libertação da Namíbia e pela democratização da África do Sul, o que de facto muito contribuía para a construção dos laços fraternais e amistosos entre os Estados da região. Neste sentido, pode-se afirmar, sem receio, que a vitória militar alcançada por Angola nas célebres batalhas do

---

<sup>165</sup> Perspectiva partilhada por Van-Dúnem, 2014, p. 70 e Almeida, 2011, p. 124.

<sup>166</sup> 1998, p. 18

Cuito Cuanavale e Calueque (1987-1988), levou a República Sul-Africana a ver-se obrigada a negociar com as demais partes envolvidas no conflito.

É justamente no contexto regional, que se pode notar maior actuação da política externa angolana (se não tanto em números, ao menos em qualidade), em relação ao período em análise nesta nossa dissertação. Entretanto, deve ficar claro que Angola, neste período (1989-1992), não devia, a julgar pelos condicionalismos prontamente vinculados pela conjuntura internacional apregoada pela termo da Guerra Fria e queda do bloco socialista soviético, se não ter tomado iniciativas (e nesse caso falamos em decisões/acções politicamente definidas) que conduzissem a política externa angolana à uma maior abrangência a nível do continente africano. Facto que terá ocorrido, pois que as directivas políticas registadas pelo abandonado ao sistema socialista, para daí se ter abraçado a democracia multipartidária, certamente lhe proporcionara, ao descoberto, novas possibilidades.

Em suma, “em relação a África, a política externa continua a ter os mesmos princípios orientadores, quais o respeito da soberania, igualdade e da não ingerência nos assuntos internos, a intangibilidade das fronteiras. Todavia, diga-se que o dinamismo diplomático de Angola tem sido fundamental para a resolução de vários conflitos na região dos grandes lagos, e até na resolução de conflitos fronteiriços entre o Ruanda e Uganda. A confiança dos *partners* africanos tem levado a que Angola seja repetidas vezes eleita como presidente do Comité de Paz e Segurança quer da SADC, quer da UA”; como nos informa o analista político, especialista em história das relações internacionais, Issau Agostinho.

#### 6.1.4. A política externa angolana e o *Velho Continente*

Antes que fosse a “África um corpo inerte onde cada abutre ‘viesse debicar’ o seu pedaço” (parafraçando A. Neto), e assim prevalecesse como pura realidade, incontornável nos seus limites, e isso se voltasse igualmente para Angola, o povo africano ergueu a sua voz negando tamanha e cruel identidade; e igualmente o fizera, particularmente, o povo angolano. Assim, vincaram os nacionalismos. Novos Estados, antes meras colónias, brotaram da terra, das suas próprias terras, não com os ares da espontaneidade como sucede com os cogumelos, mas apoiando-se nas suas aspirações mais sublimes. Eis um pensamento nosso, com o qual destacamos a análise sobre a política externa angolana em relação ao “Velho Continente” – a Europa.

Aqui levantamos a questão: Como se pode descrever a política externa angolana face ao Ocidente com o advento da Nova Ordem Mundial ?

Em relação ao exposto, importa-nos, por um lado recapitular e por outro justificar, apoiando-nos na perspectiva que nos oferece o doutor C. Wendji<sup>167</sup>, que os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por reviravoltas políticas, dentre as quais, a queda do muro de Berlim, o desmoronamento dos regimes comunistas dos países da Europa Oriental e a Guerra do Golfo permanecem os acontecimentos mais relevantes. O declínio da potência comunista deixou o capitalismo sem rival, tendo aberto uma via sem obstáculos para a democracia liberal e para a economia de mercado, as quais delimitam, nos dias actuais, o quadro evolutivo das sociedades. Esta evolução inscreve-se, doravante, em um sistema de relações globais, tornado possível graças à revolução tecnológica na comunicação. Assim, nenhuma cultura, nenhuma nação, nenhum continente escapa, desde então, a esta globalização dos intercâmbios humanos.

Parte integrante deste sistema mundial, aduz o doutor C. Wendji, a África é afectada por estas mudanças. E mais, a África dos anos 1990 pode ser definida como um cenário marcado por crise económica e política, por tensões e guerras, bem como pelo “afropessimismo”, por um lado, mas igualmente pela democratização e por um maior respeito aos direitos humanos.

Há pouco mais de trinta anos, enfatiza um estudo do Banco Mundial datado de 1989, como bem nos retrata o autor de que fazemos referência, a pobreza persiste nos países africanos, justamente naquelas nações que tanto haviam esperado, após a independência, uma melhora nas condições de vida dos seus habitantes. Nos anos 1970, o aumento no preço das matérias-primas e o afluxo dos petrodólares permitiriam aos dirigentes terceiro-mundistas, especialmente aos líderes africanos, financiar programas de desenvolvimento cujo impacto mostrar-se-ia reduzido no nível geral de vida das populações. Entretanto, após os dois choques petrolíferos (1973 e 1979) que abalaram a economia mundial, a recessão industrial provocou uma queda nas cotações das matérias-primas.

Os anos 1980, por conseguinte, foram marcados por um declínio geral, no qual o continente africano foi a principal vítima, em razão das persistentes debilidades estruturais próprias ao funcionamento da sua economia, contexto cuja excepção seria a África do Sul. Desde o final do comunismo e da adoção do liberalismo em nível mundial, a África não mais representa um desafio estratégico. Ao longo dos anos 1990,

---

<sup>167</sup> Cf. C. Wendji. “Posfácio: cronologia da actualidade africana nos anos 1990”, in *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília/Brasil: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-130-3. pp. 1133-1156. [Premissas elaboradas Com base nas pesquisas e às contribuições da Sra. J. M. Kambou (historiadora, doutora de terceiro ciclo) e da Sra. S. Serbin (historiadora e jornalista); e, essencialmente concebido a partir dos dados fornecidos pelas revistas *Afrique contemporaine e Monde arabe; Maghreb, Machrek*, publicações trimestrais editadas pela *Documentation Française, Paris*; assim como, graças à revista *Politique africaine*, publicada pelas Éditions Karthala, Paris.]

assiste-se, portanto, a uma verdadeira desclassificação internacional do continente africano, onde as experiências de desenvolvimento importadas se haviam desdobrado em trágicos impasses. Em razão de não ter logrado impor-se de maneira decisiva como um actor eficiente do sistema económico mundial, a África, minada pelas suas crises políticas e pela fraqueza dos seus resultados económicos, encontra-se de mais em mais abandonada. A esta situação acrescenta-se uma nova corrente de pensamento: o “afropessimismo”. As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – as quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Quanto a esta questão importa aqui referir que uma das linhas de acção definidas à luz das estratégias relativas à política externa angolana, em direcção ao Ocidente, consistiu justamente em recorrer ao apoio do FMI. Mas calha que por essa via, nem sempre terá Angola sido bem sucedida. Os mais recentes registos de aprofundamento das relações de cooperação, sobretudo no plano económico, firmadas entre A República de Angola e A República Popular da China, são, na justa medida, resultado de um virar de costas do FMI em relação a Angola. Entretanto, ainda na senda de C. Wendji, relativamente a contextualização que se vem fazendo, em termos gerais, a respeito de África, de que Angola é, no entanto, parte, através dos programas de ajuste estrutural (PAE), estas instituições tentaram redinamizar as moribundas economias africanas. Estes “PAE” correspondem a processos de estabilização mediante o restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos internos e externos, ligados à implementação de programas de reformas estruturais. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão económica em proveito do sector privado e a sua política traduz-se por um conjunto de medidas: redução dos gastos públicos, afectando especialmente os serviços sociais; realização de políticas sectoriais, em favor da iniciativa privada; diminuição dos efectivos da função pública, julgados excessivos; congelamento das contratações, etc. Qualquer empréstimo de capitais aos Estados encontra-se, desde logo, submetido à negociação de acordos condicionais com o FMI. No decorrer dos anos 1990, a quase totalidade dos países africanos engaja-se neste processo de estabilização e austeridade.

Mas afinal, como se pode descrever a política externa angolana face ao Ocidente com o advento da “nova ordem mundial”?

Angola embora imbuída na mesma realidade da conjuntura africana de que, enfim, atrás procuramos aqui retratar, soma-se-lhe o facto de se tratar de um Estado renascido. Mal adoptara o socialismo e já se lhe impunha abraçar o capitalismo. O resultado, socialmente falando, não viria ser outro, senão o especulado pelo professor e

político angolano Adriano Parreira – um capitalismo selvagem. Porém, Angola pode ainda contar com tradicionais parceiros europeus. Portugal deve ser elevado aos da linha da frente. Apesar de Angola ter travado “luta” contra este Estado, que a certa altura tinha-lhe por colónia, portanto, nos desafios para a conquista da sua independência em relação a um Portugal assumidamente “potência colonizadora”, prontamente deste viria o reconhecimento da soberania do novo Estado e se terão firmado as melhores relações num ambiente de continuidade, transfigurando-se apenas os estatutos, de colónia para Estado independente (caso de Angola), e de colono para parceiro (caso de Portugal). Não foi de balde, que a assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1991, um dos mais importantes, assinados em prol à paz para Angola, tiveram palco justamente em Portugal; já para não falar-se de outras intervenções diplomáticas de igual escala.

Tendo o Ocidente “vencido” a Guerra Fria, relata-nos Issau Agostinho, o seu modelo de democracia liberal emergiu e de consequência a “República Popular de Angola” do MPLA viu-se na obrigação de abraçar princípios do Estado de direito, da economia de mercado, da democracia multipartidária, que foram consagrados na lei de revisão constitucional de 1991, mas diga-se que tal modelo era também o apanágio da luta que a UNITA empreendia, à luz do Projecto Muangai, que é um dos documentos fundadores e orientadores desse partido político.

Entretanto, vale reconhecer e, de modo geral, que se Angola já de alguma forma mantinha relações diplomaticamente válidas para com países da Europa Ocidental; de sorte que a nova conjuntura só veio refiná-las, uma vez que o país, tendo abraçado um novo sistema (1992), deveras muito mais favorável para com os países onde a marca sempre foi o liberalismo, viu-se como que forçado a redefinir toda a sua política externa. E esta, não teria adoptado “paradigmas” que se não consubstanciassem aos novos ares do meio e da conjuntura internacional. Obviamente, tal como se pode apurar, a igualdade de outros Estados Africanos, essas relações se terão voltado fundamentalmente no plano de acordos de cooperação em matéria de ciência, educação, tecnologia, mas, sobretudo tendo em conta as dificuldades económicas.

## CONCLUSÃO

O período examinado nesta dissertação procurou acompanhar os antecedentes políticos (ou preferencialmente histórico-políticos) bem como as consequências da queda do bloco socialista soviético. O nosso enfoque pretendeu analisar a influência do “pós-Guerra Fria” na mudança de paradigma (ao que chamaríamos redireccionamento) a que se sujeitou a política externa angolana, com realce para o período compreendido entre 1989 a 1992; razão pela qual buscámos por informações quais julgamos relativas ao tema. Os resultados a que chegámos, e que, enfim, dignamo-nos a mencioná-los, decorram da pesquisa de natureza qualitativa a que este estudo submeteu-se, facto que nos terá auxiliado a validar premissas e outros argumentos relativos à situação-problema – De que forma o término da Guerra Fria, influenciou na mudança dos principais vectores da política externa angolana?

As mudanças introduzidas pelo regime democrático adoptado por Angola com a entrada em cena da nova conjuntura internacional, – na nossa perspectiva, assente na abordagem do pós-Guerra Fria e queda do bloco socialista soviético, – levou-nos, à parte, e por inúmeras ocasiões a questionarmo-nos: Quais as características dessas mudanças? O que terá prevalecido e o que terá de facto mudado?

Concluimos que as permanências no âmbito da política externa angolana, face a nova conjuntura internacional (e nacional), decorrem de princípios constitucionais referentes às relações “internacionais” levadas a cabo por Angola (princípios estes, cimentados desde a fundação do Estado em 1975, que tiveram como pano de fundo a política de *não-alinhamento*), e ainda abrangem as áreas de interesse estratégico do Estado, nomeadamente os países da região, a América Latina/Caribe (Cuba, Brasil), a Rússia e restante Europa do Leste. As mudanças referem-se aos novos desígnios da política angolana (tanto interna quanto externa), nomeadamente a adopção de um novo tipo de regime – a democracia multipartidária, – e o estreitamento de relações diplomáticas com países antes menos amistosos, nomeadamente os Estados Unidos da América e a África do Sul.

Um dos factores endógenos, presente aquando da tomada de decisão em política externa, é o interesse nacional, que reflecte os grandes desígnios a salvaguardar para garantir a sobrevivência da Nação, justificando, por isso, o empenho de todos os recursos. Esse interesse reflecte-se na formulação de objectivos vitais/permanentes e conjunturais, de acordo com as capacidades reais do Estado. Daí, se se pode falar em um novo paradigma, tal enquadra-se não apenas no redireccionamento dos principais

vectores da política externa angolana, mas concomitantemente na redefinição do interesse nacional.

Assinalamos neste trabalho, que os acontecimentos no sistema internacional, indubitavelmente, induziram mudanças na política externa angolana (no período aludido), viabilizando práticas que moldaram, evidentemente, as bases da actual política externa angolana, assegurando uma inserção internacional melhor consolidada. Verificou-se que muitas vezes não terá havido uma harmonia cabal no que respeita às directrizes da política externa angolana; entretanto, corroboramos com a perspectiva de que as “elites definidoras da política externa de Angola” terão actuado, cientes da nova realidade, dentro de uma coerência possível, o que os conduziu, a seu tempo, às adequações que se terão firmado necessárias. E nesse ponto, o pragmatismo se terá prestado como fonte da política externa, verificável tanto no governo de Agostinho Neto (anterior ao período aludido) bem como, e sequencialmente, no governo de José Eduardo dos Santos (já no período aludido), em especial ao que concerne à defesa e soberania do recém Estado angolano.

A Guerra Civil em Angola, com a envolvente Namibiana e Sul-Africana será memorada como um dos acontecimentos mais atrativos à envolvência estrangeira, sob a bandeira da cooperação, enquanto quem se oferecia a apoiar, na maior parte das vezes estava mais interessado em satisfazer os seus interesses, sobretudo os de cunho ideológico. Porém, diversamente, e de um polo distinto, figura-se Cuba, cuja actuação terá sido determinante e sem precedentes. Com efeito, a intervenção das tropas cubanas na luta em defesa da soberania de Angola, registou-se como o maior apoio (externo) já prestado em uma guerra de libertação africana. Mas Cuba, e isso se dá aqui por acréscimo, não esteve ao lado de Angola, cooperando apenas no plano militar. Há, igualmente, o “negócio social” a realçar-se, sobretudo no que respeita à saúde pública e à educação formativa em nome dos cidadãos angolanos.

Por outro lado, constatamos que em 1990, reconhecendo a nova conjuntura, o então presidente angolano José Eduardo dos Santos, terá firmado e defendido novos objectivos para a diplomacia Angolana. E isso pode ser descortinado nos seguintes termos: uma maior inserção no contexto africano e, em especial na região Austral; início de contactos com a África do Sul; abertura de missões diplomáticas nos Estados com os quais Angola não tinha contactos; adopção de uma diplomacia mais activa, que pautasse a sua linha de acção na defesa dos “interesses nacionais” e dos valores universais que configuram as preocupações da humanidade, nomeadamente, a paz, o desarmamento, a cooperação internacional e as trocas comerciais, numa base de justiça, bem como uma maior intervenção das organizações internacionais, em particular da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não Alinhados, antevendo o

esforço geral de estabilização e do afastamento da guerra. Há, de forma manifesta, uma mudança na política diplomática de Angola, sobretudo no relacionamento com o Estado Sul-Africano, que era, até então, encarado como principal desestabilizador da África Austral dado ao seu conhecido “regime do apartheid”. O mesmo valerá dizer a respeito do virar da bússola da diplomacia angolana para os Estados Unidos da América, que em circunstâncias anteriores, não só eram como que “indiferentes” para com os problemas sociopolíticos em Angola, mas ainda se batiam pela “continuidade” do conflito armado em Angola, fomentando apoio à UNITA de Jonas Savimbi. Em 1991, e é isso similarmente relevante, a visão de José E. dos Santos era de que a reorganização do Ministério das Relações Exteriores deveria ter em conta a defesa dos interesses dos angolanos no estrangeiro, onde quer que eles se encontrassem, e a criação de condições que permitissem uma constante ligação dos mesmos à Pátria, e nisso, observe-se, independentemente das suas tendências políticas ou da sua filiação partidária. Deste modo, aparece o cidadão angolano como o *escopo* das novas orientações da política externa de angolana e, mais uma vez, pode-se constatar que nesse período Angola vivia uma nova época que se reflectiu nas orientações da diplomacia nacional.

Temos afirmado que a política externa angolana não é, ao nosso ver, outra coisa, senão o reflexo de como Angola acaba partilhando sua realidade (suficiências e insuficiências) no ambiente internacional, visando daí poder extrair o que de proveitoso exista (desde que coincida com o interesse próprio) e oferecer o que de melhor possua (desde que coincida com o interesse alheio). Entretanto, podemos constatar que, se por um lado já Angola mantinha relações com diversos países; relembrando que já a política externa angolana traduzia-se numa política que se funda no respeito e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, e da Carta da União Africana, bem como numa política, que visasse estabelecer relações de amizade e cooperação com todos os Estados e povos; a nova conjuntura veio firmar maior amplitude no quadro dessas relações, uma vez que livrar-se das “garras do socialismo”, o que de facto sucedeu com o desfecho da Guerra Fria e queda do bloco socialista soviético, terá significado maior folga e comodidade, quando as decisões e medidas dianteiras representassem adequações à política externa no sentido de enveredar para, dentre os países capitalistas, sobretudo, aqueles com os quais Angola não mantinha o menor contacto, ora no simples receio de comprometer boas que eram as relações que nutria com a URSS, ora porque o próprio sistema socialista em si, que no entanto havia adoptado, determinava-lhe limites “politicamente intransponíveis” justificáveis no plano do jogo dos interesses entre os Estados, com sistemas distintos entre si.

Evidenciaremos, para os dias futuros, como dirá Maurice Vaïsse, que já não faz sentido falar de Leste e de Ocidente. A ordem bipolar surgida com o fim da Segunda Guerra Mundial dá lugar a uma «reorganização do espaço político». Certamente, os Estados Unidos e a Rússia (sendo esta herdeira das forças estratégicas soviéticas), pela sua capacidade militar, permanecem as duas grandes superpotências. Felizmente, Angola tem, firmadas, excelentes relações com ambas as nações, no âmbito da sua política externa recente.

A nossa abordagem não teria sido possível sem que abraçássemos a imperatividade do método histórico. Assim sendo, tudo quanto podemos apurar, levou-nos à percepção de que o passado precisa de ser conhecido para que se possa compreender e, daí, intentar-se o mormente pretendido resgate da história mais recente de Angola.

Por tudo quanto ficou-nos explícito, desde o levantamento da problemática, passando pela realização da pesquisa e terminando com a análise de toda informação recolhida, cabe-nos, interessadamente, apontar as nossas recomendações e/ou sugestões, para futuros trabalhos de investigação, que eventualmente venham ser concebidos à luz do presente “debate académico”, respondendo às inúmeras inquietudes em torno da política externa angolana, uma área deveras ainda árida, e nas mais diversas facetas.

Aos investigadores (nomeadamente estudantes):

Para que reconsiderem que sempre será de relevado interesse todo estudo cativante do ponto de vista teórico, a julgar pelas ideias que, contingentemente, contenha, e pelo grau de sua elaboração, mas que também seja, todavia, apresentado de forma agradável, buscando por respeitar aos preceitos esteticistas de sobriedade, bem como comodidade de leitura e consulta. Pensamos que por esta via poder-se-á falar em valiosas contribuições para o conhecimento. Temas como este, de que vimos “experimentar”, sempre exigirão pelo mais refinado espírito académico. E sempre é mister que o investigador procure, antes de mais, apuramento quanto aos métodos e as técnicas de pesquisa. Seria ideal não limitar-se o trabalho à mera pesquisa documental, mas concomitantemente evidenciar a técnica de entrevista ou outra similar, que seja capaz de revelar o que se pode designar, permita-se a expressão, *nova científica*.

Aos docentes (nomeadamente tutores, cotutores, eventualmente indicados pelas distintas universidades que contemplam cursos análogos):

Que reconheçam o valor e a pertinência de temas como o da presente dissertação e, quiçá, despertem o interesse em seguir sugerindo-os aos seus tutelados (estudantes).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. “Guerra Fria: Os conflitos que estiveram à beira de se tornar uma nova guerra mundial”. *Visão Histórica*, Revista n.º47 (Periodicidade bimestral). Lisboa/Portugal. Junho de 2018.

AAVV. *Grande Dicionário Enciclopédico “Verbo”*. Lisboa/Portugal – São Paulo/Brasil: Editorial Verbo, 1997. ISBN 972-22-1786-0. Vol. I.

ABRANTES, José Mena, et al. *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979-2009*. Luanda/Angola: Edições Maianga, 2009. 3 volumes.

ABREU, Francisco. *Estratégia: O Grande Debate “Sun tzu/Clausewitz”*. 2ª ed. Revista e Ampliada. Lisboa/Portugal: Editores Esfera do Caos, 2006. ISBN 989-8025-17-4.

AFANASIEV, Viktor Grigoryevich. *Fundamentos de los Conocimientos Filosóficos: Parte II*. (Tomado de la 8va. Edición en español de la Editorial Pensamiento, Moscú, 1975) Habana/Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

ANGLE, Paul M. *The Uneasy World*. New York, N. Y./USA: Student Edition, 1961.

BENOIST, Alain de. *Nova Direita, Nova Cultura*. Lisboa/Portugal: Edições Afrodite (para língua portuguesa), 1981.

BOBÁNY, Denise de Mello; Roberta Rollemberg Cabral Martins. *Do Visual ao Textual: um guia completo para fazer seu trabalho de conclusão de curso*. Rio de Janeiro/Brasil: Editora Novas Ideias, 2008. ISBN 978-85-60284-11-5.

BONIFACE, Pascal. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa/Portugal: Plátano Editora, 2009. ISBN 978-972-770-685-3.

BRASS, Florence Le. *Como Organizar e Redigir Relatórios e Teses*. 2ª ed. Mira-Sintra/Portugal: Publicações Europa-América, Lda., 2003.

BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *Memórias Políticas Sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações (1803 – 1805)*. Lisboa/Portugal: Artes Gráficas, S.A. / Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português / Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. ISBN 972-95080-9-7. Tomos I a III.

CANDAMBA, Luís Adelino Minguês. «*A Política Externa de Angola (1979-1992)*». Luanda/Angola: Instituto Superior de Relações Internacionais “Venâncio de Moura” / Departamento de Relações Internacionais – (Monografia orientada pelo Prof. Mestre Fernando Manuel), 2019.

CARMO, Hermano; Manuela Malheiro Ferreira. *Metodologia da Investigação, Guia para auto-aprendizagem*. 2ª ed., Lisboa/Portugal: Editora Universidade Aberta, 2008. ISBN 978-972-674-231-9.

CASCÃO, Arcindo dos Santos Ferreira. *Entre a Gestão de Competências e a Gestão do Conhecimento: Um estudo exploratório de inovações na gestão das pessoas*. Lisboa/Portugal: Editora RH, 2004. ISBN 972-8871-01-5.

CHEMIATÉNKOV, Vladímir. *O Enigma do Capital: Ponto de Vista Marxista*. Moscovo/Rússia: Edições Progresso, 1985.

CHICHLINA, Nicolaya Vladimírovich; L. A. ONICOVA. *Pequeno Dicionário Político*, 3<sup>a</sup> ed., revista, Edições Progresso, Moscovo, 1984.

CHITAS, Eduardo; RESENDE, Hernâni A., et al. *Filosofia. História. Conhecimento: Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*. Lisboa/Portugal: Editorial Caminho, S.A., 1990. ISBN 972-21-0495-0.

COMERFORD, Michael G. *O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)*. Windhoek/Namíbia: [s.n.], 2005. ISBN 99916-68-26-8.

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. *Plano estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*. Edição revista. Maputo/Moçambique: [s.n.], 2010. ISBN 978-99912-475-9-5.

COURTOIS, Stéphane, et al. *O Livro Negro do Comunismo*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa/Portugal: Quetzal Editores, 1998. ISBN 972-564-358-5.

DUVERGER, Maurice. *Introduccion a la Politica*. 3.<sup>a</sup> ed. Barcelona/Espanha: Ediciones Ariel, 1970.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. [Tradução realizada sobre a versão francesa - *Anti-Dühring: (M. E. Dühring) Bouleverse la Science*]. Lisboa/Portugal: Dinalivro Editora, 1976.

FITUNI, Leonid Leonidovich. *Angola: Natureza, População, Economia*. Moscovo/URSS: Edições Progresso, 1985.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. «A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1979-1992)». Brasília/Brasil: Universidade de Brasília / Instituto de Relações Internacionais – (Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Pio Pena Filho), 2013.

FREITAS, Maria Luísa V. de, et al. *Metodologia de História*. Luanda/Angola: Plural Editores, 2010. ISBN 978-989-611-076-5.

GIGOLOTTI, João Carlos Jânio. *Idade Contemporânea da Fase Revolucionária ao Século XX* (Estudo de História Militar, Vol. I). Resende/Brasil: Academia das Agulhas Negras, 2008.

GRIFFITHS, Martin. *Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo/Brasil: Editora Contexto, 2011. ISBN 978-85-7244-248-0.

GUERRA, Henrique (União dos Escritores Angolanos). *Angola: Estrutura Económica e Classes Sociais*. Rio Tinto/Portugal: Edições ASA, Divisão Gráfica, 1988.

HERVADA, Javier. *Lecciones Propedéuticas de Filosofia del Derecho*. Espanha: Editora Universidad de Navarra, S.A., 1992.

IBEKWE, Chinweizu. “A África e os países capitalistas”, in *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília/Brasil: UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-130-3. pp. 927-964.

IVANOV, Aleksandr. *Opção socialista em África: polémica ideológica*. Moscovo/URSS: Edições Progresso, 1987.

JASPER, Karl. *Introdução ao Pensamento Filosófico*. 3ª ed. São Paulo/Brasil: Editorial Cultrix, 1965.

JOSÉ, Joveta. *Angola: Estratégias de Inserção Internacional*. Curitiba/Brasil: Editora Appris, 2015. ISBN 978-85-8192-800-5.

JÚNIOR, Miguel; DIFUILA, Manuel Maria., et al. *História Militar de Angola*. Luanda/Angola: Editora Kilombelombe, 2015.

KAPITIYA, Francisco. *A B C de Metodologia Científica: Noções práticas de estudo e elaboração de trabalho académico*. 2ª ed., Benguela/Angola: [s. n.] Secretariado de Pastoral da Diocese de Benguela/Gráfica Aguedense, Lda – Lobito, 2006.

KEMER, Thaíse «A actuação do Brasil para promoção da paz em Angola: um debate sobre o “*Brazilliam Wey*” (1989-2010)»; in: *Conjuntura Global*, vol. 3 n.3. Curitiba/Brasil: [s.n.]; set./dez., 2017; p. 416-438.

KENEZ, Peter. *História da União Soviética Actualizada*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2017. ISBN 978-972-44-2001-1.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 2ª ed. Lisboa/Portugal: Gradiva – Publicações, Lda., 2002.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 3ª ed. São Paulo/Brasil: Livraria Martins Fontes Editora, 1999. ISBN 85-336-1096-3.

MARTÍNEZ, Soares. *Filosofia do Direito*. 3ª ed. Coimbra/Portugal: Editora Almedina, 2003.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. (Livro Terceiro – O Processo Global da Produção Capitalista, Vol. VI) – Traduzido do original “*Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie, Dritter Band, Buch III: Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion*”, editado em 1894, por Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro/Brasil: Editora Civilização Brasileira.

MILHAZES, José. *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética*. 3ª Ed. Lisboa/Portugal: Edições Nova Vega, Lda., 2015. ISBN 978-972-699-928-7.

MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia*. 13ª ed. São Paulo/Brasil: Edições Paulus, 2005. ISBN 972-21-0495-0. 3 volumes.

MONDIN, Battista. *Introdução à Filosofia*. 15ª ed. São Paulo/Brasil: Edições Paulus, 2004. ISBN 972-21-0495-0.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. 7ª ed. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, S.A., 2011. ISBN 978-972-40-4660-0.

MUEKALIA, Jardo. *Angola, A Segunda Revolução: Memórias da luta pela Democracia*. 2ª ed. Portugal: Porto Editora, Lda., 2011. ISBN 978-989-676-022-9.

PAVIA, José Francisco. *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa/Portugal: Quid Juris? – Sociedade Editora, 2011. ISBN 978-972-724-571-0.

- POKROVSKI, V. S. *História das Ideologias: o capitalismo*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1977. ISBN 972-21-0495-0. Vol. 3.
- PRIMAKOV, Evgeny Maksimovich, et al. *What's what in World Politics: A Reference Book*. Moscow/USSR: Progress Publishers, 1986/1987.
- QUIVY, Raymond; Luc Van Campenhoudt. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa/Portugal: Edições Gradiva, 1998.
- RAKITOV, Anatoly. *Fundamentos da Filosofia*. (Tradução para português com alterações). Moscovo/Rússia: Edições Progresso, 1989. ISBN 5-01-001273-1.
- RAMOS, Justino da Glória. *Angola Pelos Caminhos da Paz: Guerra e Diplomacia (1975-2002)*. Luanda/Angola: Mayamba Editora, 2018. ISBN 978-989-761-164-3.
- REIS, Liliana. *A Construção do Ator Securitário Europeu: A Hora das Escolhas*. Lisboa/Portugal: Chiado Editora, 2017. ISBN 978-989-52-1570-6.
- SARAIVA, Augusto. *Filosofia* (7.<sup>o</sup> ano), 8.<sup>a</sup> ed., Porto/Portugal, Editora Educação Nacional, 1973.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23.<sup>a</sup> ed., revista e atualizada, São Paulo/Brasil: Cortez Editora, 2007. ISBN 978-85-249-1311-2.
- SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral: apontamento para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda/Angola: Editora Mayamba, 2010. ISBN 978-989-8370-08-2.
- SILVA, Igor Castellano da. "Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistémica (1975-2010)." *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Vol. 4, n<sup>o</sup> 7, Janeiro/Junho de 2015. e-ISSN 2238-6912 / ISSN 2238-6262. pp. 193-172.
- SILVA, José Paulino Cunha da. *As resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*. (Dissertação de mestrado em ciências jurídico-internacionais / Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Luanda/Angola: Editora Nzila, 2002.
- SOUSA, Fernando de; Pedro Mendes. *Dicionário de Relações Internacionais*. 3.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada, Porto/Portugal: Edições Afrontamento, S.A., 2014. ISBN 978-972-36-0981-3
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. 2.<sup>a</sup> ed., Porto/Portugal: Livraria Civilização Editora, 2005. ISBN 972-26-1559-9.
- THINÈS, Georges; Agnès Lempereur. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lousã/Portugal: Edições 70, S.A., 1984.
- UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS. *Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos*. Vol. I, Lisboa/Portugal: Edições 70, 1981.
- VAÏSSE, Maurice. *As Relações Internacionais Desde 1945*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005. ISBN 972-44-1224-5.
- ZECA, Emílio Jovando. *Relações Internacionais: Natureza, Paradigmas e Assuntos Transversais*. Porto/Portugal: Plural Editores, 2013. ISBN 978-989-611-356-8.

## **Sítios web visitados**

ALEXANDRE, Miguel. “A Política Externa Angolana Durante a Administração Neto”. <http://hdl.handle.net/10362/32398>. (11 de Fevereiro de 2020. 14: 45).

FREIRE, Maria Raquel (coord); Luís da Vinha. «Política externa: modelos, actores e dinâmicas». Coimbra/Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/31197>.

GUERRA FRIA. [https://pt.m.wikipedia.org>wiki](https://pt.m.wikipedia.org/wiki) (12 de Novembro, 2019. 13: 23).

JOSÉ, Joveta. «Política Externa de Angola de 1992 aos nossos dias». 33º Encontro Anual da ANPOCS; GT-19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos sobre África e Caribe. Disponível em <http://www.anpocs.com>. (s.d.) pp. 1-29.

KLEIN, Magno. «The Changing Politics of Foreign Policy (Hill, Christopher)». INTERSEÇÕES, Rio de Janeiro, v.18, n.1, Junho de 2016; pp. 257-262. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br>

MACEDO, Felipe; «Tanzânia, a ponte latino-americana na África: Recepções e reinterpretções do pensamento da CEPAL e da Teoria da Dependência pelos intelectuais de Dar Es Salaam». Artigo disponível em <http://africaemquestao.wordpress.com>

Martins, José Ricardo «Immanuel Wallerstein e o Sistema Mundo: uma teoria ainda actual?» *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), pp.95-108. (2015) Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-actual/>.

Microsoft Encarta Encyclopedia 2002. 1993-2001 Microsoft Corporation (23 de Janeiro, 2019. 15: 27)

<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/if-nelson-mandela-really-had-won>. (18 de Janeiro, 2020. 18: 20).

[https://pt.wikipedia.org>wiki>internacionalsocialista](https://pt.wikipedia.org/wiki/internacionalsocialista). (25 de Março, 2020. 16:13).

VAN-DÚNEM, Belarmino. «A diplomacia angolana nos discursos do presidente José Eduardo dos Santos». Jornal de Angola, de 1 Setembro de 2009; Disponível em <http://www.jornaldeangola.sapo.ao>. (17 de Maio de 2020 / 20: 30).

# APÊNDICES

---

## APÊNDICE I

### TRADUÇÃO DE EXTRACTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

(I - a)

“Guerra Fria, termo que traduz a política hostil dos estados imperialistas do Ocidente em relação à União Soviética e aos outros estados socialistas no período pós-guerra. É aplicado para descrever um confronto político agudo no cenário mundial. Os primeiros passos que levaram à Guerra Fria contra a URSS foram dados pelos círculos dominantes nos EUA e na Grã-Bretanha, mesmo antes do final da Segunda Guerra Mundial. Na primavera de 1945, o presidente dos EUA, Harry Truman, decidiu adoptar uma "linha dura" em relação à União Soviética. A Guerra Fria foi proclamada abertamente no discurso proferido por Winston Churchill em Fulton (EUA) aos 5 de Março de 1946, no qual ele praticamente exortou a estabelecer uma aliança militar anglo-americana para combater o "comunismo oriental". Foi nesse ponto que o termo Guerra Fria começou a ser usado.”

(I - b)

“Transição gradual por países economicamente atrasados para a via socialista de desenvolvimento. As obras de Marx, Engels e Lenine fornecem uma base teórica para a possibilidade de construir o socialismo, ultrapassando o estágio capitalista. As repúblicas soviéticas da Ásia Central e a República Popular da Mongólia foram as primeiras a realizar essa transição. Nos países recentemente livres de orientação socialista, formas intermediárias de organização da produção estão se formando, fundações de propriedade social dos meios de produção sendo estabelecidas e mudanças socioeconómicas progressivas estão sendo introduzidas para implementar reformas agrárias, acabar com o analfabetismo, envolvendo as grandes massas na construção de uma nova sociedade, etc. Elas são realizadas no contexto de uma economia multi-estrutural: os sectores capitalistas do estado, capitalista privado, pequenos sectores de *commodities* e economia de subsistência existem ao lado do sector público. Embora as diferenças naturais sejam evidentes no desenvolvimento de países individuais, há características comuns a todas as nações que escolheram a orientação socialista: a existência de partidos revolucionários e organizações progressistas que expressam o interesse dos amplos estratos do povo trabalhador; eliminação gradual das posições dos monopólios imperialistas e da grande burguesia local; a limitação das actividades de capital estrangeiro; as ascensões de comando na economia nacional mantidas pelo Estado e uma transição constante para o desenvolvimento das forças produtivas conforme o planejado; o movimento cooperativo incentivado no campo; um papel progressivamente maior desempenhado pelos trabalhadores na vida da sociedade; o aparato estatal sendo fortalecido por quadros nacionais leais ao povo; carácter anti-imperialista das políticas externas”.

(I - c)

“(Na língua afrikaans significa “ separação ”), uma política de severa discriminação racial, segregação e opressão realizada pelos círculos dominantes na África do Sul, principalmente em relação à população negra africana e também em relação às pessoas e imigrantes “de cor”. Da Ásia, particularmente indianos. O apartheid é a política oficial do Partido Nacional, que está (esteve) no poder na África do Sul desde 1948.

APÊNDICE II

FORMULÁRIO (GUIA) PARA ENTREVISTAS PRESENCIAIS

1ª Questão: Terá a passagem de antigas repúblicas socialistas soviéticas a países independentes que adoptaram o sistema económico capitalista influenciado Angola a adoptar o mesmo tipo de sistema?

2ª Questão: Uma vez que a política externa angolana voltava-se, estreitamente, para a URSS antes da sua dissolução, como caracterizá-la face aos países do espaço pós-soviético?

3ª Questão: Como Angola levou a cabo a sua política externa em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após a despolarização?

4ª Questão: Como se pode descrever a política externa angolana face ao Ocidente com o advento da Nova Ordem Mundial ?

5ª Questão: Como configurar a política externa angolana para com os países do continente face à nova realidade da política internacional?

# ANEXOS

---

[Anexo n.º 1]

---

(Questionário<sup>168</sup> respondido pelo Dr. Issau Agostinho)

---

**Perfil do correspondente:** De nacionalidade angolana, Issau Agostinho obteve o doutoramento em estudos políticos, na vertente de História das Relações Internacionais, pela La Sapienza Universidade de Roma. É director de *Il Geopolitico*, revista (ISSN 2532-1897) online de análise Geopolítica, e coordenador da comissão editorial. “*Angola, formação e democratização do Estado*” de 2018, é uma, dentre outras obras de sua autoria.

---

Nós (N/) questionamos o Dr. Issau Agostinho (I.A./) e obtivemos de si, as seguintes respostas:

**N/ – Terá a passagem de antigas repúblicas socialistas soviéticas a países independentes que adoptaram o sistema económico capitalista influenciado Angola a adoptar o mesmo tipo de sistema?**

I.A./ – O socialismo na história recente de Angola, ou se quiserem, o socialismo do MPLA (que pelas responsabilidades políticas face ao país o transformou como tal) não tem origens nem na dissolução da URSS, nem no nascimento da CEI. Ele afirma-se durante os anos 50 e encontra as suas raízes não só no espírito de libertação do jugo colonial português, como também nas ideologias dos partidos políticos que fundam o MPLA, sobretudo a do PCA – Partido Comunista Angolano, que era de esquerda. Nos anos 60, com o início da Luta Armada de Libertação Nacional, e graças a essa orientação socialista, o MPLA vê seus militares e políticos formados em países da Europa do Leste, na URSS e em Cuba, que resultou numa melhor qualidade técnico-militar para combater contra o colonialismo, assim como no nascimento de uma classe de servidores do Estado com base na ideologia socialista, os quais governarão Angola no pós-independência. Assim, chegados à independência, era natural que o socialismo obtivesse uma dimensão normativa e se transformasse na ideologia do neo Estado pela via da Constituição de Independência, aprovada unicamente pelo Comité Central do MPLA (pelas razões que se conhecem) e que entrou em vigor a meia-noite de 11 de Novembro de 1975. De facto, nos termos do artigo 2º a soberania pertencia ao povo, sendo o MPLA o seu único e legítimo representante. Com a chamada lei de confisco, o regime socialista constitucionalmente constituído e internacionalmente reconhecido, começou uma ampla política de nacionalização de todos os recursos nacionais e de determinadas empresas privadas, que passaram a ser geridas pelas UEE – Unidades Económicas Estatais. Com a revisão constitucional de 1978 vem introduzido a noção de propriedade socialista dos bens e da propriedade colectiva que vigorou até 1992.

---

<sup>168</sup> Por razões de ordem temporal e de distância (note-se que o Dr. Issau Agostinho reside na Itália), o guia inicialmente previsto para entrevistas converteu-se em “simples” questionário remetido ao cuidado dos destinatários por via de correio-electrónico. Foram canceladas todas as entrevistas presenciais previstas, em virtude da pandemia, que terá como causa o novo coronavírus (Covid-19). Porém, o distanciamento social a que nos submetemos por vários meses, não impediu, necessariamente, que tivéssemos acesso ou colhêssemos informações de pessoas – especialistas, sobretudo, – com base nos questionários que os remetemos mesma via.

Naturalmente, com o colapso da URSS e do nascimento da CEI, a escolha do capitalismo por parte destes não teve influência directa na escolha do capitalismo pelo MPLA/Angola, pois as razões objectivas da escolha entre si são marcadamente distintas, isto é, se o capitalismo angolano tem uma base interna fundada nos ideais da UNITA, o capitalismo da CEI é geralmente importado e condicionado pelos países europeus e não só. No caso da Rússia, as políticas de liberalização levadas a cabo por Boris Yeltsin resultaram na delapidação das riquezas daquele país por oligarcas *inner circle*, que serão combatidos pelo presidente Putin nos anos 2000. Em Angola, não obstante a adopção do regime de economia de mercado, assiste-se igualmente uma tentativa de apropriação de riquezas por membros da *entourage*, mas a maior apropriação vai acontecer nos últimos anos do governo de Eduardo dos Santos, e de consequência muito distante dos anos 90.

**N/ – Uma vez que a política externa angolana voltava-se, estreitamente, para a URSS antes da sua dissolução, como caracterizá-la face aos países do espaço pós-soviético?**

I.A./ – De uma forma geral, a política externa de Angola face a este espaço enquadra-se no âmbito dos princípios dos Movimentos dos Não Alinhados, ao qual Angola aderiu como pronunciado pelo presidente Neto no seu discurso de proclamação da independência. À luz da Constituição de 1975, Angola estabelecia relações de amizade e de cooperação com todos os demais Estados com base em respeito mútuo da soberania, igualdade e não interferências nos assuntos internos. Todavia, de forma específica, para Neto e assim como para o seu sucessor, a cooperação com todos os organismos progressistas do mundo era crucial para a sobrevivência do Estado e da afirmação do MPLA como partido do Estado, que passou a integrar a II Internacional Socialista. Todavia, embora durante os anos da Guerra Fria o espaço soviético tivesse sido um ponto de referência ideológica ao MPLA, nos anos 90, a conjuntura internacional da época e a queda do Muro de Berlim, bem como os Acordos de Bicesse de 1991 obrigaram a uma lenta reabertura democrática e de consequência a redução da intensidade das relações mantidas até então.

**N/ – Como Angola levou a cabo a sua política externa em relação aos Estados Unidos e aos países da América Latina após a despolarização?**

I.A./ – Durante os anos da guerra para a independência de Angola, os movimentos nacionalistas angolanos tiveram apoios directos dos dois blocos de confrontação Leste-Oeste, e o MPLA, por ser de orientação socialista, era apoiado pelo bloco soviético, enquanto a UNITA pelo bloco Ocidental. Como tal, era natural que as relações entre a RPA e os EUA não fossem boas, pelo menos ao nível político. No pós-despolarização, as duas partes empenharam-se para ultrapassar as divergências que os opunham, e isso foi possível graças ao papel de membro da *troika* de observadores que os EUA desempenharam para o fim do conflito e que culminou nos Acordos de Bicesse, mas também pela chegada ao poder do presidente Clinton. Estes dois factores levaram a que em 1993, finalmente os EUA reconhecessem o Estado Angolano e se estabelecessem as relações diplomáticas. Consequentemente, o posicionamento de Angola face aos países da América-Latina teve de se adaptar à nova conjuntura.

**N/ – Como se pode descrever a política externa angolana face ao Ocidente com o advento da Nova Ordem Mundial?**

**I.A./** – Tendo o Ocidente “vencido” a Guerra Fria, o seu modelo de democracia liberal emergiu e de consequência a RPA do MPLA viu-se na obrigação de abraçar princípios do Estado de direito, da economia de mercado, da democracia multipartidária, que foram consagrados na lei de revisão constitucional de 1991, mas diga-se que tal modelo era também o apanágio da luta que a UNITA empreendia, à luz do Projecto Muangai, que é um dos documentos fundadores e orientadores desse partido.

**N/** – Desde a sua independência, Angola manteve sempre relações com países africanos (fundadas nos princípios da solidariedade com os povos de África que aspiravam pelas suas independências). **Como configurar a política externa angolana para com os países do continente face à nova realidade da política internacional?**

**I.A./** – Em relação a África, a política externa continua a ter os mesmos princípios orientadores, quais o respeito da soberania, igualdade e da não ingerência nos assuntos internos, a intangibilidade das fronteiras. Todavia, diga-se que o dinamismo diplomático de Angola tem sido fundamental para a resolução de vários conflitos na região dos grandes lagos, e até na resolução de conflitos fronteiriços entre o Ruanda e Uganda. A confiança dos *partners* africanos tem levado a que Angola seja repetidas vezes eleita como presidente do Comité de Paz e Segurança quer da SADC, quer da UA.

---

**Obs.:** Optamos por retratar aqui este questionário e respectivas respostas pois, por um lado, o correspondente em causa foi o único que nos deu autorização para efeito, e por outro, sucede que as respostas dadas pelas demais entidades, que igualmente nos puderam atender, não divergem, em essência, das ilações feitas pelo Dr. Issau Agostinho.

[Anexo n.º 3]

---

EXCERTOS DE ALGUNS DISCURSOS PROFERIDOS POR  
PRESIDENTES E POLÍTICOS ANGOLANOS CONCERNENTES À  
DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA

---

(3.1) Anteriores ao período em Análise

3.1. a)

*“A contradição entre a possibilidade técnica do mundo actual e as condições reais de cada povo, de cada país ou Estado, reflecte discrepâncias tais que as condições materiais não podem deixar de ser parte integrante da maneira de pensar e do nosso comportamento. Até mesmo o olharmos a cultura dos nossos povos «de fora», através dos olhos, dos livros ou das opiniões de outras vozes. O que é anticientífico, anticultural e acomodação. A África e a Ásia, continentes extremamente ricos do ponto de vista cultural e material, necessitam de valorização e de mais dinamismo... E ainda bem que a VI Conferência de Escritores se solidariza plenamente com a luta dos povos pela sua independência e liberdade contra a opressão. O Zimbabwe, a Namíbia, o Sahara Ocidental, o Timor-Leste, não podem deixar de estar na preocupação dos intelectuais afro-asiáticos, como sempre estiveram ao lado dos povos que venceram o colonialismo português... Não há independência verdadeira sem socialismo. Mas estamos ainda na era das unidades nacionais, e por isso mesmo do nacionalismo. Cada unidade nacional vive a sua história, explicando-a de modo a preservar direitos soberanos e a integridade territorial. De modo também a desenvolver a cultura e a valorizar os temas que servem a sua actividade. Contudo, a virtude do pensador será sempre a de ser capaz de intervir não apenas ao nível local, como também no universal.”]*

(Proferido por António Agostinho Neto, em ocasião da Secção de Encerramento da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos, realizada em Luanda, de 26 de Junho a 3 de Julho de 1979. Fonte: UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS. “Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos”. Lisboa/Portugal: Edições 70, Vol. I, 1981. p. 29.)

3.1. b)

*“O MPLA-Partido do Trabalho não desistirá dos seus objectivos até atingir o seu fim, o socialismo. Portanto, as relações com os países socialistas serão sempre privilegiadas, e a base da confiança e do interesse comum, que é fundamental para a paz, progresso e o fim da exploração do homem pelo homem será desenvolvida. Mas a nossa política de não-alinhamento permite que estabeleçamos relações amistosas com outros povos que escolheram regimes diferentes do nosso. Gostaríamos de ter uma cooperação mais intensa com os países desenvolvidos da Europa Ocidental. E penso ser necessário uma maior aproximação com os países da América Latina e Ásia. As relações políticas mantidas com os países do nosso continente deverão progredir para formas de cooperação económica que sirvam o nosso objectivo: o de evitar que África continue a ser explorada quando é absolutamente possível a transformação das matérias-primas e intercâmbio em bases mais justas com os outros continentes e um maior benefício para as classes trabalhadoras.*

*Diplomacia activa e militante!*

*Camaradas embaixadores:*

*O nosso Partido ensina-nos que devemos ter uma diplomacia militante e activa em defesa dos nossos ideais, nacionais e universais. Temos de preparar as bases para um futuro activo do nosso povo, da nossa juventude e de todos os que ainda sofrem dos efeitos graves e profundos do colonialismo. E temos que nos preocupar com alguns problemas no plano internacional.”]*

(Proferido por António Agostinho Neto, em ocasião da “reunião dos embaixadores da República Popular de Angola, no dia 15 de Agosto de 1978 no Cuanza Sul”. Fonte: NETO, Agostinho, Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto. Luanda: Departamento da Educação Político Ideológico de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA, 1978.)

### 3.1. c)

*“O Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) envia a sua saudação ardente, revolucionária e fraternal ao XXV Congresso do PCUS e ao povo soviético, cujos esforços no reforço da paz em todo o mundo, na prestação da ajuda moral-política e material ao movimento de libertação nacional, são uma expressão da política consequente do internacionalismo proletário, o MPLA e o povo angolano jamais esquecerão. Graças à vontade inquebrantável do nosso povo mártir, que luta sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o MPLA, enveredamos decididamente pela via da proclamação, a 11 de Novembro de 1975, da independência do país e da criação da República Popular de Angola... A ajuda dos países do socialismo ao povo angolano foi atempada, eficaz, enérgica e decidida. A ajuda desinteressada dos países da comunidade socialista, a solidariedade e o apoio das forças progressistas de África e de outros continentes desempenharam um papel verdadeiramente decisivo nas nossas vitórias sobre os agressores imperialistas. Não vamos enumerar todos os países socialistas que prestaram e continuam a prestar-nos ajuda moral e material. Mas gostaríamos de assinalar particularmente a ajuda desinteressada da União Soviética, as acções práticas ousadas dos nossos irmãos cubanos... Camaradas! A nossa vitória sobre o colonialismo português tornou-se possível graças à ajuda da União Soviética. Por isso, permitam-me, a partir desta alta tribuna, manifestar uma vez mais agradecimento, respeito, reconhecimento ao PCUS, ao povo soviético, a todos os países socialistas.”]*

(Intervenção do Camarada Alves Baptista “Nito Alves”, no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética em Moscovo, realizado de 24 de Fevereiro a 5 de Março de 1976. Fonte: “XXV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA, Editora de Literatura Política, Moscovo, 1976, Vol. I, pp. 343-345. / in: apêndices, MILHASES, José; Angola: *O Princípio do Fim da União Soviética*; op. cit. / presente trabalho / pp. 183-186.)

---

## (3.2) Referente ao período em Análise

### 3.2. a)

*“(...) Por outro lado, no que se refere à interdependência que caracteriza as relações económicas internacionais, cabe às nossas missões diplomáticas o importante papel de promover no exterior do país a política da República Popular de Angola, divulgando a sua realidade económica e dando a conhecer as vias e instrumentos jurídicos que definem as formas de investimentos estrangeiros, transferência de tecnologia, intercâmbio internacional, etc. Cabe-lhes também dedicar maior atenção à captação das ajudas externas e agilizar os processos de aproveitamento dessas ajudas, de modo que os doadores se sintam motivados a prestar cada vez maior assistência financeira e de outro tipo ao nosso país. (...) Como os nossos diplomatas estão em contacto constante com estrangeiros, exorto-vos a manterem-se permanentemente vigilantes para neutralizar todas as tentativas dos serviços secretos*

*estrangeiros de recrutar agentes entre os nossos trabalhadores ou de se infiltrar de qualquer forma no seu seio, com o objectivo de destruir as nossas conquistas e subverter os objectivos da nossa revolução.”]*

(Proferido por José Eduardo dos Santos, no “encontro nacional sobre relações exteriores, em Luanda, no dia 4 de maio de 1989. Fonte: “**JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO: palavras de um estadista (2004-2009)**” de José Mena Abrantes (org.) et. al., Vol. I, 2009.)

---

### (3.3) Posteriores ao período em análise

#### 3.3. a)

*[“Do mesmo modo que a reconstrução nacional, a consolidação da democracia e o desenvolvimento constituem as prioridades na política interna de Angola, a preservação da paz e da estabilidade, o diálogo, a concertação política e a cooperação mutuamente vantajosa constituem os vectores fundamentais da política externa do Governo angolano. Faço, pois, votos de que as nossas relações se desenvolvam de modo cada vez mais profundo e fraternal e que a cooperação entre os nossos países contribua, de facto, para a melhoria do nível de vida dos nossos respectivos povos e da Humanidade”.]*

(Proferido por José Eduardo dos Santos, em apresentação de cumprimentos pelo Corpo Diplomático, em Luanda, aos 11 de Novembro de 2005. Fonte: “**JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO: palavras de um estadista (2004-2009)**” de José Mena Abrantes (org.) et. al., Vol. III, 2009.)

#### 3.3. b)

*[“Mostremos ao mundo que a República de Angola, apesar das agressões externas e da desestabilização permanente de que foi vítima, é um país pacífico. Tem hoje relações de amizade e cooperação com quase todos os países do mundo. Continuará a ser um factor de paz e segurança regional e mundial e um parceiro justo e disposto a partilhar interesses, a cooperar com vantagens recíprocas na construção de um mundo cada vez melhor para todos. Nesta data memorável não podemos deixar de exprimir uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os países, personalidades e povos que nos apoiaram na luta pela conquista da Independência e da paz. Eles são muitos, mas não posso deixar de citar Cuba, cujos filhos aqui também verteram o seu sangue para a defesa da nossa soberania. Às delegações aqui presentes, em particular aos chefes de Estado e de Governo, exprimo os meus agradecimentos por terem aceite partilhar connosco este inolvidável momento”.]*

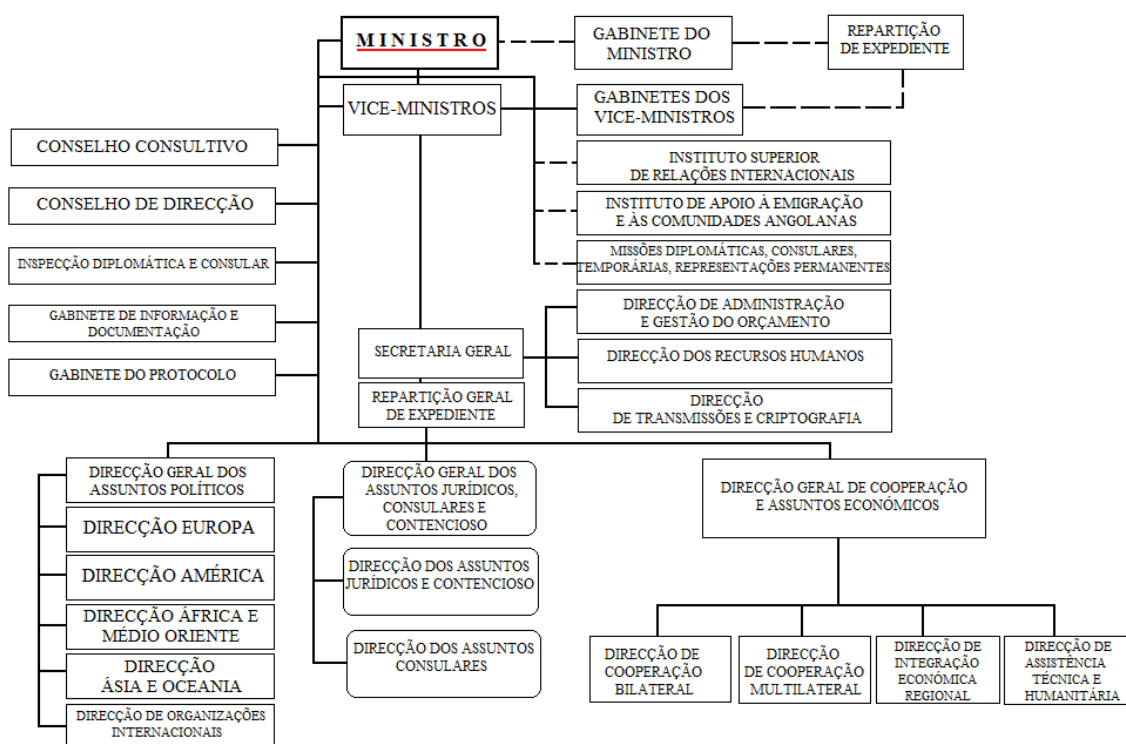
(Proferido por José Eduardo dos Santos, em ocasião do 30º aniversário da Independência Nacional, em Luanda, aos 11 de Novembro de 2005. Fonte: “**JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO: palavras de um estadista (2004-2009)**” de José Mena Abrantes (org.) et. al., Vol. III, 2009.)

[Anexo n.º 4]

ORGANIGRAMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DE ANGOLA (a)

E MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA “POPULAR” DE ANGOLA (1975-1992/99) (b)

a) Organigrama do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola



(Obs.: Organizado pelo autor com base em dados fornecidos pelo MIREX /República de Angola)

b) Ministros das Relações Exteriores da República Popular de Angola (1975-1992/99)

Ministros	Mandatos
José Eduardo dos Santos	Novembro de 1975 – Novembro de 1976
Paulo Teixeira Jorge	Novembro de 1976 – Outubro de 1984
José Eduardo dos Santos	Outubro de 1984 – Março de 1985
Afonso Van-Dúnem “Mbinda”	Março de 1985 – Janeiro de 1989
Pedro Van Dúnem “Loy”	Janeiro de 1989 – Novembro de 1992
Venâncio da Silva Moura	Novembro de 1992 – Janeiro de 1999 <sup>169</sup>

(Obs.: Organizado pelo autor com base em dados fornecidos pelo MIREX /República de Angola)

<sup>169</sup> Este último, que de qualquer modo o inserimos nesta lista, já não faz parte do contexto da RPA, mas sim da RA.

[Anexo n.º 5]

---

CRONOLOGIA DE FACTOS POLÍTICOS RELEVANTES NOS  
DISTINTOS PAÍSES E REGIÕES DE ÁFRICA (1990-1992)

---

**(1990)**

**África do Norte e do Nordeste**

**Jamahiriya Árabe Líbia** – Prorrogação, pelos Estados Unidos da América, das sanções económicas adotadas pela ONU em 1986 (*5 de Janeiro*); carta de integração com o Sudão (*30 de Junho*); acordo de segurança com o Chade (*5 de Setembro*).

**Marrocos** – Estabelecimento de relações diplomáticas com a Namíbia (*26 de Março*).

**Saara Ocidental** – Reconhecimento da República Árabe Sarhaoui Democrática (RASD) pela Namíbia (*31 de Abril*).

**Somália** – Implantação do pluripartidarismo (*6 de Outubro*).

**Sudão** – Restabelecimento das relações diplomáticas com a República Centro-Africana (*12 de Fevereiro*); redução de 10% nos efetivos administrativos e no setor público, por determinação do FMI.

**África Ocidental**

**Benin** – Conferência Nacional das forças políticas para estudar a implantação do pluripartidarismo e da democracia (*19-28 de Fevereiro*); adoção da nova constituição (*2 de Dezembro*).

**Costa-do-Marfim** – Violentas manifestações estudantis, greves das instituições escolares reivindicando reformas estruturais (*19-20 de Fevereiro*); reeleição de Houphouët-Boigny para a presidência da República (*28 de Outubro*).

**Guiné Bissau** – Conferência nacional de transição para o pluripartidarismo (*8-12 de Outubro*).

**Libéria** – Instalação em Monróvia do governo interino de Amos Sawyer (*22 de Novembro*).

**Níger** – Implantação do pluripartidarismo (*15 de Novembro*).

**Senegal** – Disputa fronteiriça entre as tropas senegalesas e bissao-guineanas (*19-23 de Maio*); incidentes em Casamance, atribuídos aos separatistas casamanceses (*Maio-Junho*).

**África Central**

**Camarões** – Lei sobre o pluripartidarismo (*6 de Dezembro*).

**Congo** – Reivindicações sociais e políticas: manifestações de rua e greves (*Outubro-Novembro*); pluripartidarismo introduzido na Constituição (*6 de Dezembro*).

**Ruanda** – Abertura ao pluripartidarismo (*13 de Novembro*); tentativa de invasão do país pelos soldados da Frente Patriótica Nacional, refugiados em Uganda (*1-3 de Outubro*).

**Chade** – Entrada das tropas de Idriss Deby em Njamena (*2 de Dezembro*); Idriss Deby torna-se chefe de Estado (*4 de Dezembro*).

**Zaire** (actual República Democrática do Congo) – Mobutu anuncia a implantação do pluripartidarismo limitado a três organizações partidárias (*24 de Abril*); a oposição demanda a

convocação de uma conferência nacional pluralista encarregada de organizar eleições livres; greves e manifestações de rua (*1-25 de Maio*).

### **África Oriental e Austral**

**África Do Sul** – Legalização do CNA, do PAC (Congresso Pan-Africano) e do SACP (Partido Comunista Sul-Africano), (*2 de Fevereiro*); Nelson Mandela é solto da prisão (*11 de Fevereiro*).

**Ilhas Comores** – Ahmed Abdalah é eleito presidente da República (*14 de Março*).

**Lesoto** – Mohato Seeisa é proclamado rei em lugar do seu pai exilado pelos militares (*11 de Novembro*).

**Malawi** – Adesão à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, da OUA (*23 de Fevereiro*).

**Namíbia** – Adoção da Constituição; Sam Njoma foi eleito presidente da futura Namíbia independente (*9-16 de Fevereiro*); proclamação da independência (*21 de Março*); torna-se o 181o membro das Nações Unidas (*23 de Abril*); adesão ao FMI e ao Banco Mundial (*25 de Setembro*), assim como à Convenção de Lomé IV (*19 de Dezembro*).

**República Unida da Tanzânia** – Ali Hassan Mwinyi é reeleito presidente da República (*28 de Outubro*).

**Zâmbia** – Estabelecimento legal do pluripartidarismo (*17 de Dezembro*).

**Zimbábue** – Robert Mugabe é reeleito para a presidência da República (*10 de abril*).

### **A África e o restante do mundo**

**Egito** – Mediação pelo ministro das relações exteriores, B. Boutros-Ghali, na crise que opõe o Senegal à Mauritânia, em respeito aos respectivos cidadãos, residentes em solo do oponente país vizinho (*30 de Janeiro*).

**França-África** – 16.<sup>a</sup> Cúpula Africana de La Baule; o discurso de F. Mitterrand condiciona a concessão da ajuda francesa aos países africanos aos seus esforços em favor da democratização (*19-21 de Junho*).

**Vaticano** – 6.<sup>a</sup> viagem do Papa João Paulo II à África: Cabo Verde, Burkina Fasso, Guiné-Bissau, Mali, África do Sul, Chade (*21 de Janeiro - 10 de Fevereiro*).

**(1991)**

### **África do Norte e do Nordeste**

**Etiópia** – Mengistu Haïlé Mariam pede demissão das suas funções como chefe de Estado (*21 de maio*); tomada do porto de Asmara pelas forças da Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) (*10 de Junho*).

**Jamahiriya Árabe Líbia** – Supressão dos postos aduaneiros e das formalidades fronteiriças com o Egito (*7 de Agosto*).

**Somália** – O general Haideed toma o poder em Mogadíscio (*18 de Novembro*).

**Sudão** – Assinatura de decreto transformando o Sudão em Estado federativo (*5 de Fevereiro*); manifestações estudantis ligadas a problemas de alojamento (*23 de julho*).

### **África Ocidental**

**Benin** – O Sr. Soglé é eleito presidente da República (*25 de março*).

**Burkina Fasso** – O capitão Blaise Compaoré é eleito presidente da República (*8 de Dezembro*).

**Cabo Verde** – Mascarenhas Monteiro é eleito presidente da República (*17 de Fevereiro*).

**Mali** – Cessar-fogo entre os rebeldes tuaregues e o governo (*6 de Janeiro*); manifestações em Bamako em favor do pluripartidarismo (*3-4 de Março*); violentos levantes em todo o país, repressão policial: ao menos 148 mortos, o presidente Moussa Traoré é detido, o tenente-coronel Amadou Toumani Touré dirige o Conselho Nacional de Reconciliação (CNR) (*17-27 de Março*).

**Níger** – Conferência Nacional em prol da transição rumo à democracia (*19 de setembro-3 de novembro*).

**Togo** – Manifestações reivindicando uma conferência nacional com o objetivo de tratar da transição democrática (*março-junho*).

### **África Central**

**Angola** – Proclamação da lei sobre o pluripartidarismo (*27 de Março*).

**Burundi** – Recenseamento de 1990: 5.356.266 habitantes; densidade demográfica: 207/km<sup>2</sup>, uma das mais altas da África; o presidente Buyoya confirma a adesão do país ao pluripartidarismo (*10 de Maio*).

**Camarões** – Abertura de representação diplomática no Japão (*28 de Janeiro*).

**Congo** – Conferência Nacional para a instauração das instituições democráticas (*25 de Fevereiro*).

**Guiné Equatorial** – Nova Constituição instaurando o pluripartidarismo (*22 de Novembro*).

**República Centro-Africana** – Anúncio da adoção do pluripartidarismo (*22 de Abril*).

**Zaire** (atual R.D.C) – Revoltas e saques em Kinshasa; o processo democrático é bloqueado (*Setembro-Outubro*).

### **África Oriental e Austral**

**África do Sul** – O Governo fixa para 30 de junho a eliminação oficial do *apartheid* (*28 de Maio*); anúncio do retorno da África do Sul aos 22.<sup>os</sup> Jogos Olímpicos de Barcelona (*6 de Novembro*).

**Quênia** – Os bispos anglicanos e católicos lançam um apelo em favor do pluripartidarismo e pelo respeito aos direitos humanos (*Abril*).

**Zâmbia** – Frederick Chiluba é eleito presidente da República (*2 de novembro*).

### **A África e o restante do mundo**

**Francofonia** – 4a Cúpula da Francofonia em Paris: os países africanos são chamados a prosseguirem com a democratização dos seus regimes (*19-21 de Novembro*).

**OUA** – Em Bamako, tem lugar a conferência ministerial da OUA sobre o ambiente, com especial atenção para os depósitos de rejeitos tóxicos na África sob responsabilidade dos ocidentais (*28 de janeiro*).

**Região dos Grandes Lagos** – Conferência dos bispos católicos do Burundi, de Ruanda, de Uganda, da República Unida da Tanzânia e do Zaire para debater os problemas sociopolíticos da região dos Grandes Lagos (*10 de outubro*).

**UNESCO** – O Prémio “Houphouët-Boigny”, pela busca da paz, é atribuído pela UNESCO, conjuntamente, a Nelson Mandela e a Frederik de Klerk (*27 de junho*).

**(1992)**

### **África do Norte e do Nordeste**

**Argélia** – Acontecem fortes manifestações anti-islâmicos após o sucesso destes últimos nas eleições legislativas (*2 de Janeiro*); dissolução da Assembleia Popular Nacional, por decreto

presidencial (*4 de Janeiro*); queda do presidente Chadli, sob pressão do exército (*11 de Janeiro*); criação de um Alto Comitê de Estado (HCE), presidido pelo Sr. Boudiaf (*14 de Janeiro*); manifestações universitárias e fechamento das principais universidades do país (*5 de Fevereiro - 4 de Março*); “estado de emergência” proclamado por 12 meses; dissolução do FIS (*29 de Abril*); assassinato do presidente Boudiaf (*29 de Junho*); lei autorizando os investimentos estrangeiros nas minas e nos hidrocarbonetos, limitando-se a participação em 49% (*16 de Novembro*).

**Jibuti** – Nova Constituição orientada para o pluripartidarismo (*4 de setembro*).

**Egito** – Ataques com mortes contra turistas, atribuídos aos islâmicos (*Outubro-Dezembro*).

**Jamahiriya Árabe Líbia** – Resolução 738 do Conselho de Segurança da ONU: embargo aéreo e militar contra a Jamahiriya Árabe Líbia (*31 de Março*).

**Marrocos** – Acordos de cooperação com o Brasil (*19 de Agosto*).

**Somália** – Operações das Nações Unidas para Somália (ONUSOM) para enfrentar a insegurança e diminuir as necessidades alimentares (*Junho-Agosto*); apoio do Conselho de Segurança da ONU à operação “Restore Hope”: 40.000 soldados (dos quais 30.000 americanos), para salvar as vítimas da fome (*3 de dezembro*).

**Tunísia** – Assinatura de dois acordos económicos e de um acordo de parceria industrial com o Brasil (*30 de Janeiro*); medidas jurídicas em favor das mulheres no âmbito do divórcio (*13 de Agosto*).

### **África Ocidental**

**Gâmbia** – Sir Dawda Jawara é eleito presidente da República (*29 de Abril*).

**Mali** – Alpha Oumar Konaré é eleito presidente da República (*28 de Abril*); assinatura de um acordo de ajuste estrutural com o FMI e o Banco Mundial (*19 de Agosto*).

**Mauritânia** – O coronel Maaouiya Ould Taya é eleito presidente da República (*29 de Janeiro*).

**Senegal** – Nova ofensiva dos independentistas casamanceses, causando cerca de 40 mortos (*Outubro-Dezembro*).

**Serra Leoa** – O capitão Valentine Strasser, à frente de uma junta militar, toma o poder em Freetown (*29 de Abril*).

**Togo** – Uma nova Constituição instaura o pluripartidarismo (*28 de Setembro*); manifestações de mulheres em Lomé contra a insegurança e pela democracia (*25 de Janeiro*).

### **África Central**

**Angola** – Visita do papa João Paulo II (*10 - 8 de Junho*).

**Burundi** – Constituição instaurando o pluripartidarismo (*10 de Março*).

**Camarões** – Paul Biya é reeleito presidente da República (*23 de Outubro*).

**Congo** – Nova Constituição estabelece o pluralismo político (*15 de Março*); Pascal Lissouba é eleito presidente da República (*16 de Agosto*); grave crise governamental em Brazzaville: várias dezenas de mortos (*19 de Novembro - 6 de Dezembro*).

### **África Oriental e Austral**

**Ilhas Maurícias** – O país alcança o estatuto de República (*12 de Março*).

**África do Sul** – Aprovação do referendo colocando fim ao *apartheid* (*18 de Março*).

**Malawi** – Violentos levantes e conflitos sociais exigem a democratização do regime (*29 de Abril-24 de Maio*).

**Madagáscar** – Nova Constituição instaura o pluripartidarismo (*19 de Agosto*).

**Namíbia** – Assinatura em Windhoek, por dez países da região, do Tratado de fundação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) (*17 de Agosto*). Namíbia torna-se o 150.º membro do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) – Acordo internacional estabelecido em 1947, visando promover o comércio internacional. A África do Sul figura dentre os vinte e três (23) Estados fundadores (*15 de Setembro*).

**República Unida da Tanzânia** – Instauração do pluripartidarismo (*19 de Fevereiro*); a capital do país é transferida de Dar es-Salaam para Dodoma (*10 de Setembro*).

### **A África e o restante do mundo**

**Francofonia** – 17ª Conferência Francófona em Libreville: criação de um fundo francês para o desenvolvimento dos países de renda intermediária (*5 de Outubro*).

**OCI** – Reunião da OCI (Organização da Conferência Islâmica) em Dakar: a Arábia Saudita cancela a dívida pública dos países menos desenvolvidos (*9-12 de Dezembro*).

**ONU** – O vice primeiro-ministro B. Boutros-Ghali é empossado secretário-geral da ONU (*3 de Dezembro*); trata-se da primeira vez que um africano alcança este cargo.

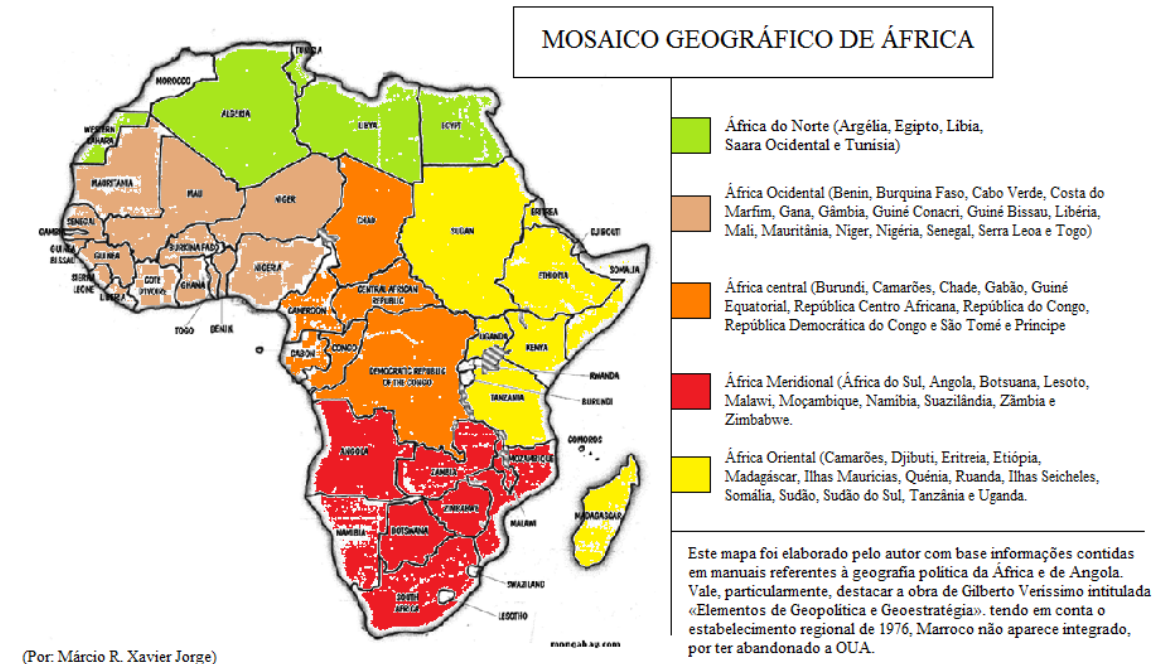
**Senegal** – Colocação pelo Sr. Abdou Diouf, presidente da República do Senegal, da pedra inaugural do memorial Gorée-Almadies, como lembrança do tráfico negreiro, com a presença dos chefes de Estado e de governo participantes da 28.ª Conferência da OUA, do Sr. Boutros Boutros-Ghali, Secretário-Geral da ONU, do Sr. Federico Mayor, diretor-geral da UNESCO, do pastor americano Jesse Jackson e do Sr. Amadou Mahtar Mbow, antigo diretor-geral da UNESCO e presidente do Comitê Nacional Senegalês para o memorial (*30 de Junho*).

**UNESCO** – Nelson Mandela e Frederick de Klerk recebem na UNESCO o prêmio Houphouët-Boigny pela sua luta pela paz (*3 de Fevereiro*).

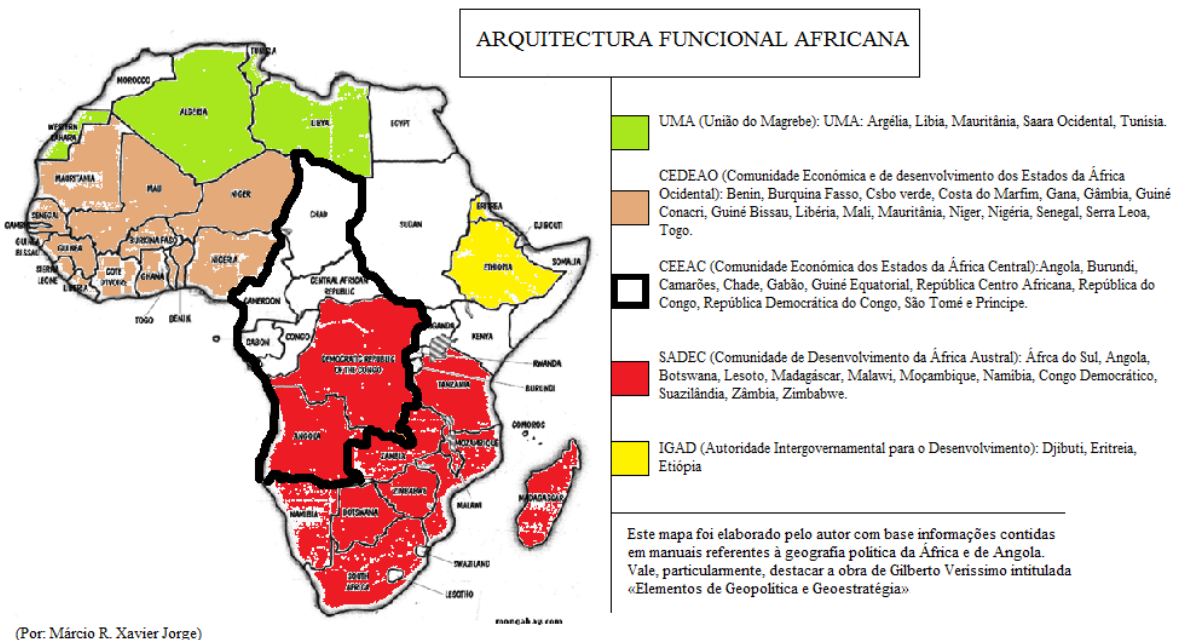
[Anexo n.º 6]

MAPAS  
(Geografia e Geopolítica de África e de Angola)

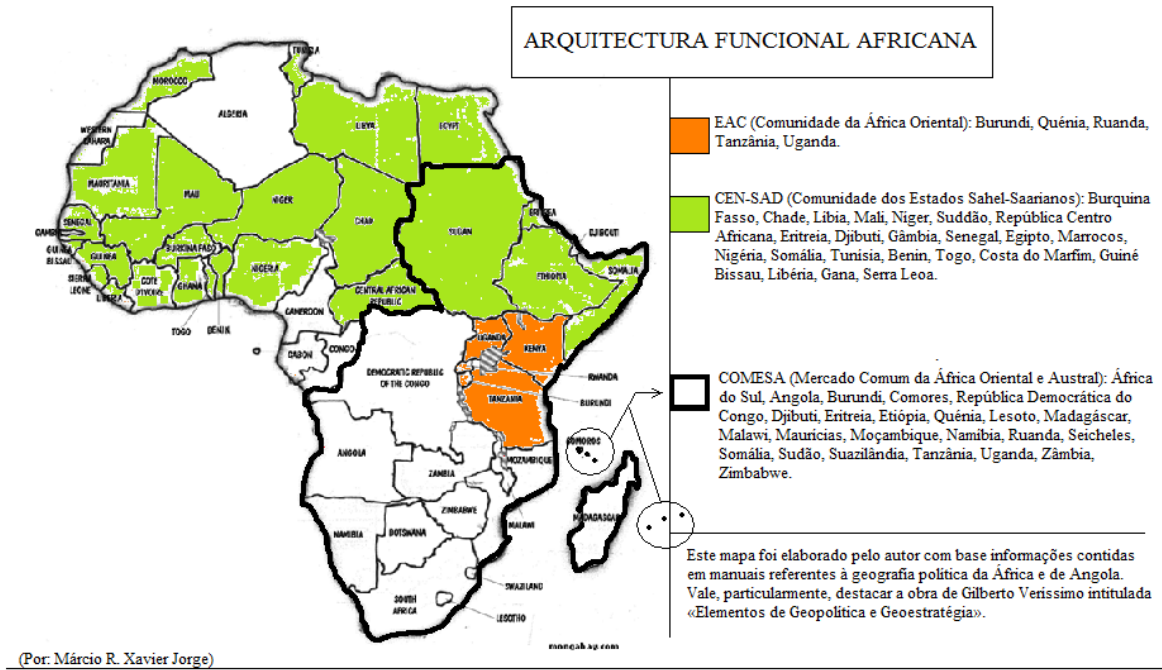
(5.1) – Mosaico Geográfico de África.



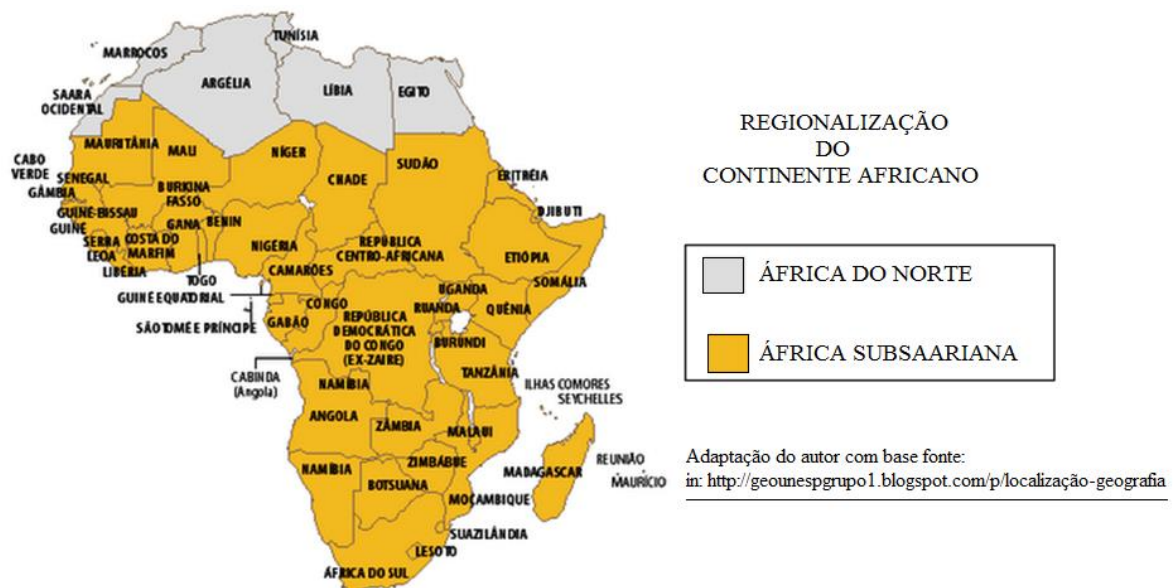
(5.2) – Arquitectura Funcional de África.



(5.3) – Arquitectura Funcional de África (2).



(5.4) – Regionalização do Continente Africano.



(5.5) – Mapa de importância geológica.



MAPA ILUSTRATIVO (DE INTERESE GEOLÓGICO) DOS PRINCIPAIS RECURSOS MINERAIS EXPLORADOS EM ANGOLA

OBS: Este mapa foi adaptado nos anexos do presente trabalho, com base fonte in: <http://ciencias-geologia.blogspot.com/2013/05/mapa-de-recursos-geologicos-de-angola.html>

Dada a fraca qualidade que este mapa apresenta, o que de algum modo dificulta a leitura, achamos por bem salientar à parte, que dentre os principais minerais explorados em Angola destacam-se o diamante e o ouro. Entretanto, são dignos de realce outros, embora menos explorados na actualidade, tais como o cobre, o ferro, o manganês, o chumbo, o zinco, o urânio, o asfalto, o calcário. Por outro lado, e que se diga, Angola é rica em petróleo e gás natural, cuja exploração, em actividades mineiras, constitui a base da economia Angolana - principal commodity.

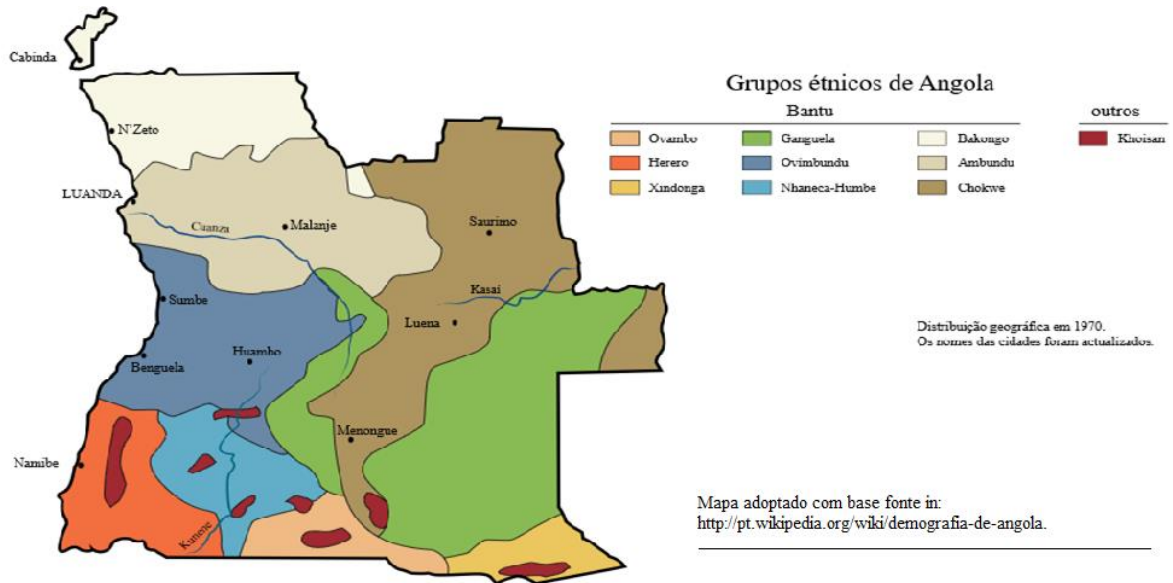
(5.6) – Mapa hidrográfico de Angola.



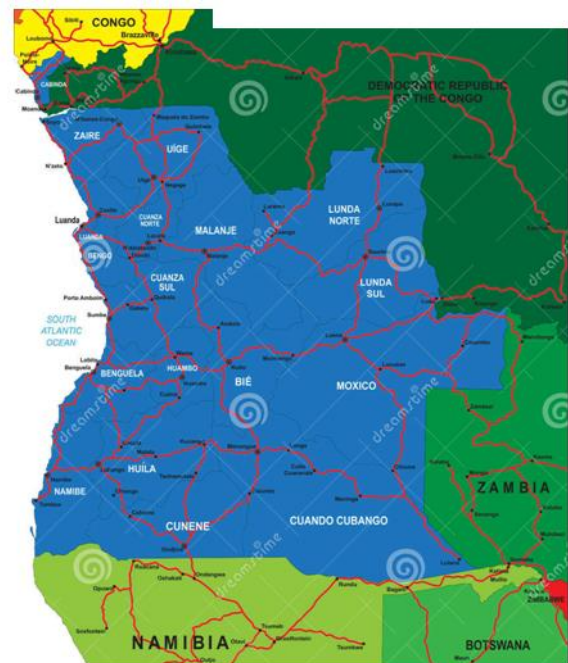
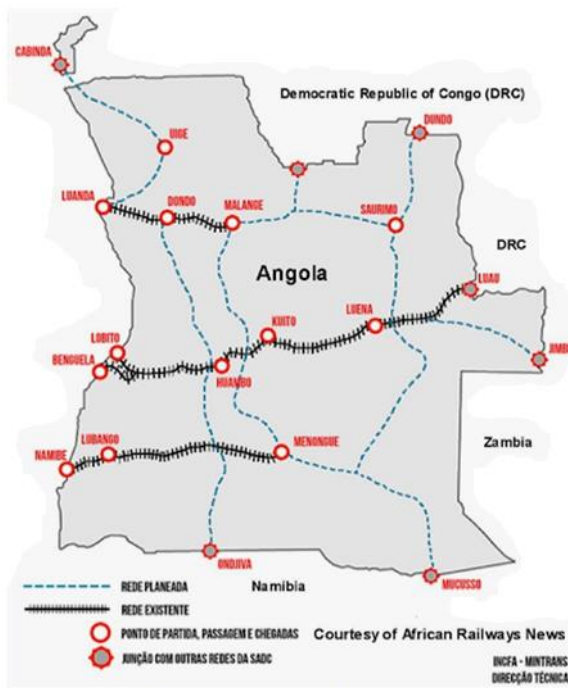
ESBOÇO HIDROGRÁFICO DOS RIOS DE ANGOLA MAIS IMPORTANTES

Adoptado pelo autor com base fonte in: <http://www.cciportugal-angola-pt/angola/dados>

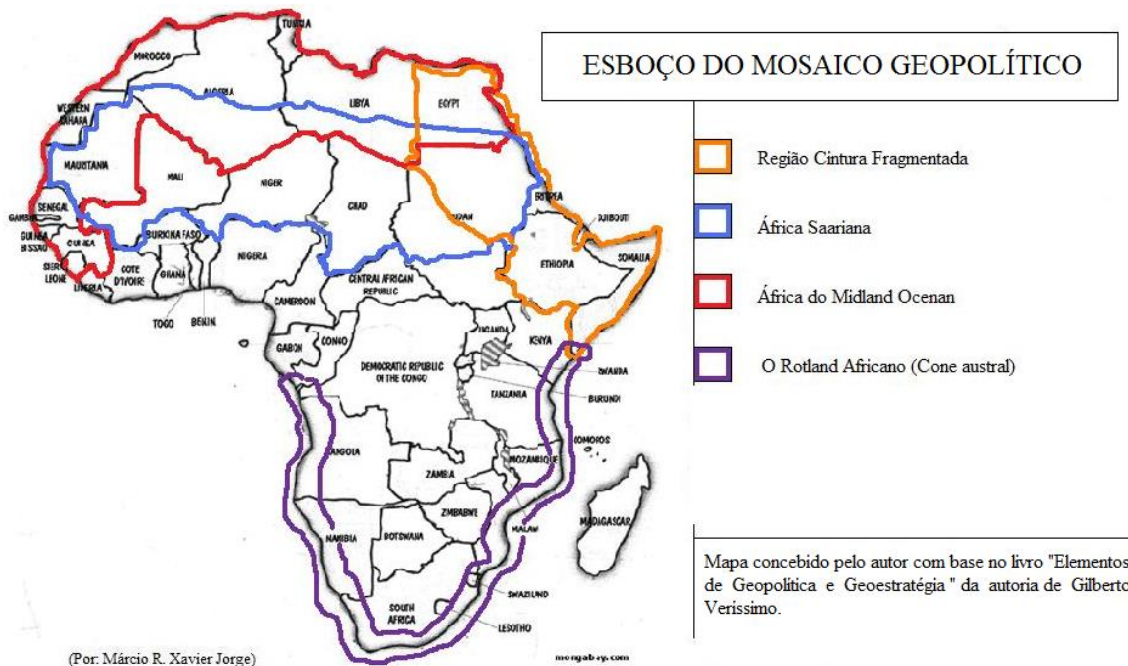
(5.7) – Mapa demográfico (étnico) de Angola.



(5.8) – Mapa(s) ferroviário e rodoviário de Angola.



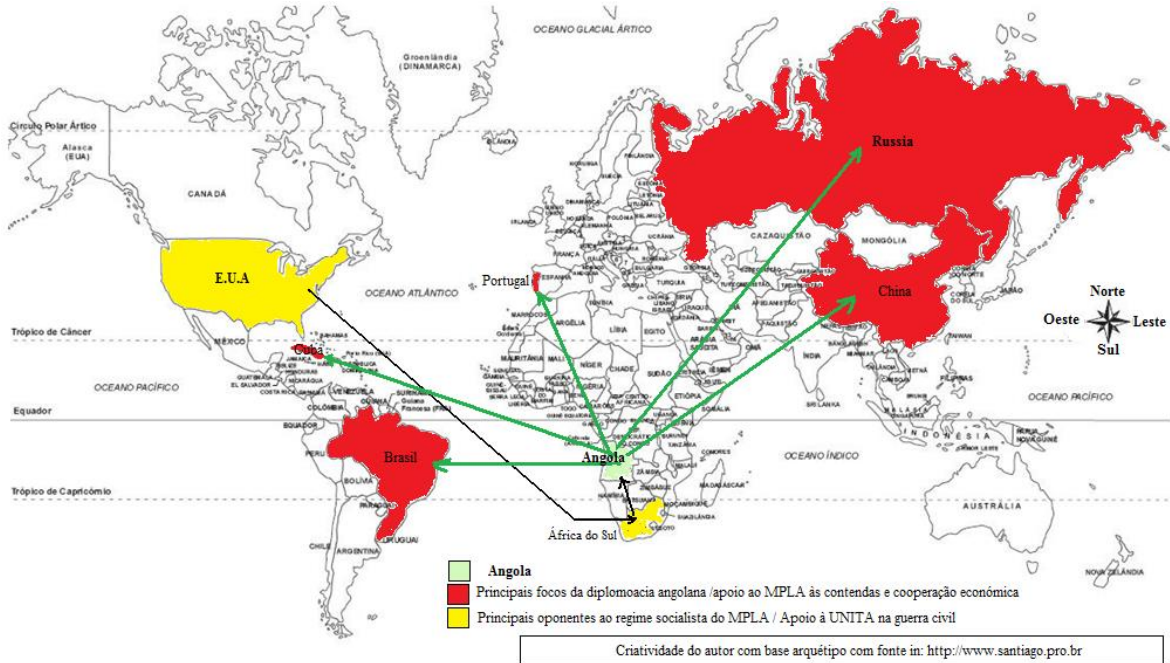
(5.9) – Mapa de perspectiva Geopolítica de África.



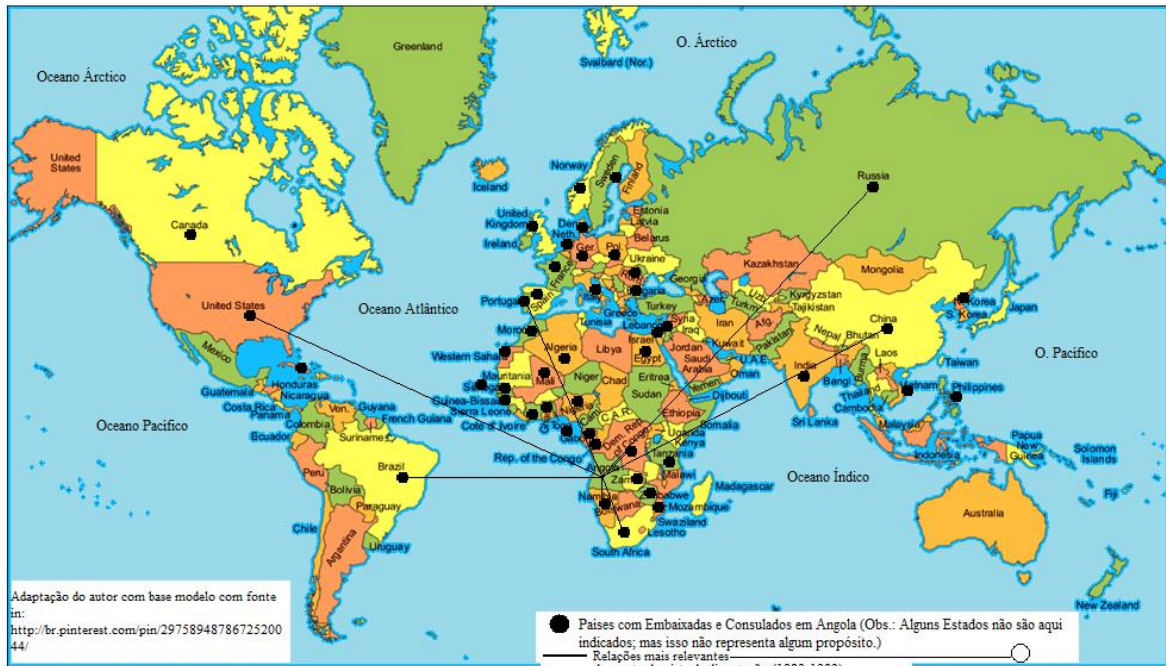
(5.10) – Mapa continental. Exploração de petróleo e gás natural



(5.11) – Mapa ilustrativo dos actores da guerra civil em Angola



(5.12) – Mapa ilustrativo de países com embaixadas e/ou consulados em Angola



## ÍNDICE COMPLEMENTAR E ALFABÉTICO DE MATÉRIAS

- A**
- A África nos meandros da guerra fria, xiv, 42  
A Crise do Congo, 50  
A Crise do Suez, 49  
A Guerra Civil da Etiópia, 49  
A Guerra Civil Moçambicana, 50  
A política externa angolana e o Velho Continente, xv, 83  
A política externa angolana face aos Estados Unidos da América e aos países da América Latina após a despolarização, xv, 74  
A política externa angolana face aos países africanos no contexto do pós-Guerra Fria, xv, 81  
A política externa angolana no decurso da Guerra Fria, xiv, 57  
A política externa angolana relativa ao bloco socialista, xiv, 58  
A política externa angolana versus países de feição capitalista, xiv, 63  
A queda do bloco socialista soviético, xiv, 69  
A queda do comunismo soviético, 64  
A Revolução Egípcia, 49  
A soberania, 22, 100  
Abertura ao pluripartidarismo, 120  
Abstract, xii  
Acordos de Gbadolite, 66  
África do Sul, 2, 44, 50, 61, 62, 69, 74, 75, 108, 121, 122  
África, xiv, xvii, xix, 2, 5, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 29, 30, 31, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 57, 60, 62, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 98, 105, 106, 108, 109, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129  
Afropessimismo, 77, 78  
Agradecimentos, vi  
América Latina, x, xii, xv, 4, 6, 67, 68, 93, 99, 109, 110, 115  
Análise documental, 13  
Anexos, xv, 96  
Angola ante o capitalismo, xiv, 62  
Angola e o socialismo, xiv, 57  
Angola, iv, x, xii, xiv, xvii, xviii, xix, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 92, 94, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 115, 117, 118, 122, 123, 125, 127, 128, 130  
Apartheid, 16, 44, 47, 62, 69, 82, 108, 122, 123  
Apêndices, xv, 90  
As diferenças ideológicas em África e suas consequências, xiv, 52  
As relações diplomáticas entre Angola e a URSS, xiv, 59  
Assinatura dos Acordos de Bicesse, 66
- B**
- Banco Mundial, 47, 77, 78, 121, 123
- Bipolarismo, 1, 3, 4  
Bombardamentos da Líbia, 49
- C**
- Capitalismo, x, xii, xiv, 2, 5, 6, 16, 27, 35, 44, 47, 52, 57, 65, 66, 77, 79, 93, 97, 98, 99, 109, 110, 115  
Caracterização do contexto. O perfil de Angola, xiv, 15  
Carta da Organização das Nações Unidas, 22, 38, 82  
Carta da União Africana, 22, 38, 82  
CEAAC, xvii, 31  
CEAST, xvii, 66  
CEI, xvii, 65, 105, 112, 113  
China, 5, 29, 42, 49, 61, 63, 66, 78, 93  
CICA, xvii, 66  
Ciências sociais, 11, 12, 13, 14  
Colónia, 17, 49, 68, 79  
Colonialismo, 16, 23, 28, 29, 38, 39, 44, 47, 52, 56, 116, 117  
Comité Central do MPLA, 112, 117  
Comunidade Económica Europeia, 47  
Comunismo, x, xii, 2, 4, 27, 36, 60, 64, 65, 78, 93, 97, 98, 99, 103, 107, 108  
Conclusão, xv, 80  
Congo Belga, 58  
Congo, xix, 17, 18, 19, 20, 43, 58, 66, 103, 120, 122, 123  
Constituição de 1975, 113  
Contenda ideológico-política, 59

Continente africano, 16, 28, 42, 69, 76, 78  
Cooperação em matéria de ciência, educação, tecnologia, 79  
CPLP, xvii  
Crise pós-eleitoral, 66  
Cuba, 2, 5, 32, 51, 54, 66, 68, 69, 70, 81, 98, 118  
Cultural, viii, 7, 11, 20, 23, 38, 39, 116

## D

Dados demográficos, 20  
Dedicatória, iv  
Diplomacia, 1, 15, 31, 61, 66, 81, 107

## E

Enquadramento conceptual, xiv, 32  
Entrevistas, 14  
Epígrafe, viii  
Espaço pós-soviético, x, xii, 6, 65, 109, 110, 115  
Estado de Direito e Estado social de Direito. Noções gerais., 101  
Estado Democrático de Direito, 24, 102  
Estado Sul-Africano, 82  
Estado(s) /Hierarquia dos Estados, 99  
Estados Africanos, 79  
Estoril, 25  
Europa Ocidental, x, xii, xix, 6, 29, 45, 61, 77, 79, 105

## F

Facções políticas, 25  
Fauna e flora, 19  
Filosofia, 7, 8, 24, 33  
FLEC, xvii, 26, 74, 103  
FMI, xvii, 62, 78, 104, 120, 121, 123  
Forças Armadas Angolanas, xvii, 23, 31  
Fórum Cabindense para o Diálogo, xvii, 26  
Frente Polisário, 51

Fundo Monetário Internacional, xvii, 47, 78, 104

## G

Glasnost, 2, 63  
Golpe de Estado na Líbia, 49  
Guerra Civil Angolana, 49  
Guerra Colonial Portuguesa, 49  
Guerra da Argélia, 49  
Guerra das Malvinas, 63  
Guerra do Golfo, 77  
Guerra Fria, x, xii, xiv, xv, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 27, 28, 30, 31, 34, 37, 38, 39, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 64, 71, 74, 76, 80, 82, 92, 93, 108

## H

Herança do passado colonial, 15  
Hidrografia, 18  
História recente de Angola, 112

## I

II Internacional Socialista, 67, 113  
Imperialismo, 16, 29, 42, 43, 56, 57, 58, 97, 98  
Índice, xiv  
Influência, x, xii, 34, 37, 91  
Introdução, xiv, 1, 95

## J

Justificação da relevância do estudo e respectiva delimitação, xiv, 6

## K

KGB, xviii, 65, 88

## L

La Sapienza  
Universidade de Roma, 112  
Lei de confisco, 112  
Lista de Acrónimos, xvii  
Luanda, 17, 18, 19, 21, 29, 48, 51, 56, 103, 116, 118

## M

Marrocos, 51, 120, 123  
Método da ciência, 8  
Método, 5, 8, 10, 12, 13, 14, 83  
Metodologia, xiv, 8, 10, 12, 83 85  
Metodologias de eleição em matéria de pesquisa sobre “Relações Internacionais”, xiv, 9  
Métodos e técnicas de investigação utilizados, xiv, 13  
Métodos históricos, 14  
Ministério das Relações Exteriores, 7, 15, 27, 62, 82, 107  
Moçambique, 43, 44, 49, 50, 51, 60  
MONUA, 71, 72  
Moscovo, 16, 29, 35, 50, 52, 56, 60, 63, 85, 87, 95, 107, 117  
Movimento dos Países Não Alinhados, 62, 81  
Movimentos dos Não Alinhados, 67, 113  
MPLA, xviii, 1, 2, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 38, 39, 40, 48, 50, 52, 54, 55, 57, 66, 69, 103, 117  
MPLA-PT, 1, 39, 52, 57  
Mudança na política diplomática de Angola, 62, 82  
Mudança, x, xii, 34, 37, 93  
Muro de Berlim, 62, 64, 92

## N

Namíbia, 17, 19, 50, 61, 75, 116, 120, 121, 124  
Neo-colonialismo, 16  
New York Times, 62, 93  
Nova Ordem Mundial, 6, 76, 109, 110, 115

## O

O Acordo de Luena, 25  
O Acordo de Namibe, 26  
O declínio da potência comunista, 77  
O Estado de Direito, 101  
O fim da Guerra Fria e a nova conjuntura da política externa angolana, xiv, 65  
O pós-Guerra Fria e sua influência na política externa angolana, xiv, 65  
O pós-Guerra Fria e sua influência na política, xiv  
O povo, 100  
O processo de paz em meio ao conflito armado em Angola. A construção da Paz e a democratização, 24  
O Protocolo de Lusaka, 25  
O território, 100  
Objectivos do estudo, xiv, 6  
Oceano Atlântico, 17  
Ocidente, 6, 45, 49, 59, 63, 64, 72, 76, 78, 79, 83, 108, 109, 110, 115  
ONU, xviii, 25, 26, 28, 47, 50, 61, 62, 65, 72, 81, 105, 106, 120, 123, 124  
OPEP, xviii, 105  
Organização política, 21  
Organizações Intergovernamentais (OIG's / OIGs, ou simplesmente OIG), 104  
Organizações não-governamentais (ONG's / ONGs, ou

simplesmente ONG), 106  
Orientação socialista, x, xii, xiv, 5, 27, 39, 41, 44, 53, 59, 97, 98, 108  
Orientações teóricas e metodológicas, xiv, 8  
Origem convencional, 100  
Origem natural, 100  
Origem sobrenatural, 100  
Os Acordos de Alvor, 24  
Os Acordos de Bicesse, 25  
Os países africanos de orientação socialista, xiv, 42  
Os países africanos e a via capitalista, 46

## P

PALOP, xviii  
Paradigma, x, xii, 5, 7, 14, 34, 37, 53, 80, 92, 94, 95  
Partidos políticos, 102  
Paz, 1, 4, 9, 16, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 36, 38, 39, 51, 56, 61, 64, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 92, 105, 107, 110, 115, 117, 118, 122, 124  
PCUS, xix, 52, 60, 64, 65, 98, 117  
Perestroika, 2, 63  
Pesquisa bibliográfica, 14  
Política externa angolana, x, xii, 3, 5, 6, 7, 27, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 52, 53, 55, 70, 76, 81, 82  
Política externa, x, xii, xiv, xv, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 16, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 92, 94, 96, 107, 109, 110, 115, 118  
Política externa, xiv, 34, 37, 40, 53

Política Internacional, 9, 33  
Política militar, 65  
Ponto prévio, 52, 91  
Portugal, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 24, 25, 32, 33, 38, 44, 48, 49, 50, 57, 64, 66, 71, 79, 101, 102, 103, 104, 116  
Pós-Guerra Fria, 4, 7, 15, 60, 92  
Premissas introdutórias, 34  
Premissas sobre o estado da arte em relação ao tema em estudo, xiv, 26  
Projecto Muangai, 79, 114

## Q

Quadro étnico e cultura dos povos de Angola, 20  
Questão de investigação, xiv, 6

## R

Racismo, 16, 23, 38, 44, 45, 56  
RDC, xix, 17  
Referências bibliográficas, xv, 85  
Relações Internacionais, i, x, xii, xiv, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 22, 23, 27, 28, 30, 33, 38, 40, 53, 61, 84, 92, 94, 95, 104, 107, 110, 115  
República de Angola, 21, 24, 78  
República Democrática do Congo, 19, 20  
República Popular da China, 42  
Resumo, x  
Revisão Da Literatura, xiv, 26  
Riquezas minerais, 18  
RPA, 56

## S

SADC, xix, 31, 32, 75, 105, 124  
Sara Ocidental, 51  
Segunda Guerra Mundial, 18, 42, 43, 47, 60, 83, 92, 93, 108  
Sistema internacional bipolar, x, xii, 6  
Socialismo, x, xii, xiv, 1, 2, 5, 27, 35, 36, 39, 41, 43, 44, 49, 52, 56, 58, 66, 79, 82, 93, 97, 98, 99, 107, 108, 116, 117  
Socialismo/Orientação socialista, 97  
SWAPO, xix, 30, 50, 61, 74

## **T**

Tecnologia, 79  
Tipo de pesquisa, xiv, 15  
Tratado de Amizade e Cooperação entre a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola, 56  
Tratado de fundação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 124

## **U**

UA, xix, 105  
UNAVEM I, 71  
UNAVEM II, 72  
UNAVEM III, 72  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, xix, 2, 56, 92, 98  
União Soviética, x, xii, xix, 1, 2, 5, 6, 52, 55, 60, 64, 65, 92, 93, 98, 108, 117  
União Sul-Africana, 17  
Unidades Económicas Estatais, 113

UNITA, xix, 24, 25, 28, 29, 30, 38, 48, 50, 59, 66, 72, 74, 75, 82, 103, 104  
Universidade da Beira Interior, xix, 7, 84  
UNMA, 71, 73  
UNOA, 73

## **V**

Vida social, 7, 53, 96

## **X**

XXV Congresso Do Partido Comunista Da União Soviética, 52, 117

## **Z**

Zâmbia, 17, 19, 75, 121, 122